



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

CASSIO VALE DA COSTA

**SUBSUNÇÃO DO PÚBLICO AO PRIVADO NA EDUCAÇÃO
PARAENSE**

BELÉM - PA

2017

CASSIO VALE DA COSTA

**SUBSUNÇÃO DO PÚBLICO AO PRIVADO NA EDUCAÇÃO
PARAENSE**

Texto de Dissertação de Mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED) da Universidade Federal do Pará (UFPA), na linha de Políticas Públicas Educacionais, como requisito para obtenção do título de “Mestre em Educação”.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos

BELÉM - PA

2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca do Instituto de Ciências da Educação (ICED / UFPA)

V149s Vale, Cassio.

Subsunção do público ao privado na educação paraense / Cassio Vale da Costa ; orientadora Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos Santos. – Belém, 2017.

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2017.

1. Educação e Estado – Pará. 2. Escolas – Organização e administração – Pará. 3. Parceria público-privada – Pará. I. Santos, Terezinha Fátima Andrade Monteiro dos (orient.). II. Título.

CDD 22. ed. – 379.8115

CASSIO VALE DA COSTA

**SUBSUNÇÃO DO PÚBLICO AO PRIVADO NA EDUCAÇÃO
PARAENSE**

Banca Examinadora

PROF^a. DR^a. TEREZINHA F. A. MONTEIRO DOS SANTOS (ORIENTADORA)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA

PROF. DR. LUIZ FERNANDES DOURADO (EXAMINADOR EXTERNO)
UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS - UFG

PROF^a. DR^a. FABÍOLA BOUTH GRELO KATO (EXAMINADORA INTERNA)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA

Enquanto houver razões eu não vou desistir...

(Jorge e Mateus)

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BID - BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO

BIRD - BANCO INTERAMERICANO PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO

BNCC - BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR

CF – CONSTITUIÇÃO FEDERAL

CGP/PA - CONSELHO GESTOR DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS DO ESTADO DO PARÁ

CII - CORPORAÇÃO INTERAMERICANA DE INVESTIMENTOS

CNEG - CAMPANHA NACIONAL DE EDUCANDÁRIOS GRATUITOS

CNI - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA

CNPq - CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

CsF - CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS

DOEPA - DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ

ENEM - EXAME NACIONAL DO ENSINO MÉDIO

EUA - ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

FHC – FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

FIES - FUNDO DE FINANCIAMENTO ESTUDANTIL

FUMIN - FUNDO MULTILATERAL DE INVESTIMENTOS

Fundeb - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

GPEP - GRUPO DE PARCEIROS ESTRATÉGICOS DO PACTO

IAS - INSTITUTO AYRTON SENNA

ICED - INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

IDEB - ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

IDH – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA

MEC – MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Observe - OBSERVATÓRIO DE GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA

OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

ONG – ORGANIZAÇÃO NÃO-GOVERNAMENTAL

OPNE – ORGANIZAÇÃO PÚBLICA NÃO-ESTATAL

OS – ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

PA – PARÁ

PDRAE - PLANO DIRETOR DE REFORMA DO APARELHO DO ESTADO

PEC - PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL

PEE - PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PF - POLÍCIA FEDERAL

PGN10 - PROGRAMA GESTÃO NOTA 10

PIBIC - PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

PIL - PROGRAMA DE INVESTIMENTO EM LOGÍSTICA

PMDB - PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

PNAIC - PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

PPGED - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

PPI - PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS

PPP - PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

ProUni - PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS

PSDB - PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA

PT - PARTIDO DOS TRABALHADORES

PUC - PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA

SEDUC - SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

SEMIC – SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

SP - SÃO PAULO

TCC - TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

TPE – TODOS PELA EDUCAÇÃO

UFPA - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

UFPE - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

UFRS - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Unicamp - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Unicef -FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA

USP - UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - O Setor Dois e Meio.....	69
--	-----------

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Diretoria atual do IAS	76
QUADRO 2 - Legislação estadual que interfere nas ações do “Pacto pela Educação do Pará”	89
QUADRO 3 - Alguns resultados do “Pacto pela Educação do Pará”	95

AGRADECIMENTOS

A “Papai do céu”, cujo nome não me acho digno em muitas ocasiões de pronunciar e embora não seja um cristão nos moldes tradicionais, acredito fielmente nesse ser superior que me dá forças nos momentos difíceis.

À Prof^a. Dr^a. Terezinha Santos pela paciência e disponibilidade em horários diversos para orientação durante o Curso de Mestrado. Minha eterna gratidão!

À Prof^a. Dr^a. Fabíola Bouth Grello Kato por se mostrar uma profissional sempre disponível quando precisei e por assumir posição política sem desprezar quem está ao seu lado. Agradeço por me fazer entender que as nossas relações na Universidade são profissionais, mas antes elas precisam ser relações humanas baseadas no respeito mútuo sem hierarquias.

Ao Prof. Dr. Luiz Dourado por aceitar compor a banca examinadora deste trabalho com valiosas contribuições desde a qualificação até a defesa sempre solícito quando entrei em contato e sua história na educação muito me inspira.

Aos meus pais Ediléa e Ailson por estarem ao meu lado e cuidando de mim. Amo vocês!

À Yasmim Vale, minha irmã, meu amor que dá um brilho especial para os meus dias desde que nasceu e como diz uma canção “o nosso amor veio de outras vidas e eu vou te amar nas outras vidas que virão”.

Aos meus avós, Maria e Mateus por me ensinarem os primeiros passos na vida e por me cobrarem dedicação aos estudos desde cedo e hoje reconheço a importância dessa cobrança.

Ao meu melhor amigo Lucas Gomes por ser o oposto do que eu sou e mesmo assim escolheu ficar ao meu lado. Agradeço-te pelas alegrias e broncas e por saber dos meus segredos (e jogá-los na minha cara sempre que tem uma oportunidade) e, principalmente, sou grato aos céus por ter alguém em quem confiar.

Aos meus amigos Mayra Alves, Franciely Silva, Gabriela Marques, Cintya Marjorie, Nadiane Santana, Jefferson Chagas, Rennan Chucre e Hewelly Itaparica. Os dias são mais lindos por tê-los ao meu lado.

À Simone Cruz, Jhanielly Barbosa e Raimundo Sousa pelo contato além dos muros da UFPA.

À Genilda Amaral por estar ao meu lado mesmo antes do curso sempre me ajudando quando precisei. Obrigado!

À Maria do Socorro Vasconcelos pelo exemplo de dedicação ao curso e por não romper com seus ideais apenas para conseguir vantagens acadêmicas. Tu és um ser humano digno de admiração porque teu discurso de ética, respeito e ajuda ao próximo não ficam apenas no papel.

Às minhas tias Elenyce Vale e Ilse Vale pelo carinho.

Aos amados Albiane Gomes, Francisco Willams Lima e Antonio Sousa que tanto me ajudaram no início da graduação e no grupo de pesquisa onde criamos laços além dos profissionais exigidos no rigor acadêmico.

À Oneide Pojo por me orientar de forma paciente e profissional no início de minha jornada acadêmica. Sempre lembrarei com carinho que foste a primeira a despertar em mim o gosto pela pesquisa e me mostrar que todos somos capazes de ir além.

Aos professores Émina Santos e Alberto Damasceno que são seres iluminados e quero levá-los para sempre na vida e no coração.

À Lisley Leão, Joanna Nascimento, Bárbara Chagas, Loriane Andrade e Mateus Souza que a graduação me apresentou e que pretendo tê-los para sempre.

À Maria Cândida Sousa, Luma Pontes, Adriely Lima, Victor Oliveira e Leila Sousa que foram seres especiais que fizeram diferença durante o curso tornando os dias mais prazerosos.

Ao Jefferson Felgueiras pelo carinho e atenção.

À CAPES pela bolsa que me foi concedida possibilitando dedicação integral ao Curso.

À todos que cursam pós-graduação para se aperfeiçoarem profissionalmente e se tornarem seres humanos melhores indo além apenas do exibicionismo tão comum nesse meio e que conseguem driblar a vaidade acadêmica que também faz vítimas fatais diariamente.

RESUMO

Trata-se de uma dissertação de Mestrado que tem como objetivo analisar de que forma ocorre a subsunção do público ao privado na educação paraense via parcerias público-privadas, além de desvelar por meio de documentos o que o Estado do Pará idealiza como melhoria para a educação ao realizar as parcerias e quais suas implicações no trabalho do gestor escolar focando as análises para a relação entre Prefeituras Municipais paraenses e o Instituto Ayrton Senna (IAS) o qual representa o chamado Terceiro Setor e as parcerias decorrentes do “Pacto pela Educação do Pará” que são estabelecidas entre escolas públicas e empresas privadas que também contam com representantes do Terceiro Setor. A abordagem do estudo teve auxílio do materialismo histórico-dialético por meio do qual se realizou um estudo bibliográfico e documental com o propósito de conhecer e melhor definir o objeto onde a subsunção é compreendida como uma categoria marxista que na sociedade capitalista pode ser observada via relações de poder implícitas ou explícitas e se manifesta em outras situações do cotidiano como as parcerias onde há a sujeição, subordinação do setor público às orientações do privado. Do conjunto das análises, pode-se concluir que nos dois exemplos analisados, o setor público teve que se adequar às imposições do setor privado segundo o qual as escolas que receberam as ações decorrentes desses acordos não foram ouvidas para saber quais suas principais dificuldades e se desejavam os parceiros privados tendo que acatar o que fora definido em instâncias superiores demonstrando uma verticalização das relações, onde o gestor escolar após a assinatura do convênio ou do Pacto teve que se enquadrar em um determinado perfil se quisesse exercer sua função e no caso particular do IAS o gestor ficou minimizado a um trabalho mecânico de preenchimento de planilhas e cobrando a execução na escola sob sua responsabilidade das ações pré definidas pelo Instituto funcionando assim como um preposto do setor privado com responsabilidade direta pelos resultados alcançados pela escola. Defende-se nesta Dissertação que as parcerias público-privadas podem ser executadas desde que representem um anseio das escolas públicas que receberão os programas fornecidos por empresas privadas. Além disso, compreende-se que o gestor escolar possui papel importante na tomada de decisões do coletivo e na organização do trabalho pedagógico, embora não seja a figura central da escola e assim não pode ser culpabilizado pelos resultados dos índices escolares que vem se concretizando como único indicativo de qualidade na educação do Estado do Pará.

Palavras-chave: Subsunção do público ao privado. Educação paraense. Parcerias público-privadas. Gestão Escolar.

ABSTRACT

The present study is a Master's dissertation which objective is to analyze how occurs the subsumption of the public sector to the private sector in education through public-private partnerships in the State of Pará, and also to reveal, by documents analyzes , what the State of Pará idealizes as improvement for the education by firming partnerships and what its implications in the school manager work, focusing the analyzes on the relationship between Municipal Government of Pará and the Ayrton Senna Institute (IAS), which represents the so-called Third Sector and the partnerships resulting from the "Education Pact of Pará" which are established between public schools and private companies that also have representatives of the Third Sector. The study was grounded in the historical-dialectical materialism, and a bibliographic and documentary study was conducted with the purpose of knowing and better defining the object, subsumption is understood as a Marxist category, that is inserted in capitalist society and can be observed through relations of implicit or explicit power and is manifested in other daily situations such as partnerships with subjection, subordination of the public sector to the orientations of the private sector. From the set of considerations, it can be concluded that in the two analyzed examples, the public sector had to adjust to the private sector impositions, according to it, the schools that received the actions resulting from these agreements were not heard to know what their main difficulties and if they want participate in the programs they should to comply with what had been defined in higher instances demonstrating a vertical relationship, where the school manager, after signing the agreement or the Pact, had to fit in a determinate profile if he wanted to perform his function, and in the particular case of the IAS, the manager was minimized to a mechanical work of completing worksheets and charging execution of the actions pre-defined by the Institute in the school under his responsibility, functioning as well as a private sector agent with direct responsibility for the school achievements. It is argued in this Dissertation that public-private partnerships can be implemented as long as they represent a desire of the public schools that will receive the programs provided by private companies. In addition, it is understood that the school manager plays an important role as decision-making of the collective, and in the organization of the pedagogical work, although it is not the central figure of the school and thus can not be blamed for the results of the school indexes, which have become the only indicative of quality in education in the State of Pará.

Keywords: Public-to-private subsumption. Education in State of Pará. Public-Private Partnerships. School management.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 - O ESTADO NO CONTEXTO DAS DECISÕES DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS	29
1.1 – Uma breve análise da atuação do Estado ao longo da história	29
1.2 – As reformas do Estado brasileiro como ponte para a privatização disfarçada das parcerias público-privadas.....	36
CAPÍTULO 2 - AS METAMORFOSES NA RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA NO BRASIL... ..	54
2.1 – A predominância do privado sobre o público no Brasil	54
2.2 – O Setor Dois e Meio	62
CAPÍTULO 3 - A SUBSUNÇÃO DO PÚBLICO AO PRIVADO NA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ	75
3.1– O Caso do IAS	75
3.2 – Pacto pela Educação do Pará	85
CONSIDERAÇÕES	100
REFERÊNCIAS	110

INTRODUÇÃO

O contato com a temática da relação público-privada na educação, em especial na gestão escolar, teve início a partir de meu ingresso no Grupo de estudos e pesquisas Observatório de Gestão Escolar Democrática (Observe) como bolsista Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq) o que me fez sentir privilegiado porque tive a oportunidade de suprir algumas lacunas da graduação no Curso de Pedagogia do Instituto de Ciências da Educação (ICED) da Universidade Federal do Pará (UFPA) e foi no período da graduação e da bolsa (2012 a 2016) que, simultaneamente, tive a oportunidade de participar enquanto membro de dois projetos de pesquisas com financiamento externo à UFPA, mais precisamente com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O primeiro¹ projeto intitulado “Parcerias público-privadas na educação paraense” desenvolvido no período de 2012 a 2014 tinha como objetivo analisar as contribuições para a gestão das escolas públicas do Estado do Pará a partir das parcerias firmadas entre Prefeituras municipais paraenses e o Instituto Ayrton Senna (IAS) onde a parceria ocorria via contratos assinados pelos prefeitos diretamente com o Instituto para compra de programas e materiais que seria “soluções educacionais” implantados nas escolas públicas pela comunidade escolar após formação oferecida pelo IAS aos professores. As escolas só cumpriam o que fora decidido em instâncias superiores! (SANTOS, 2014a).

O segundo² projeto iniciado em 2014 e ainda, em andamento, no Observe denominado “Programas de melhoria da educação básica e profissional no Pará via parcerias público-privadas” possui como objetivo analisar as ações da melhoria da educação direcionadas, em especial, para a gestão escolar pública, ensino médio e educação profissional, via programas decorrentes do Pacto pela Educação do Pará no município de Belém. O projeto também analisa como se estabelece as parcerias público-privadas com foco na capital paraense e suas consequências (SANTOS, 2014b).

É em função dessas duas pesquisas desenvolvidas pelo Observe que selecionei dois exemplos de parcerias na educação paraense que é a atuação do Instituto Ayrton

¹ Financiamento pelo edital universal nº 07/2011, área de Ciência Humanas/Administração Educacional.

² Financiamento pelo edital universal nº14/2014 – faixa B, área de Ciências Humanas/Administração Educacional.

Senna e o “Pacto pela Educação do Pará” para analisar a relação entre o público e privado no caso específico do Pará pelo fato de nascer e residir nesse Estado, cujos discursos oficiais ainda ditam que a melhor solução para elevação da qualidade associada aos índices é usar ferramentas da iniciativa privada na escola pública.

A partir dos projetos, tive a oportunidade de desenvolver, anualmente, enquanto bolsista, quatro Planos de Atividades sendo que o primeiro foi “Consequências das parcerias público-privadas na organização do trabalho na escola e na conformação de seu projeto pedagógico” onde analisei o que mudou na rotina das escolas que receberam os programas do IAS e as alterações no projeto pedagógico que agora era um projeto padronizado pelo Instituto em todas as suas parcerias, o que lhe dava autonomia para estipular a rotina das escolas. Este Plano me proporcionou uma compreensão inicial sobre o papel do gestor escolar e como a atuação deste sujeito é um dos pilares que balizam as ações do Instituto

Hoje, vejo que foi um relatório com algumas lacunas e muitas dúvidas na resposta dos objetivos propostos que, naquele momento, pareciam ser tão difíceis de responder mesmo com orientação frequente, mas que me deixou feliz pela entrega por ser um dos primeiros trabalhos concluídos. Logo, em seguida, me deparei com o processo de avaliação pública do Seminário de Iniciação Científica (SEMIC) promovido pela Universidade, o que apesar do nervosismo me trouxe uma responsabilidade de representar um grupo de pesquisa e saber da importância de dar o retorno para a sociedade que financiou um ano de pesquisa por meio do pagamento de seus impostos.

O segundo “Do público para a função público-privada na gestão da educação paraense - um estudo sobre os programas do Instituto Ayrton Senna” desvelei as implicações da mudança do caráter público para a função público-privada na gestão da escola paraense, sua natureza, dimensão, as matrizes teórico-metodológicas, concepção, princípios e instrumentos de gestão utilizados pelo IAS por meio de seus programas, além do modelo de gestão escolar defendido pelo mesmo que se mostrou similar a uma empresa privada com metas e ações gerenciais. Foi nesse segundo ano de bolsa que comecei a compreender um pouco sobre a política educacional e as disputas de interesses entre a esfera pública e a iniciativa privada, que interferem no cotidiano escolar.

No terceiro ano da bolsa estudei “O marco regulatório do Pacto pela Educação do Pará” que me desafiou no sentido de analisar a legislação específica que norteava esse Pacto, em destaque, a legislação das parcerias público-privadas. A cobrança no

aprofundamento do estudo foi maior pelo fato de já ter passado pelos estágios iniciais, enquanto bolsista, o que me levou a estudar um pouco outras áreas como a Economia e Direito para compreender alguns conceitos específicos.

No último ano, com o Plano de Atividades “Repercussões do Pacto pela Educação do Pará na melhoria dos indicadores de desempenho das escolas” comecei a elencar alguns possíveis indicadores de qualidade das escolas de Belém para analisar as primeiras ações do Pacto, mas apresentei apenas o relatório parcial porque precisei abreviar o Curso na graduação em Pedagogia e não cursei o oitavo e último período em decorrência da aprovação no processo seletivo do Curso de Mestrado Acadêmico do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGED) da UFPA. Simultaneamente, estava estudando para a seleção, publicando trabalhos, e escrevendo o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “Ecos do gerencialismo na Administração/gestão pública escolar via Pacto pela Educação do Pará”.

Ressalto que foi nesse mesmo período que senti cada vez mais forte a vontade de seguir os estudos na Pós-graduação, porque embora o cansaço fosse intenso, com excesso de atividades, as alegrias propiciadas nas relações sociais da Universidade e da pesquisa me motivavam e motivam a tentar contribuir um pouco com a sociedade, visto que, independente da profissão cada um tem que seguir na perspectiva de ajudar o coletivo porque é nele que cada profissional se humaniza para desenvolver um trabalho de qualidade, principalmente, aqueles que trabalham diretamente com seres humanos.

As discussões no Grupo Observe sobre a defesa da educação pública paraense como direito eram e são constantes nas reuniões, nos “Diálogos das Sextas” que são eventos quinzenais de discussões de temáticas previamente definidas, nas orientações acadêmicas que são externadas ao grupo anualmente por meio dos “Diálogos Científicos” que é um evento organizado pelo Observe para apresentar o andamento das pesquisas desenvolvidas. Destaco que tal evento anual também foi de suma importância para minha vida acadêmica por me proporcionar aprender que um Professor do ensino superior para ser pesquisador precisa trabalhar e estudar muito para realizar um trabalho de qualidade que envolve escolhas adequadas de temas de eventos, realizar interlocuções com outras Universidades e com a educação básica, divulgação das ações e outras questões pertinentes desse trabalho. Entendo que a finalização de uma pesquisa como esta Dissertação de Mestrado me respalda enquanto conhecedor de alguns elementos de pesquisa científica, mas é apenas um dos elementos do processo na construção de um professor pesquisador.

Minha relação com a gestão, que é o objeto de estudo do Observe, tem um pouco a ver com minha personalidade, desde criança, por entender que as coisas fluíam melhor quando estavam organizadas, embora não tivesse noção de que este era o termo adequado. Subentendia que os materiais da mochila, da casa e dos outros ambientes em que eu convivia eram mais fáceis de serem encontrados e usados quando estavam em seus devidos lugares, mas via também que não era fácil manter tudo organizado, porque não dependia só de mim. Havia um coletivo com visões diferentes sobre o mesmo objeto que só caminhavam de modo satisfatório quando se tinha alguém que ajudasse a planejar e organizar as ações. Esse é o papel do gestor que encaminha as ações do coletivo para que todos possam sair ganhando. Ah, e minhas antigas observações e dúvidas sobre organização ainda não chegaram a nenhuma conclusão e talvez nunca cheguem.

Paro (2002, p.17), ao tratar dos princípios gerais da administração, diz que a administração é a “utilização racional de recursos para a realização de determinados fins” e assim deve haver a necessidade de se preocupar com os meios, escolhas adequadas, coerentes que possam encaminhar para uma finalidade exitosa. Nessa perspectiva,

Uma ação é racional na medida em que é orientada para um objetivo claramente formulado, ou para um conjunto de valores, também claramente formulados e logicamente consistentes. Em segundo lugar, uma ação é racional quando os meios escolhidos para se atingir os objetivos são os mais adequados (SANTOS, 2013, p.5).

E essa preocupação com a utilização de meios adequados para se obter fins exitosos deve ser algo frequente no trabalho do gestor escolar porque

Em se tratando de relações sociais, não é possível alcançar fins promotores da democracia e da afirmação de sujeitos históricos a partir da utilização de meios que não sejam democráticos. No caso da escola, se estamos preocupados com fins educativos, ou seja, de constituição de sujeitos históricos, a forma de atingi-los deve ser, necessariamente, consonante com esses fins, o que exige uma administração escolar democrática (PARO, 2002, p.17).

A racionalização descrita por Paro (2002) e Santos (2013) é uma característica ímpar da gestão que precisa agir de maneira inteligente, refletir antes de executar de maneira coerente e prezar pela transparência das ações. Realizar o mapeamento de situações que necessitam de interferência como as escolas, planejar e executar adequadamente no decorrer do percurso são etapas importantes para se chegar onde se almeja com sucesso porque “gestão sempre é desenvolvida na perspectiva de

organização do trabalho, nas sociedades modernas. Até mesmo a gestão mais democrática encaminha nessa direção, na sociedade capitalista!” (SANTOS, 2013, p.1).

Neste texto, procuro centrar minhas análises na gestão escolar que a meu ver deve possuir a peculiaridade de organizar o trabalho pedagógico com a finalidade de formar alunos com raciocínio crítico e possam tirar suas próprias conclusões sobre a realidade em que estão inseridos. Assim, assumo o conceito de Santos (2012, p.11-12) sobre gestão escolar que entende que ela é “mediação para formação de sujeitos considerando meios e fins como um todo indivisível”.

Neste sentido, o trabalho do gestor escolar tem reflexo direto no direcionamento das ações da escola porque é ele quem orienta as ações do coletivo, que deve se dar de maneira democrática, segundo a Constituição Federal Brasileira de 1988, ouvindo os partícipes da comunidade escolar o que demonstra ser um dos primeiros indicativos de que se está colocando em prática o que está descrito na lei brasileira porque a democratização da gestão se faz no cotidiano da escola e nas relações da comunidade escolar sempre com foco no processo emancipatório dos alunos. Isso deve ocorrer porque

A educação escolar tem como principal objetivo (processo pedagógico) a formação de sujeitos históricos com qualidade, capaz de garantir-lhe compreender, refletir e decifrar o mundo e poder usufruir dos bens culturais e participar como condutor de suas ações na sociedade (SANTOS, 2012, p. 12).

Sabendo da importância da gestão para o funcionamento da escola pública, em particular, algumas ações governamentais desde o Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE), em 1995, idealizado pelo então Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira tiveram como foco a exemplo desse documento propor alterações para gestão pública, o que, conseqüentemente, teve implicações na gestão da escola pública, onde, segundo o discurso oficial, se fazia necessário utilizar ferramentas de gestão das empresas privadas para que os setores sociais como a educação obtivessem êxito, pelo menos, em termos quantitativos. Assim, a relação entre o público e o privado foi se estreitando, inclusive na educação, em nome da elevação dos resultados numéricos.

As parcerias público-privadas na educação com implicações na gestão das escolas públicas, especialmente no Estado do Pará, estiveram presentes nos meus estudos na UFPA em grande parte influenciados diretamente pelos projetos desenvolvidos no Grupo Observe e foram me ajudando a chegar ao objeto deste estudo intitulado “Subsunção do público ao privado na educação paraense” onde discuto como

a relação público-privada se desenrola dentro de um jogo de interesses que envolve, entre outras questões, recursos financeiros.

As parcerias público-privadas na educação vem se estreitando a partir da reforma dos anos 1990 no Brasil com impulso a partir do PDRAE quando foi assumido pelo discurso oficial a necessidade da incorporação dos princípios de gerência privada no espaço público (SANTOS, 2014b).

Hoje, é possível assistir uma espécie de embaralhamento entre o público e o privado em decorrência da estreita relação estabelecida pelo viés de parcerias oficializadas, entretanto maquiadas quando da divulgação das condições nas quais se estabelecem. No Estado do Pará, as parcerias caminharam na mesma perspectiva do que foi proposto na esfera federal e em decorrência dessa relação propus a seguinte questão de pesquisa: “Como se dá a relação entre o público e o privado na educação paraense por meio de parcerias”?

A partir dessa questão, estabeleci os seguintes objetivos:

- ❖ **Geral:** Analisar como ocorre a subsunção do público ao privado na educação paraense por meio de parcerias.
- ❖ **Específicos:** Desvelar, por meio de documentos, o que o Estado do Pará idealiza como melhoria para a educação ao realizar parcerias público-privadas nos exemplos do IAS e do “Pacto pela Educação do Pará”;
- ❖ Identificar como é o trabalho do gestor escolar a partir dessas parcerias.

Para responder à minha questão norteadora e alcançar os objetivos propostos e entender as peculiaridades do objeto estudado que é a relação público-privada na educação paraense, busquei auxílio no materialismo histórico-dialético pelo fato de me propiciar elementos na compreensão do objeto como um todo.

[...] o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência visa alcançar a essência do objeto. Alcançando a essência do objeto, isto é: capturando a sua estrutura e dinâmica, por meio de procedimentos analíticos e operando a sua síntese, o pesquisador a reproduz no plano do pensamento, mediante a pesquisa viabilizada pelo método o pesquisador reproduz no plano ideal, a essência do objeto que investigou (NETTO, 2011, p. 22).

A aproximação com tal referencial teórico-metodológico ajudou a ampliar meu olhar enquanto pesquisador para as múltiplas facetas daquilo que estou pesquisando, principalmente, a compreender fenômenos ocasionados pelos mais diversos fatores,

visto que, desvelar além das máscaras da aparência é imprescindível para compreender a essência.

Karl Marx, que tinha como objeto de estudo a sociedade burguesa³, já assinalava na obra “A Ideologia Alemã” que a análise de um fenômeno não poderia partir de ações arbitrárias, imaginárias ou de dogmas. Para desvelar a realidade do fenômeno estudado seriam necessários “indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por eles já encontradas, como as produzidas por sua própria ação” (MARX e ENGELS, 1982, p. 26). Isso ocorre porque o fenômeno ou objeto

[...] tem existência objetiva; não depende do sujeito, do pesquisador, para existir. O objetivo do pesquisador, indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica – por onde necessariamente se inicia o conhecimento, sendo essa aparência um nível da realidade e, por tanto, algo importante e não descartável -, é aprender a essência (ou seja, a estrutura e a dinâmica) do objeto (NETTO, 2011, p.21-22).

Nesse sentido, considero necessário lembrar os pressupostos teórico-metodológicos marxistas ao entender que

A sociedade burguesa é uma totalidade concreta. Não é um “todo” constituído por “partes” funcionalmente integradas. Antes, é uma totalidade inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade, constituída por totalidades de menor complexidade.
[...] Mas a totalidade concreta e articulada que é a sociedade burguesa é uma totalidade dinâmica – seu movimento resulta do caráter contraditório de todas as totalidades que compõem a totalidade inclusiva e macroscópica. Sem as contradições, as totalidades seriam totalidades inertes, mortas- e o que a análise registra é precisamente a sua contínua transformação. A natureza dessas contradições, seus ritmos, as condições de seus limites, controles e soluções dependem da estrutura de cada totalidade – e, novamente, não há fórmulas/formas apriorísticas para determiná-las: também cabe à pesquisa descobri-las (NETTO, 2011, p.56-57).

Como se pode perceber, o todo é composto de “outros todos” que fazem parte do processo de investigação. Aí vejo que a educação e a relação entre o público e o privado perpassam diretamente pelas relações econômicas de sociedades capitalistas, a exemplo do Brasil e, particularmente, no caso do Estado do Pará, onde essa relação é investigada neste estudo.

³ Burguesia aqui entendida como classe que caracteriza os donos de propriedades privadas, aqueles com dinheiro (MARX e ENGELS, 1982).

Para poder efetivar minha construção teórica, elenquei uma categoria destaque que baseia minha investigação e que se denomina “subsunção”, que na sociedade capitalista se manifesta via relações de poder implícitas ou explícitas. Tal categoria é cheia de possibilidades de análises para um mesmo fenômeno sendo mais discutida originalmente nas relações de trabalho, mas que possibilita analogias a outras situações do cotidiano por se manifestar, por exemplo, nas relações entre pais e filhos e na própria educação via parcerias público-privadas que aqui terá maior enfoque.

Karl Marx utiliza como exemplo uma maquinaria após o advento do capitalismo para demonstrar como foi se constituindo a degradação das relações sociais, como ocorre na educação algumas vezes, onde o ser humano fica numa situação de subordinação às ordens superiores centralizadas sem a importância social que deveria ter.

A tendência necessária do capital é o aumento da força produtiva do trabalho e a máxima negação do trabalho necessário. A efetivação dessa tendência é a transformação do meio de trabalho em maquinaria. Na maquinaria, o trabalho objetivado se contrapõe materialmente ao trabalho vivo como o poder dominante e como subsunção ativa deste a si, não só por meio da apropriação do trabalho vivo, mas no próprio processo real de produção (MARX, 2011, p. 931).

Isso ocorre porque na manufatura o trabalhador conseguia realizar todas as etapas da produção e tinha domínio sobre seu trabalho, onde ele enquanto sujeito tinha valorização social e, após o advento do capitalismo, esse mesmo trabalhador perde seu controle sobre suas ações ao ter que aguardar ordens de seu superior para executar seu ofício. Sua emancipação ficou subordinada ao capitalista que agora manda o que ele deve fazer que, por sua vez, também é subordinado às leis do sistema capitalista, ou seja, cria-se uma cadeia de subserviência onde o trabalhador está na base dessa pirâmide e é o maior prejudicado porque o trabalho passa a ser mercadoria.

O tempo de trabalho como medida da riqueza põe a própria riqueza como riqueza fundada sobre pobreza e o ‘tempo disponível’ como tempo existente apenas na e por meio da oposição ao tempo de trabalho excedente, ou significa pôr todo o tempo do indivíduo como tempo de trabalho, e daí a degradação do indivíduo a mero trabalhador, sua subsunção ao trabalho. Por isso, a maquinaria mais desenvolvida força o trabalhador a trabalhar agora mais tempo que fazia o selvagem ou que ele próprio com suas ferramentas mais simples e rudimentares (MARX, 2011, p.946).

Assim, a degradação do trabalhador em relação ao trabalho foi se constituindo de forma rápida e cruel, porque foi imposta pelo novo sistema capitalista, causando uma espécie de sujeição, subordinação, subsunção desse trabalhador ao capital porque

O valor objetivado na maquinaria aparece, ademais, como um pressuposto, diante do qual o poder valorizador da capacidade de trabalho individual desaparece como algo infinitamente pequeno; por meio da produção em massas enormes, que é posta pela maquinaria (MARX, 2011, p.931).

A sujeição do trabalhador ao sistema capitalista é um exemplo de como essa mesma situação ocorre em outras áreas da sociedade como a educação que, algumas vezes, se sujeita a imposições do Estado que do seu lado se sujeita a interesses de grupos particulares. Assim, o objeto estudado nesta dissertação pode ser caracterizado como exemplo de relação de sujeição, já que nas parcerias analisadas o setor público é comandado pelo setor privado, da mesma forma que o trabalhador ficou comandado pelos ditames do ritmo do trabalho em decorrência da dominação presente nas relações sociais de produção.

A subsunção na relação público-privada se manifesta pela subserviência de uma categoria a outra no desenrolar da relação mesmo que não fique clara a sobreposição de uma categoria à outra quando ambas deveriam ser iguais, mas numa sociedade capitalista a igualdade é apenas formalidade e assim é possível falar da predominância de um polo sobre o outro. Essa sobreposição ocorre desde o início com a degradação de uma das categorias (público) para que haja auxílio da outra (privada), o que gera situações de dependência e poder onde uma categoria é subsumida pela outra.

Aliada a essa categoria teórico-metodológica fiz uso da abordagem qualitativa que, de acordo com Chizzoti (2003), é uma das mais apropriadas para trabalhar com objetos que não podem ser mensurados, pois necessita por parte da pessoa que faz a pesquisa uma atenção sensível ao objeto estudado.

Fiz uso de pesquisa bibliográfica como uma das fases do caminho percorrido metodologicamente, pois segundo Gil (2002, p, 44) “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” sendo que

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente (idem, p.45).

Esse tipo de pesquisa foi essencial para o desenvolvimento da Dissertação, tendo em vista que é imprescindível fazer uso de livros e textos científicos e é a melhor opção para que eu aprenda cada vez mais, já que “sua finalidade é colocar o pesquisador em contato com o que já se produziu e se registrou a respeito do tema de pesquisa” (PIANA, 2009, p.120).

Também fiz uso de pesquisa documental, em especial, nos documentos reguladores das parcerias via “Pacto pela Educação do Pará” que foram as maiores fontes de informações para minha pesquisa e até mesmo sobre o IAS que já possuía algumas pesquisas sobre sua atuação na educação. Faço isso porque

O uso de documentos em pesquisa deve ser apreciado e valorizado. A riqueza de informações que deles podemos extrair e resgatar justifica o seu uso em várias áreas das Ciências Humanas e Sociais porque possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessita de contextualização histórica e sociocultural (SÁ SILVA, ALMEIDA e GUINDANI, 2009, p. 02).

Durante a escrita deste texto, algumas categorias foram surgindo e necessitando de maior destaque como, por exemplo, a gestão escolar que é o objeto de estudo de grandes autores que se debruçam a entender o papel desse profissional na tomada de decisões dentro da escola.

O estudo dessa categoria se tornou essencial para responder os objetivos propostos e a leitura de referências na área me ajudaram a subsidiar a Dissertação, tais como: Santos (2012) que analisa o perfil dos gestores escolares de escolas públicas no Estado do Pará onde constata que o perfil da maioria ainda é aquele tradicional onde as decisões da escola são centradas no diretor que possui características de gerentes com alguns instrumentos de gestão democrática; Santos e Hora (2014) que propõem debates para ampliar a discussão sobre gestão educacional com atenção especial para os profissionais egressos dos cursos de Pedagogia e Paro (2011; 2002) que analisa a necessidade de não desassociar a discussão entre política e a prática pedagógica no exercício da função de gestor escolar tendo em vista que a escola não é neutra e que as políticas educacionais são reflexos da disputa de interesses dentro de uma sociedade de classes.

Outra categoria destacada foi “Estado” por compreender que é partir dele que as políticas educacionais são implementadas e implantadas até se materializarem na escola pública e me propus a compreender para quê surge tal instituição e a quem ele serve baseado no clássico liberal John Locke que a meu ver é o que melhor conceitua a forma

representativa de Estado moderno que se conhece atualmente, embora assuma neste estudo a concepção de Estado de Karl Marx que o compreendia como a forma que a burguesia encontrou para ampliar seus negócios e manter a desigualdade social de classes, como produto das relações sociais de produção.

No Brasil, o Estado e suas ações, em especial, na educação são reflexos de disputas de grupos sociais onde o Estado vem se destituindo ao longo dos anos de suas obrigações e para não entregar diretamente ao Segundo Setor (Mercado) as transfere para o chamado “Terceiro Setor” que Carlos Montaña (2014) caracteriza como um canto ilusório onde se pensa que haverá benefícios para o setor público, mas que na realidade atua de forma mascarada comprometida socialmente a serviço dos interesses dos empresários que são os que mais defendem a atuação desse Terceiro Setor nas políticas sociais porque ganham recursos públicos e orientam os direcionamentos nas ações públicas quando atuam em parceria com o Estado.

Como a economia dita o fluxo das decisões do Estado e o Terceiro Setor ao longo dos anos vinha perdendo espaço e credibilidade o mercado se reinventa ao criar o “Setor Dois e Meio” que para Grazioli (2015) seria a face reinventada do capitalismo moderno que uni lucro ao desenvolvimento social. Destaco que o Primeiro Setor, o Segundo Setor, Terceiro Setor e o Setor Dois e Meio se misturam tanto em suas ações em nome do público, aí incluída a educação por meio de parcerias público-privadas que se torna arriscado tentar separar o papel de cada um porque é a economia quem decide o rumo do país onde as políticas públicas são planejadas com foco no desenvolvimento econômico. Daí a necessidade do Estado ouvir pessoas comprometidas com a esfera pública ainda na fase de formulação dessas políticas e não somente o empresariado como ocorre em algumas situações quando estes são tidos como classe de expertise, o que demonstra estreita relação entre o Estado e a iniciativa privada.

As parcerias entre o público e privado na educação ganharam impulso nos debates no Brasil a partir dos anos de 1990 e também vem sendo objeto de investigação de autores como Peroni e Adrião (2013) que analisaram parcerias entre Prefeituras municipais e o IAS nas cinco regiões do País e constataram que as consequências dessas parcerias são similares em todo o Brasil; Adrião (2017) que traz reflexões sobre as formas como a educação pública se subordina à financeirização econômica, e Comerlato (2013) que analisa as consequências de parcerias público-privadas para a gestão em uma rede de ensino municipal no contexto de uma sociedade capitalista.

No Estado do Pará, *locus* de minhas análises neste estudo destaco alguns trabalhos decorrentes de orientações por meio da coordenação do Observe como Braga (2013) que analisou a concepção teórico-metodológica de um programa desenvolvido pela Fundação Itaú Social para as escolas públicas brasileiras via parcerias e Martins (2010) que desvelou em um município paraense que um representante do setor privado também por meio de parcerias estava interferindo diretamente na gestão pública municipal.

Esses são dois exemplos de estudos decorrentes de outros realizados por estudantes paraenses de pós-graduação que passaram pelo Observatório de Gestão Escolar Democrática enquanto orientandos e que apresentaram as diversas facetas das parcerias público-privadas na educação e as implicações para a organização do trabalho na escola. O grupo Observe realiza estudos nessa temática desde 2008 e este trabalho poderá contribuir para o acervo dessa discussão destacando a subsunção da educação pública às normas do setor privado via parcerias entre Prefeituras municipais e o IAS e as parcerias decorrentes do “Pacto pela Educação do Pará”.

Para exemplificar essa relação entre o público e o privado na educação paraense via IAS, utilizei três teses de Doutorado por serem as mais recentes a partir de 2010 e por centrarem suas pesquisas no Estado do Pará, a saber: Gutierrez (2010) em Altamira, Sousa (2013) em Santarém e Pojo (2014) em Benevides; e em relação ao “Pacto pela Educação do Pará” minhas análises se basearam em documentos disponibilizados pela Secretaria Estadual de Educação (SEDUC), tais como: “Cardápio de projetos – 7 resultados do Pacto pela Educação do Pará” que são modelos de ações para melhorar a qualidade educacional, a Lei nº 7.649, de 24 de junho de 2012 que dispõe sobre as normas de licitação e contratação de parcerias público-privadas – PPP no âmbito do Estado do Pará e alguns Decretos decorrentes desse Pacto que o regulam como o nº792 que institui o Comitê de governança estadual e os Comitês de governança regionais e nº 695 que estabelece critérios para o exercício das funções de Diretores e vice diretores da rede estadual de educação de ensino.

O IAS é uma organização sem fins lucrativos que realiza parcerias com Prefeituras municipais em vistas de contribuir com a melhoria dos índices educacionais por meio de soluções educacionais propostas pelo Instituto e o “Pacto pela Educação do Pará” é um programa do governo estadual lançado em 2013, com duração de cinco anos, que tem como base o estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada para também melhorar os índices educacionais.

Esta dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro é intitulado “O Estado no contexto das decisões de ações governamentais” onde faço uma breve contextualização baseada principalmente nos clássicos como John Locke que a meu ver apresenta de maneira geral as faces do Estado e qual seu papel na sociedade e Karl Marx que revela outras feições desse Estado ligadas intimamente a interesses de grupos particulares e apresenta a revolução social como medida para enfrentar as ações estatais criadas para beneficiar a classe burguesa na sociedade capitalista, porque este Estado realiza suas ações baseadas em interesses da classe dominante o que também influencia reformas nos Estados modernos como o Brasileiro que segue na mesma perspectiva, favorecendo o capital.

No segundo capítulo, denominado “As metamorfoses na relação público-privada no Brasil” analiso a predominância do privado sobre o público na questão da lógica de estabelecimento de parcerias na educação básica do Pará com destaque a partir dos anos de 1995 até os dias atuais, demonstrando que as metamorfoses ocorrem porque os discursos oficiais para o estabelecimento de parcerias são reinventados ou assumem outras posturas, mas a velha questão da essência de privilegiamento da burguesia e suas frações se mantém o que favorece a atuação de entidades do denominado “Terceiro Setor” e do recente “Setor Dois e Meio” na educação.

No terceiro capítulo, que chamo de “A subsunção do público ao privado na educação do Estado do Pará” apresento exemplos de parcerias público-privadas na educação paraense que são representantes tanto do Terceiro Setor como do Setor Dois e Meio via Instituto Ayrton Senna e das parcerias celebradas no “Pacto pela Educação do Pará” onde em ambos os casos o Estado transfere parte de sua responsabilidade com a educação para entidades privadas nortear as decisões do cotidiano escolar e/ou introduzirem suas ferramentas mercadológicas no interior da escola pública.

As considerações sintetizam os principais resultados encontrados no desenvolvimento dos estudos e pesquisas realizados, procurando destacar os efeitos da subsunção do público ao privado após a celebração de parcerias e suas consequências para a gestão das escolas públicas no Estado do Pará.

CAPÍTULO 1 – O ESTADO NO CONTEXTO DAS DECISÕES DE AÇÕES GOVERNAMENTAIS

Neste capítulo, analisarei como o Estado ao longo da história desenvolve suas ações guiado por interesses de grupos sociais dominantes o que tende a influenciar o peso da balança nas decisões governamentais. No Brasil, algumas reformas demonstram que, dependendo do momento ou do governante oficial, o Estado também tende a favorecer os interesses daqueles que detém o poder representado pela classe dominante.

1.1 – Uma breve análise da atuação do Estado ao longo da história

A Constituição Federal Brasileira de 1988 é o documento mais importante no arcabouço jurídico do Brasil e, já em seu preâmbulo, expõe a instituição do País como um Estado Democrático destinado a garantir direitos sociais e individuais – é o Estado de Direito que, em tese, deve trabalhar para assegurar os direitos sociais a todos sem distinção de classe, cor e/ou gênero (BRASIL, 1988).

Tal Estado Democrático de Direito apresenta seus fundamentos expressos em seu Art. 1º, tais como: cidadania e dignidade da pessoa humana e a defesa de que “todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente”. Nesse sentido, os representantes eleitos pelo e para povo devem trabalhar para que todo cidadão tenha condições mínimas de vida e a educação como um direito essencial gratuito disponível pelo Estado. Esse fato pode ser comprovado pelo Art. 23 que trata de suas competências, com destaque para o inciso V segundo o qual deve “proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação”. Mas será que o Estado representa de fato a todos?

Nas ideias do liberal John Locke (1632-1704) são reveladas algumas das faces do Estado um tanto perversas para a classe trabalhadora dentro do sistema capitalista que influencia Estados enquanto instituição como o Brasil. Suas formulações teóricas tiveram significativa influência no movimento de emancipação da burguesia como foi o caso da Declaração da Independência dos Estados Unidos⁴ - maior potência econômica mundial, atualmente.

⁴ Aprovada pelo Congresso Continental em 4 de Julho de 1776.

John Locke viveu em um período de constantes mudanças sociais e econômicas e nesse cenário escreveu uma de suas obras mais importantes intitulada “Segundo Tratado sobre governo civil” (1994) logo após a Revolução Gloriosa e embora o capitalismo tenha surgido desde o século XIII na transição do sistema feudal de troca de mercadorias, mas foi na Revolução Inglesa no século XVIII que este sistema ganhou força mundial e como os ideais desta revolução provavelmente já estavam se constituindo bem antes, talvez tenham influenciado Locke nos seus escritos para ser considerado um liberal, embora tenha falecido antes dessa acontecer. Destaco que esta obra surgiu quase um século antes da Revolução Burguesa na França (1789).

Locke (1994) já compreendia que as futuras mudanças nas relações de produção e sociais seriam consequências de mudanças também do regime político e, por isso, elenca princípios ou bases para regulação do Estado moderno burguês, onde surge a educação institucionalizada e tal regulação ocorreria por meio de um contrato social onde cada homem nasceria com direitos iguais incluindo o de legislar sobre a melhor forma de conduzir a vida em sociedade e a partir de um pacto social ⁵realizado com o consentimento de todos seria permitido que um homem ou um conjunto de homens formassem o poder representativo – o Estado.

Admite a inconveniência do estado de natureza, em que todo homem “tem o poder executivo da lei da natureza” em suas próprias mãos, e ele está consciente de que a “natureza doentia, a paixão e a vingança” podem levar o homem “longe demais na punição dos outros, e daí em diante só advirá a confusão e a desordem”. O estabelecimento de um governo, mas não de um governo absoluto, é a solução adequada (LOCKE, 1994, p. 17).

Ainda de acordo com este autor, a relação um tanto subserviente das pessoas com o Estado é considerada algo natural e desejável por ambas as partes, tendo em vista que é este Estado que vai gerir as leis que irão organizar a vida em sociedade porque os homens quiseram uma representação de seus pares que constituiria o que conhecemos como Estado resultante de um pacto social.

É uma condição em que os homens são livres e iguais, mas não é “um estado de permissividade” em que eles podem pilhar um ao outro. “O estado de natureza tem uma lei da natureza para governá-lo, a que

⁵ O pacto social também é defendido por Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) ao dizer que ele “estabelece tal igualdade entre os cidadãos, que os coloca todos sob as mesmas condições e faz com que todos usufruam os mesmos direitos” (sd, p. 46).

todos estão sujeitos; e a razão, que é aquela lei, ensina a todo o gênero humano... que, sendo todos iguais e independentes, ninguém deve prejudicar o outro em sua vida, saúde, liberdade ou posses”. Isto porque todos são “obra do Criador onipotente e infinitamente sábio... enviados ao mundo por sua ordem e a seu serviço”. Um homem que transgride a lei da natureza “declara viver sob outra regra que não aquela da razão e da equidade comum... e assim torna-se perigoso ao gênero humano” (p.17).

Ou seja, o Estado moderno como ainda vivenciamos no que se refere a sua representatividade de estabelecer direitos e deveres aos cidadãos foi aceito pelos próprios homens em sociedade, só que as forças econômicas tendem a influenciar suas ações ao propor proteção desse Estado à propriedade privada quando deveria assegurar o direito a todos. É possível perceber que a representação oficial da sociedade foi constituída, em tese, para todos, mas os que possuem maior poder aquisitivo são os mais beneficiados por esta forma moderna de organização estatal.

Esta ideia pode ser reforçada por Marx e Engels (1982) ao dizerem que o Estado privilegia a propriedade privada propriamente dita, que o excluiu do seu processo de consolidação marcada por estágios, que foram desde o mundo antigo até a idade média com a propriedade mobiliária até esta que se conhece, atualmente, formada pelo grande capital e a concorrência universal.

É a esta propriedade privada moderna que corresponde o Estado moderno, adquirido pouco a pouco pelos proprietários privados através dos impostos, inteiramente caído em suas mãos pelo sistema da dívida pública e cuja existência depende exclusivamente, pelo jogo da alta e da baixa dos valores do Estado na Bolsa, do crédito comercial que lhe concedem os proprietários privados, os burgueses (p.98).

Os autores continuam afirmando que a burguesia se emancipou da comunidade e evoluiu de tal forma que deixou de ser uma simples ordem social e passa a ser uma classe, que precisava ampliar seus negócios do plano local para o nacional e o Estado que era seu depende direto passa a ter uma função particular na sociedade, mas

Este Estado não é mais do que a forma de organização que os burgueses necessariamente adotam, tanto no interior como no exterior, para a garantia recíproca de sua propriedade e de seus interesses (p.98).

Isso ocorre porque

Como o Estado é a forma na qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e na qual se resume

toda a sociedade civil de uma época, segue-se que todas as instituições comuns são mediadas pelo Estado e adquirem através dele uma forma política. Daí a ilusão de que a lei se baseia na vontade e, mais ainda, na vontade destacada de sua base real – na vontade livre. Da mesma forma, o direito é reduzido novamente à lei (MARX e ENGELS, 1982, p. 98).

O Estado, na visão de Karl Marx (1818-1883), deveria ter função social de realmente organizar a vida em sociedade e garantir o bem estar de todos os cidadãos, sem influência de interesses privados, porque estes propiciariam individualismo e, conseqüentemente, as desigualdades sociais e a subordinação das relações que não deveriam existir.

O capital se encarna em coisas: instrumentos de produção criados pelo homem. Contudo, no processo de produção capitalista, não é o trabalhador que usa os instrumentos de produção. Ao contrário: os instrumentos de produção — convertidos em capital pela relação social da propriedade privada — é que usam o trabalhador. Dentro da fábrica, o trabalhador se torna um apêndice da máquina e se subordina aos movimentos dela, em obediência a uma finalidade — a do lucro — que lhe é alheia (MARX, 1996, p.34).

A crítica à propriedade, que não seria algo natural, se faz presente em seus discursos e escritos porque as relações sociais passaram a ser regidas pelos interesses do capital e o homem já não seria dono da própria vida, pelo menos o homem sem recursos financeiros. “Como ao dinheiro não se pode notar o que se transformou nele, converte-se tudo, mercadoria ou não, em dinheiro. Tudo se torna vendável e comprável” (p.252).

No “Dicionário do Pensamento Marxista” é apontado que nessa relação onde quase tudo passa a ser mercadoria o Estado possui papel decisivo na organização dessas relações tendo como principal função “assegurar e conservar a exploração e a dominação de classe” (MARX, sd, p. 217), porque o Estado moderno funcionaria como “um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (MARX e ENGEL, 1999, p.10). Daí Marx criticar a propriedade privada como guia das ações do Estado por entender que os interesses pessoais de cada um são subjetivos e as relações em sociedade passam a ter valor comercial e os homens deixam de ter direitos que deveriam ser assegurados pelo Estado e passam a ter que lutar por meio de revoluções, para garantir ainda o mínimo para sua existência social já que esse comitê dificilmente trabalhará em prol de políticas sociais para os menos favorecidos socialmente. Nessa perspectiva, o Estado trabalha para manter a desigualdade de classes e as políticas sociais por ele estabelecidas desempenham papel importante para manter os menos favorecidos em nível suportável para que possam se reproduzir.

Quem reforça as ideias de Marx é o contemporâneo David Harvey (1935- atual) ao defender que o Estado deve agir sem interferências dos interesses privados e assim destina muitas de suas análises para entender a função desse Estado atualmente o que o faz concluir o que Marx já assinalava quando diz que

O tipo de sociedade que emergiu foi fundamentalmente nos direitos de propriedade privada, no individualismo jurídico e em alguma versão do livre-mercado e livre-comércio. O Estado viu cada vez mais seu papel como gestor dessa economia como forma de aumentar sua riqueza e poder (HARVEY, 2011, p.79).

O autor reforça tal premissa ao tratar das crises econômicas como inerentes ao sistema do capital para o fortalecimento do capitalismo e

Servem para racionalizar as irracionalidades do capitalismo. Geralmente, levam a reconfigurações, novos modelos de desenvolvimento, novos campos de investimento e novas formas de poder de classe (p.18).

As novas formas de poder de classe (burguesia) servem para mascarar velhas formas de manutenção das relações de patrões e empregados, Estado e povo, quem tem dinheiro e os que não tem. O Estado representa o capital e não fornece o que deveria garantir ao povo produzindo a ilusão de neutralidade, porque age dessa forma servindo aos senhores do capital, a quem representa, efetivamente.

Na falta de persuasão, é claro, os desenvolvedores do capitalismo são notórios por recorrer a todo tipo de esquema, da subversão política e das manobras legais à força bruta, para limpar a terra para seus projetos (HARVEY, 2011, p.158).

O autor continua sua crítica ao papel do Estado nesses momentos de ditas crises do capital, porque os que vendem a ideia da crise são os grandes empresários que defendem a livre concorrência e o mercado como parâmetro e regulador do progresso, mas recorrem ao Estado financeiramente para se reerguerem porque “só um maciço plano de socorro do governo poderia restaurar a confiança no sistema financeiro” (p.12). Aí vejo que as ações do Estado e de quem está no poder são decisivas para a manutenção da diferença de classes, confirmando o que Marx já assinalava que o Estado foi criado para realizar a manutenção dos interesses de grupos privados que não traçar caminhos para se ter uma sociedade mais igualitária e no Brasil, essas ações podem ser observadas por meio de reformas mais recentes realizadas no aparelho do Estado que serão discutidas, a seguir.

Harvey (2011) fez essa análise há menos de uma década nos Estados Unidos, mas a situação no Brasil é similar quando ao papel do Estado a quem ele serve porque a própria Constituição é um pouco contraditória no inciso XXXIII do Art. 5º que trata do acesso a informações públicas e estabelece que todos possuem direitos de acesso ao que desejarem “ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado” e aí já é possível questionar se este Estado deve se proteger daqueles a quem ele representa? Entendo que todo Estado precisa de tal proteção, mas desde que essa proteção seja realmente para assegurar os direitos de todos e não somente de grupos privilegiados.

Essa situação já era relatada por Marx e Engels (1992) em que um Estado independente só existe onde ainda não há desenvolvimento sem a criação de classes onde uns não pudessem dominar ou outros, ou seja, atualmente ocorre a dominação do Estado por interesses mercantis em nível internacional neste sistema capitalista porque a organização estatal moderna, a exemplo do Brasil, demonstra que a classe dominante tem poder e influencia as ações governamentais de acordo com seus interesses e os direitos que deveriam ser garantidos por esse Estado a todos como a educação precisam ser codificados por meio de leis para que assim se constitua efetivamente em um direito. O Estado é guiado por quem tem mais poder na sociedade porque o Estado representa os donos poder!

A sujeição do Estado aos interesses de grupos particulares que vinha sido relatada por Marx há bastante tempo em suas obras parece que ainda se perpetua, pelo menos no Brasil, que ainda é marcado por traços dos ideais liberais de John Locke na Constituição Federal de 1988 onde as atuais mudanças desfiguram a Constituição já que ela é fruto do seu tempo histórico e das relações entre capital versus trabalho.

Em nome da organização e manutenção das leis que seriam naturais, John Locke com suas ideias liberais tem marcas significativas na estrutura do Brasil porque a Constituição Federal dá abertura para que esse Estado capitalista possa criar leis para beneficiar os mais fortes, visto que, em seu preâmbulo deixa claro que nem laico ele pode ser caracterizado, como se observa a seguir

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembléia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem

interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus [...]

E questiono como o Estado trabalhará em prol de quem não se considera ou não é cristão?.

Como marco a CF de 1988 para as análises sobre o Estado, no próximo tópico trabalho as reformas a partir dos 1995 até a atualidade, ou seja, dos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) até Michel Temer (2016-atual). Embora saiba que ocorreram reformas nos governos de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Itamar Franco (1992-1994). Mas foi a partir do PDRAE de 1995 que tais reformas foram mais expostas nos discursos e documentos oficiais na esfera pública em nome do esgarçamento do Estado via reformas porque foram realizadas

Em nome da modernização do Estado, exigida para adequação à economia mundial, o PDRAE propõe uma reforma administrativa onde as funções do Estado são redefinidas com o objetivo de reduzir o seu tamanho (BRAGA, 2013).

Além disso, esse Plano é o principal manifesto político que apresenta as alterações nas relações e dinâmicas entre Estado e sociedade civil e é a partir dele que são mais claramente observadas as contradições entre público e privado por meio da privatização, terceirização e publicização que dão embasamento para ampliar as parcerias.

Por privatização o documento entende a transferência, para a iniciativa privada, da propriedade de dado setor com vistas a transformá-lo em uma instituição de e para o mercado. A terceirização corresponderia ao processo de transferência, para o setor privado, de serviços caracterizados como auxiliares ou de apoio de atividades desenvolvidas pelo Estado. A publicização, por sua vez, consistiria na transferência para o setor público não estatal dos serviços sociais e científicos que hoje o Estado presta (PERONI e ADRIÃO, 2007, p. 47).

Dáí eu usar o governo FHC como marco para as análises do próximo item por entender que o papel do Estado sofre uma metamorfose no que refere ao público e privado favorecendo este último, ao diminuir suas obrigações com a área social, mas vendendo a ilusão de servir ao público. O discurso para a realização das parcerias entre outras questões se dá pela ineficiência dos serviços estatais, mas “a ineficiência do Estado está diretamente relacionada à sua subordinação aos interesses privados” (PETRAS, 1996, p.9).

1.2 – As reformas do Estado brasileiro como ponte para a privatização disfarçada das parcerias público-privadas

Como consequência da crise foram realizadas reformas para adequar o Estado aos novos tempos do capital. De acordo com o Ferreira (2001) a palavra reforma significa melhorar, evoluir naquilo que está errado e neste tópico tratarei sobre as reformas que aconteceram no Estado brasileiro por entender que foram por meio de reformas que o Estado também se apresenta a quem ele serve porque só há mudança quando se quer alterar uma realidade, mas para beneficiar quem?

A partir da crise do capitalismo mundial iniciada no final dos anos oitenta todos os países do mundo ocidental foram obrigados a passar por reestruturações em suas organizações para acompanharem as mudanças tecnológicas e econômicas do ajuste neoliberal, principalmente o Brasil que tinha e tem uma economia em desenvolvimento e a base das mudanças a serem implantadas se dava por agências internacionais que orientavam/orientam o que deveria/deve ser feito mundialmente e naquele caso, na perspectiva do neoliberalismo⁶, pois “a reforma do Estado passou a ser instrumento indispensável para consolidar a estabilização e assegurar o crescimento sustentado da economia” (BRASIL, 1995, p.6).

Há algumas décadas, países em desenvolvimento como o Brasil procuram estratégias para efetivar mudanças nas diversas áreas sociais, como a educação, de modo que os padrões de qualidade de vida da sociedade sejam cada vez mais altos e o País em geral possa sonhar um dia ser considerado desenvolvido, em grande parte decorrente da nova reestruturação produtiva, após a crise do capital desde os anos oitenta (SANTOS, 2014b).

Bresser Pereira (2014) afirma que, no Brasil, a relação entre Estado e sociedade passou por muitos estágios e fases onde pactos políticos foram sendo realizados ao longo da história, destacando que o País só se efetiva como Estado-nação sem dependência de outros países como Portugal, Inglaterra e França a partir de 1930.

Esse período é denominado pelo autor de revolução capitalista brasileira e foi essencial para a construção política e social do Brasil dando novos rumos para a relação Estado e sociedade, onde cada período como a Era Vargas, Ditadura civil militar,

⁶ O neoliberalismo é um “projeto de classe que surgiu na crise dos anos 1970. Mascarada por um retórica sobre liberdade individual, autonomia, responsabilidade pessoal e as virtudes da privatização, livre-mercado e livre –comércio, legitimou políticas draconianas a restaurar e consolidar o poder da classe capitalista” (HARVEY, 2011, p. 16).

Movimento das “Diretas Já” foi possível perceber o estabelecimentos de pactos políticos nessa relação que foram conduzindo os novos rumos do país. Nesta dissertação, darei maior ênfase para análise das ações do Estado a partir de 1995 – governo FHC até o presente momento porque foi o primeiro presidente a terminar seu mandato após a CF e momentos conturbados na história política com a substituição de Fernando Collor de Mello por Itamar Franco e pelo fato de entender que é a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso com o PDRAE que as reformas estatais são mais incentivadas e publicizadas pelo governo como carro-chefe de suas ações para conduzir a nação brasileira.

Fernando Henrique Cardoso ou simplesmente FHC como ficou popularmente conhecido de acordo com informações do *site* de sua Fundação⁷ é sociólogo pela Universidade de São Paulo de onde posteriormente se tornou professor e Doutor em Ciências da Filosofia. Embora tenha iniciado a carreira política no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB⁸) saiu deste para fundar junto com outros políticos como José Serra o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) pelo qual foi eleito para governar o país por dois mandatos consecutivos de 1995 a 2002.

Ainda de acordo com esse mesmo *site*, FHC ganhou notoriedade social ainda no governo antecessor ao seu ao assumir o Ministério das Relações Exteriores do governo do presidente Itamar Franco (1992-1994) e, particularmente, a partir de 1993 quando assumiu o Ministério da Fazenda e colocando em circulação a nova moeda – o Real que deu algum impulso para a frágil economia à época. Este fato favoreceu sua candidatura e vitória na eleição do ano subsequente reforçando a prática do ajuste neoliberal.

Um dos marcos de seu governo é o PDRAE lançado no primeiro ano de seu mandato com a justificativa de que

A crise brasileira da última década foi também uma crise do Estado. Em razão do modelo de desenvolvimento que Governos anteriores adotaram, o Estado desviou-se de suas funções básicas para ampliar sua presença no setor produtivo, o que acarretou, além da gradual deterioração dos serviços públicos, a que recorre, em particular, a

⁷ <http://fundacaoofhc.org.br/ruth-e-fhc/fernando-henrique-cardoso>

⁸ Bresser-Pereira (2014, p. 318) ao analisar algumas características de partidos políticos no Brasil apresenta dois tipos na história do País, sendo um primeiro denominado como “Partido de negócios” que são aqueles “sem ideologia ou programa, voltados exclusivamente a satisfazer aos interesses de poder e de enriquecimento pessoal de seus líderes. O sistema eleitoral proporcional lhes permite formar bancadas e vender seus votos aos presidentes em troca de cargos e emendas parlamentares” e um segundo chamado de “sempre indefinido” como o PMDB no cenário político.

parcela menos favorecida da população, o agravamento da crise fiscal e, por consequência, da inflação. Nesse sentido, a reforma do Estado passou a ser instrumento indispensável para consolidar a estabilização e assegurar o crescimento sustentado da economia. Somente assim será possível promover a correção das desigualdades sociais e regionais (BRASIL, 1995, p. 6).

Esse Plano tinha como foco incentivar o redimensionamento do tamanho do Estado que seria, via sua atuação com os serviços públicos contemplando a atuação da iniciativa privada em setores que deveriam ser de sua responsabilidade e enfatizando que o Estado sozinho não seria capaz de ofertar com qualidade todos os serviços que seriam de sua alçada e que precisaria da experiência de empresas privadas para o desenvolvimento do Brasil. Há a introdução da lógica gerencial típica da iniciativa privada no setor público incluindo a escola pública e estimulando as parcerias entre o público e o privado, cuja relação tem raízes econômicas e políticas antigas (SGUISSARDI, 2009).

Em tese, este Estado se exime de suas responsabilidades, principalmente, com a área social e transfere recursos para o setor privado gerenciar o que é público demonstrando sua promíscua relação com os interesses privados que, em tese, não trabalhará para o bem de todos que deveria ser a real função do Estado na perspectiva Rousseauiana⁹ que já criticava essa ligação do que é privado na gerência do que é público onde o bem comum na sociedade deve ser a finalidade do Estado e os interesses particulares (privados) não devem estar acima deste fim.

Um destaque desse governo foi a criação do programa Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)¹⁰ em 1999 que é uma modalidade de financiamento estudantil, primeiro ano do segundo mandato de FHC de acordo o Ministério da Educação (MEC) onde há repasse de verba pública para faculdades privadas em troca de vagas para alunos cursarem o ensino superior. Ao invés de criar universidades públicas para ampliar o número de vagas para alunos e professores concursados, FHC priorizou em seu governo os empresários dando a ilusão de trabalhar em prol da classe trabalhadora investindo no setor privado educacional.

Bresser Pereira (2014) revela que o governo de FHC já havia percebido que não poderia governar o Brasil como sendo uma autarquia e fechando-se em si mesmo diante de uma economia global, mas poderia ter se posicionado contra alguns itens da

⁹ Ver a obra “Do contrato social” de Jean-Jacques Rousseau (sd)

¹⁰<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/fies.pdf>

ideologia¹¹ neoliberal dominante, o que não fez. Logo no início de seu primeiro mandato usou estratégias para obter substancial maioria de votos no Parlamento para que assim pudesse aprovar suas medidas, o que demonstra a meu ver um jogo de acordos na política nacional onde o governante (presidente) do momento necessita fazer alianças com parlamentares se desejasse concretizar algo de seu Plano de Governo ou pelo menos manter sua governabilidade.

Essa maioria deu poder ao governo para iniciar uma agenda que logo no início se revelou neoliberal e dependente: neoliberal porque implicava a privatização de empresas que constituem monopólios naturais, como a produção e distribuição de energia elétrica, as estradas e a telefonia fixa; dependente porque retirou a preferência assegurada às empresas nacionais na Constituição; e permitiu não apenas a privatização mas também a desnacionalização dos serviços públicos monopolistas e dos grandes bancos de varejo (BRESSER PEREIRA, 2014, p. 318).

Nesse sentido, o pacto realizado na gestão de FHC foi com a agenda neoliberal que buscou ter uma atuação mínima do Estado com a área social, aí incluída a educação, transferido sua obrigação para parceiros privados que quisessem, ampliando a participação destes na esfera pública por meio de parcerias público-privadas ou pela privatização de estatais. A desvalorização das empresas nacionais também é destaque porque o discurso oficial era de ampliação das relações brasileiras com o mercado internacional, mas que na realidade esse discurso foi mais um artifício no caminho da privatização total do Estado como foi a venda de ações da Petrobrás.

A meu ver, seu governo terminou iniciando o processo de “venda do Brasil através de reformas” que privatizaram grandes estatais como dos setores de energia elétrica e telefonia. Digo que iniciou porque o arcabouço jurídico de regulamentação de parcerias público-privadas se consolida no governo seguinte, o que me faz entender que seu projeto neoliberal para o Brasil no que se refere à privatização de estatais é acelerado na prática na gestão seguinte, ou seja, o projeto neoliberal no Brasil é estimulado por FHF e concluído por Lula (PAULANI, 2008).

Seu sucessor, em termos de formação escolar, fica numa situação inferior porque Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) completou apenas o ginásio (hoje Ensino Fundamental) e depois de três tentativas frustradas chegou à Presidência da República sendo o primeiro operário a ocupar tal cargo no Brasil.

¹¹ Ideologia aqui entendida produção de ideias pela classe dominante de cada época. “As idéias dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes concebidas como idéias” (MARX e ENGELS, 1982, p.72).

De acordo com informações do Instituto Lula¹², este nasceu no Nordeste no seio de uma família pobre com pais analfabetos onde começou a trabalhar aos 8 anos de idade para ajudar no sustento de casa e desde a adolescência começou a participar de lutas sindicais e com menos de 30 anos de idade assume a diretoria do Sindicato onde comandou greves gerais ainda no período da ditadura civil militar no Brasil onde chegou a passar 31 dias na cadeia. Logo após deixar a cadeia, funda com ajuda de outros sindicalistas, o Partido dos Trabalhadores (PT) e se tornou o primeiro presidente do Partido em 1980.

Francisco de Oliveira (2007) caracteriza a vitória de Lula nas eleições presidências e seus dois governos como uma “hegemonia às avessas” onde a classe dominante aceita ser dominada e, neste caso, Lula representaria os dominados. No entanto, o que caracteriza tal hegemonia é que não houve lutas de classes para eleger o Presidente, pois este não foi eleito apenas por pobres ou menos favorecidos que, em tese, seriam seus maiores eleitores, pois os ricos aceitaram ser dominados e confirmaram essa ideia nas urnas. Destaco que hegemonia para Marx e Engels (1982) seria a capacidade de dirigir e construir consensos e tais consensos seriam criados por quem está no poder do Estado.

Essa hegemonia às avessas descrita por Oliveira (2007) faz referência às políticas e reformas do governo Lula, onde este conseguiu ter um diálogo com as elites e com a classe trabalhadora, simultaneamente. Este ex-presidente mesmo antes de chegar ao poder já possuía apoio e aprovação popular, mas foi atendendo aos interesses das duas classes (dominantes e dominados) que o tornaram um gestor público com carisma e aceitação acima da média, ou melhor, tornou-se um mito que estava para além dos interesses e disputas políticas.

Mas isso não significa que a direita brasileira tenha aceitado tranquilamente a eleição de políticos de esquerda. Lula sabia que a política é a arte do compromisso, das concessões mútuas, para alcançar maioria; mais do que isso, ele sabia é possível ser eleito sem o apoio da burguesia, mas é impossível governar sem ela (BRESSER-PEREIRA, 2014, p.343).

As palavras de Luiz Carlos Bresser Pereira que teve grande destaque no governo FHC estando à frente do PDRAE mostra como Lula começou e terminou seus mandatos

¹² <http://www.institutolula.org/biografia>

com consagração, pelo fato de saber jogar o jogo da política que envolve interesses dos vários grupos sociais.

Uma das ações de Lula foi a criação do “Programa Universidade Para Todos” (ProUni)¹³ criado pela Lei nº 11.096 de 13 de janeiro de 2005 onde há a concessão de bolsas parciais e integrais em faculdades privadas para estudantes brasileiros. Essa foi uma reforma importante porque embora este presidente tenha criado 14 universidades públicas federais em seus 8 anos de governo beneficiando a esfera pública, mas em contra partida a classe de empresários também ganhou com a criação do Prouni mostrando seu “jogo de cintura¹⁴” em favorecer os mais pobres, sem deixar de atender aqueles que também o colocaram no poder – os ricos.

Esse número significativo de universidades criadas nesse governo é um marco histórico para o Brasil porque houve a ampliação do número de vagas para ingresso em cursos de nível superior mesmo ainda sendo uma disputa desigual¹⁵ entre alunos de escolas públicas e privadas que não possuem condições de disputas iguais e esse marco é o destaque desses oito anos de governo nas palavras de Lula em entrevista a Emir Sader e Pablo Gentili

Eu sinto um orgulho – e nesse caso é um orgulho muito pessoal, até um pouco de vaidade-, que é o de passar para a história como o único presidente sem diploma universitário, mas o que criou mais universidades nesse país. Esse número eu dou sempre, que é um número muito exitoso e que vai ser muito difícil alguém superar: 14 universidades federais novas, 126 extensões universitárias, 214 escolas técnicas (LULA, 2013, p.12).

A “corda bamba da política” que Lula aprendeu a andar de forma magistral é indiscutível entre seus aliados e opositores porque soube servir e dar as respostas necessárias ao capital sem deixar de possibilitar progresso à classe trabalhadora, que até então era coadjuvante nas ações estatais. Esse Presidente compreendia que a elite e os donos do poder no País precisariam ganhar para que o trabalhador também pudesse ganhar e assim o fez ao dizer que

Eles nunca ganharam tanto dinheiro na vida como ganharam no meu governo. Nem as emissoras de televisão, que estavam quase todas quebradas; os jornais, quase todos quebrados quando assumi o governo. As empresas e os bancos também nunca ganharam tanto, mas os trabalhadores também ganharam. Agora, obviamente que eu

¹³ http://siteprouni.mec.gov.br/tire_suas_duvidas.php#conhecendo

¹⁴ Ver o artigo de André Singer (2009) intitulado “Raízes sociais e ideológicas do lulismo”.

¹⁵ Ver Santos (2012) especialmente, p.17.

tenho clareza que o trabalhador só pode ganhar se a empresa for bem. Eu não conheço, na história da humanidade, um momento em que a empresa vai mal e que os trabalhadores conseguem conquistar alguma coisa a não ser o desemprego (LULA, 2013, p. 16).

Seu governo foi sendo levado nesse jogo, que a meu ver, pode ser considerado performático em virtude de realizar passo a passo do que foi proposto para se manter no poder até porque se fazia necessário, se desejasse realizar ações diferenciadas, que dessem efetivas oportunidades de melhorar a vida aos menos favorecidos socialmente sem enfrentar a burguesia brasileira e assim criou o Bolsa Família¹⁶ que é uma ampliação do Comunidade Solidária¹⁷ de FHC sendo considerado um dos maiores marcos do governo Lula por tentar combater uma dos principais problemas do Brasil à época que era a fome. Atualmente, ainda em vigência tal programa criado pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004 consiste em um auxílio financeiro para famílias de baixa renda.

Destaco também como uma das reformas de Lula o “Programa Luz Para Todos¹⁸” foi lançado, por meio do Decreto 4.873 de 11 de novembro de 2003 e previa que até 2008 levar energia elétrica para mais de 10 milhões de pessoas do meio rural o que foi alcançado em maio de 2009 segundo dados do site do Programa. Essa ação deu ainda mais visibilidade e aprovação popular para o Presidente ex - operário.

Em seu governo ocorreram algumas denúncias contra empresas estatais que levou a operação da Polícia Federal (PF) denominada de “Mensalão¹⁹” o que provocou desconforto para sua gestão por ganhar notoriedade na mídia e por ser um dos primeiros escândalos de corrupção que foram noticiados e investigados na história do Brasil, o que considero um passo importante para a democratização das relações sociais.

Riscal (2006) diz que as políticas do governo Lula, em sua maioria, beneficiaram a população, principalmente pelo acesso à cultura e à educação, mas as reformas “foram amparadas por uma compreensão de educação como mecanismo de redução das desigualdades sociais” (p. 52). A autora continua afirmando que foi visando a “contenção da pobreza e não a alteração no quadro de produção e distribuição da riqueza” (p.53). Ou seja, as reformas e projetos do governo Lula foram concebidos

¹⁶ <http://bolsafamilia.datasus.gov.br/w3c/bfa.asp>

¹⁷ “Este programa, proposto pelo governo Fernando Henrique Cardoso, no início de sua gestão, tem como alvo os segmentos mais pobres do país, inseridos em patamares inferiores a condições dignas de vida” (SUPLICY e NETO, 1995, p. 41).

¹⁸ https://www.mme.gov.br/luzparatodos/Asp/o_programa.asp

¹⁹ Por Lidiane Duarte em: <http://www.infoescola.com/politica/mensalao/>

como instrumentos, em favor do mercado que precisava de mão obra qualificada com, pelo menos a educação básica, para conseguir a empregabilidade²⁰.

Pode-se perceber a conformidade dos principais programas do governo de Luís Inácio Lula da Silva com as diretrizes das agências internacionais: o Programa Universidade para Todos, PROUNI, que pretendia trocar isenções tributárias por vagas nas instituições de ensino superior privadas para estudantes carentes acaba por fortalecer a presença do setor privado na educação superior; o programa Bolsa-escola, originalmente instituído no governo de Fernando Henrique Cardoso, atingiu tal importância que em 2003 o governo chegou a pensar em substituir um aumento extra do salário mínimo pela elevação do aumento deste benefício; o programa Bolsa Família, unificou uma série de outros programas sociais em um único (incluindo o Bolsa-escola). Estes programas de complementação da renda têm recebido aplausos até mesmo de representantes do Banco Mundial (RISCAL, 2006, p. 54-55).

Nesse sentido, compreendo que o governo de Lula de 2003 a 2010 conseguiu jogar o jogo da política e saiu vitorioso porque houve progresso para a classe trabalhadora sem enfrentamentos diretos ou rompimentos com a elite, porque o então presidente sabia fazer política e

Demonstrou que sabia que não é possível governar o capitalismo sem os capitalistas e logrou deles se aproximar. Mais do que isso, procurou restabelecer um novo pacto nacional e popular [...]
Satisfez a esquerda reformista, foi visto como uma volta à ideia de nação pelos desenvolvimentistas centro-esquerda, maravilhou o “povão” – a grande massa de trabalhadores pobres que garantiu sua reeleição em 2006 -, e que alcançou popularidade no final de seu governo jamais vista anteriormente (BRESSER-PEREIRA, 2014, p. 343-344)

O Estado na figura de Lula foi performático²¹ ao ter se preparado durante anos para realizar uma encenação brilhante com direito a aplausos no final do espetáculo e na minha avaliação fez um bom trabalho, no sentido de que demonstrou interesse em atender de fato a todos, em especial, aos menos favorecidos socialmente, ao implantar políticas sociais para pobres, porque no governo anterior feito por FHC as ações foram voltadas mais para beneficiar a iniciativa privada e eximir a responsabilidade do Estado, em particular, com a área social.

²⁰ Trabalho com o conceito de empregabilidade na perspectiva de Oliveira (2001, p.62) onde diz que esta “deve ser entendida como capacidade não só de se obter um emprego, mas, sobretudo de se manter em um mercado de trabalho em constante mutação”.

²¹ Ver mais sobre isso em “Os sentidos do lulismo – reforma gradual e pacto conservador” de André Singer (2012).

Lula foi ponderando desenvolvimento social com os interesses da elite brasileira que foi mais atendida nas duas gestões de FHC. Mesmo com alguns escândalos em sua gestão, acusação por parte de alguns de que se deslumbrou quando chegou ao poder e/ou não atendeu plenamente os desejos da elite nada disso impediu que ele terminasse seu segundo mandato de maneira consagradora porque “a rejeição da burguesia brasileira só ficou mais clara no governo de Dilma Rousseff, que além de não possuir a habilidade política de Lula, não logrou as taxas esperadas de crescimento (BRESSER-PEREIRA, 2014, p. 344)”.

O Presidente petista elegeu sua sucessora do mesmo partido Dilma Vana Rousseff²² (2011-2016) que entrou para a história por ser a primeira mulher presidenta do Brasil e reeleita para um segundo mandato. É formada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS) e desde os 16 anos começou sua vida de militante sendo presa por três anos (1970-1972) no período ditatorial onde sofreu torturas como tantos outros desse triste período que lutavam por uma sociedade mais justa no Brasil.

A presidente Dilma Rousseff começou seu governo, em janeiro de 2011, com uma proposta de dar continuidade do governo Lula; **mais que isso, com a esperança de poder reeditar a performance de seu antecessor**, que combinara taxas relativamente elevadas de crescimento com redução da desigualdade econômica (BRESSER-PEREIRA, 2014, p.354, grifo meu).

Ainda de acordo com esse autor, naquela conjuntura de 2011, Dilma não teve forças para realizar uma depreciação do real assim como qualquer outro presidente naquelas condições de redução dos salários reais e aumento da inflação também não seria capaz. Além disso, a então Presidenta

Não contava com o apoio de praticamente ninguém – nem com o apoio de seus economistas desenvolvimentistas, nem dos economistas liberais associados à oposição; não contava com o apoio da classe trabalhadora, nem com o apoio da classe média²³ rentista e do mercado financeiro, cada um com os motivos diferentes (BRESSER-PEREIRA, 2014, p. 359).

Essa falta de apoio à Dilma pode ser observada também na constante troca de seus ministros porque durante o período em que governou o Brasil, houve trocas

²² <http://www2.planalto.gov.br/presidencia/presidenta/biografia/biografiadilma>

²³ Para Marx e Engels (1999) a classe média seria conservadora e reacionária que pode degenerar e perecer com o desenvolvimento da grande indústria onde somente o proletariado seria a classe revolucionária para enfrentar a burguesia.

constantes nos seus ministérios porque “Dilma Rousseff demitiu, substituiu ou aceitou a demissão de 86 ministros. Em média, um ministro foi demitido ou trocado no governo Dilma a cada 22 dias” (MORENO, 2017, p.9).

Ainda de acordo com esse autor, essa constante troca de ministros rendeu à Dilma o apelido de “faxineira” por se fazer uma alusão de que ela estava combatendo a corrupção no País o que Lula deveria ter feito e não fez. Esse posicionamento da Presidenta em não se opor a troca de ministros suspeitos de corrupção rendeu a ela uma relativa popularidade ainda na primeira gestão, o que lhe fez sonhar com a reeleição. Em contrapartida ela agregava opositores dentro do próprio PT de onde começou seu declínio sem aliados no partido.

Mesmo com todas as dificuldades em seus dois mandatos, Dilma procurou seguir um plano de governo similar ao de seu antecessor e criou o “Plano Brasil Sem Miséria²⁴” em nome da superação da extrema pobreza como aprimoramento do “Bolsa Família”. O *site* oficial do Programa apresenta sua articulação em três eixos: i) garantia de renda, para alívio imediato da situação de pobreza; ii) acesso a serviços públicos, para melhorar as condições de educação, saúde e cidadania das famílias e; iii) promover a inclusão produtiva, para aumentar as capacidades e as oportunidades de trabalho e geração de renda entre as famílias mais pobres do campo e da cidade. Os relatórios do mesmo *site* apontam que o Programa foi exitoso no cumprimento das metas dos três eixos.

Uma das ações desse governo foi o Programa “Ciência sem Fronteiras” (CsF) que “busca promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional²⁵”, o qual foi modificado²⁶ no governo Michel Temer, em 2017 onde o Programa deixou de atender os alunos da graduação e centralizando nas bolsas para a Pós-graduação.

Bresser-Pereira (2014) analisa que assim como Lula, Dilma tentou apresentar para a sociedade uma alternativa desenvolvimentista e social como opção ao liberalismo econômico.

²⁴ <http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria/o-que-e>

²⁵ <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/oprograma;jsessionid=FB6A2097B07154FOE5C3129113F30337>

²⁶ <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/212-noticias/educacao-superior-1690610854/46981-mec-afirma-que-o-ciencia-sem-fronteiras-tera-5-mil-bolsistas-na-pos-graduacao>.

Um desenvolvimentismo que, por ser democrático e social, encontrou a rejeição da direita, do capital rentista e financeiro, da classe média liberal [...] Mas para se formar um pacto em prol do desenvolvimentismo não basta a vontade do governante. É preciso considerar o papel dos trabalhadores, da burocracia pública e dos empresários industriais. O papel destes é estratégico em um pacto desenvolvimentista (p.365-366)

A falta de habilidade política de Dilma com postura severa mais técnica não condizente com o cargo que ocupava, agravou sua relação com a classe empresarial, com o Congresso Nacional e com a classe média tradicional, que realizou críticas á sua gestão e foi para as ruas manifestar, estimulada pela mídia brasileira (representante do capital) que não estava com seus desejos plenamente atendidos pelo governo.

A radicalização político-ideológica da classe média tradicional manifestou-se de forma patética em sua reação contra o programa Mais Médicos²⁷, com o qual o governo Dilma buscou colocar esses profissionais nas regiões mais pobres do país e na periferia das grandes cidades, onde os médicos brasileiros, cujo número é claramente insuficiente para a necessidade do país, recusam-se a trabalhar (BRESSER-PEREIRA, 2014, 361).

Verifica-se que algumas ações voltadas aos mais pobres não eram aceitas ou bem vistas por uma parcela da sociedade acostumada com a divisão desigual de classes o que acarretou problemas ao governo de Dilma que também foi marcado por escândalos de corrupção com destaque para a Petrobrás que é a maior empresa do País, mas nunca foram encontradas irregulares de sua parte e mesmo assim seu governo durou um total de 64 meses, em decorrência de um golpe de seus opositores aliado à grande mídia hegemônica televisiva que funciona como um verdadeiro partido político e influencia a maioria de brasileiros, que não tem possibilidades de analisar as informações veiculadas em seus telejornais porque suas “verdades” são interiorizadas, em decorrência de seu poder de convencimento por meio de programas e telejornais informativos.

Rossi e Mello (2017) explicam que o início do segundo mandato de Dilma foi marcado por uma equivocada estratégia econômica, com foco em recuperar as contas públicas, por meio de um ajuste fiscal que seria passageiro, mas criou cortes nos gastos públicos que induziram à redução do crescimento e, conseqüentemente, a arrecadação e

²⁷ <http://maismedicos.gov.br/>

“com tal degradação econômica promovida pelo aumento do desemprego e da inflação, criaram-se as condições econômicas para o golpe político” (p.6).

Os autores continuam dizendo que o golpe contra Dilma, posição com a qual concordo, foi gerado por uma série de interesses da classe política inconformada com o estilo pouco dialogado da Presidenta ou com sua falta de governança²⁸ sem aliados no Congresso e os interesses neoliberais que se manifestaram que com o apoio maciço da mídia ajudou a generalizar um sentimento de insatisfação onde a única saída seria trocar de Presidente. O maior argumento que a oposição usou ficou conhecido como “Pedaladas Fiscais²⁹” o que a defesa de Dilma sempre rechaçou, alegando que suas ações não caracterizavam crime contra o Estado, principalmente considerando que outros governantes anteriores usaram dos mesmos artifícios.

No dia 31 de agosto de 2016, Dilma sofreu *impeachment* sendo o segundo presidente nessa situação após a CF de 1988 numa situação diferente daquela vivida por Collor de Mello onde aparentemente não havia dúvidas da corrupção em seu governo e contra o Estado. Dilma por sua vez levou milhões de pessoas às ruas³⁰ manifestando apoio ao seu governo, porque parte da população entendia o teatro armado para sua retirada da Presidência da República, para atender a outros interesses.

O Portal Uol³¹, em 2016, fez uma síntese do processo que conduziu ao afastamento de Dilma ressaltando que ela mantém os direitos políticos de concorrer a cargos públicos, o que a meu ver, reafirma que ela não cometeu crime algum, pois caso contrário, não teria mantido tal direito por oito anos subsequentes, demonstrando que o cenário para sua retirada do governo foi armado e encenado publicamente na votação da Câmara dos Deputados e Senado Federal e “assim, em um acordo frágil, as elites golpistas aceitaram o escárnio e a impunidade em troca da aplicação de uma agenda para desmontar o Estado social indutor do crescimento (ROSSI e MELLO, 2017, p.7)”.

Após mais esse golpe na história do Brasil, assume em seu lugar seu vice-presidente Michel Miguel Elias Temer Lulia³² (2016- atual) que tem formação em

²⁸ Capacidade de articulação para manter o poder (FERREIRA, 2001).

²⁹ É o crime de editar decretos de créditos suplementares sem aval do congresso e de usar verbas de bancos federais em programas do tesouro (<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1770139-senado-afasta-dilma-da-presidencia-e-michel-temer-assume-nesta-quinta.shtml>)

³⁰ <https://www.cartacapital.com.br/politica/milhares-vao-as-ruas-contra-o-impeachment-de-dilma>

³¹ <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/08/31/apos-ter-mandato-cassado-dilma-rousseff-mantem-os-direitos-politicos.htm>

³² <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto>

Direito pela Universidade de São Paulo (USP) e Doutorado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) também de São Paulo.

Uma de suas primeiras ações que já demonstravam a perversidade de seu governo contra a classe trabalhadora foi a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 55 popularmente conhecida como “PEC do teto dos gastos” agora Emenda Constitucional 95/2016 que congela gastos públicos com saúde e educação por 20 anos.

Alessi (2016) explica que essa PEC é um dos pilares do governo Temer que viu na medida uma saída para frear a crise econômica

Será o gasto realizado no ano anterior corrigido pela inflação (na prática, em termos reais - na comparação do que o dinheiro é capaz de comprar em dado momento - fica praticamente congelado). Se entrar em vigor em 2017, portanto, o Orçamento disponível para gastos será o mesmo de 2016, acrescido da inflação daquele ano. A medida irá valer para os três Poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário (sp).

Ainda de acordo com Alessi (2016), essa ação do governo sofreu duras críticas da população com manifestações e mesmo com pareceres negativos de especialistas ela foi aprovada, o que demonstra, a meu ver, a concretização do golpe contra Dilma e contra a esfera pública, já que ricos e pobres serão atingidos de formas diferentes com esta medida. O Estado que deveria trabalhar em prol do povo, demonstra que tem atuado para garantir os direitos de uma minoria com alto poder aquisitivo, pois representa a classe dominante.

Pelo potencial de afetar a execução da maior parte das políticas públicas a cargo da União, as propostas que resultaram na EC 95/2016 obtiveram grande espaço nos meios de comunicação e no debate público. Motivaram a realização de ocupações estudantis em instituições públicas de ensino, manifestações em várias cidades, debates escritos e televisionados, tanto no Congresso Nacional quanto na sociedade, e deflagração de movimentos grevistas. Apesar dessa popularização do tema, o texto da emenda é tecnicamente de difícil compreensão ao leitor não iniciado em finanças públicas e orçamento. Mesmo entre técnicos da área, é possível encontrar entendimentos distintos a respeito de certos dispositivos (ESTUDO TÉCNICO Nº 26, de 2016, p.2).

Não tenho a intenção de fazer uma análise econômica sobre a EC 95/2016 que limita os gastos públicos até o ano de 2036, mas entendo que, como uma das reformas realizadas no governo Temer, ela implicará diretamente por duas décadas nas políticas públicas sociais, em especial, nas políticas educacionais porque

A nova forma de vinculação pode representar, na hipótese de crescimento real da receita, menor grau de proteção dessas áreas em relação ao piso calculado pelos critérios anteriores. Por outro lado, diante da imposição de um teto geral para as despesas primárias, ao menos se impede que o Novo Regime Fiscal acarrete redução, em termos reais, dos atuais montantes alocados para os pisos da saúde e educação. Observe-se, em relação à educação, que o Fundeb³³ foi ressalvado do teto de gastos; e as despesas financeiras (caso do FIES) e a renúncia de receita (caso do PROUNI) não se submetem à regra fiscal, vez que esta somente se aplica a despesas primárias³⁴ (ESTUDO TÉCNICO Nº 26, de 2016, p.20).

Ressalto que tal Emenda abre exceções para a educação no que se refere ao Fundeb, que em menos de quatro anos terminará sua vigência, mas o repasse para a iniciativa privada não terá teto via programas educacionais no ensino superior porque tanto o FIES quanto o ProUNI se concretizam pelo repasse de recursos públicos para faculdades privadas. Ou seja, se for levado em consideração as implicações da EC 95/2016 a educação pública sofrerá implicações negativas com o fim do Fundeb no ano de 2020, mas a educação privada superior não sofrerá com as mesmas implicações garantindo recursos públicos até o ano de 2036, demonstrando que tal ação do atual governo beneficia a iniciativa privada limitando investimento no setor público.

Outra reforma desse curto governo ilegítimo já que não fora eleito democraticamente pelo povo e nem demonstra interesse com suas insatisfações é a reforma da Previdência ainda em andamento via PEC 287/2016 onde

A idade mínima de aposentadoria de 65 anos valerá só para homens. Mulheres poderão se aposentar mais cedo, com 62 anos. O tempo mínimo de contribuição será de 25 anos para homens e mulheres. Mas aí o aposentado só receberá 70% do benefício. Quem quiser receber o benefício integral, terá que contribuir 40 anos, e não 49, como previa a proposta original. Qualquer trabalhador poderá usar as regras de transição, mas terá de avaliar se é vantajoso. Haverá um pedágio de 30% do tempo de trabalho que faltaria pelas regras atuais. No setor público, a idade

³³ O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb é um fundo especial, de natureza contábil e de âmbito estadual (um fundo por estado e Distrito Federal, num total de vinte e sete fundos), formado, na quase totalidade, por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios, vinculados à educação por força do disposto no art. 212 da Constituição Federal (<http://www.fn.de.gov.br/financiamento/fundeb/sobre-o-plano-ou-programa/sobre-o-fundeb>). Foi aprovado pela lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007 e tem vigência até 2020.

³⁴ “Despesa primária (ou não financeira) é aquela que implica aumento da dívida líquida, a exemplo dos gastos com pessoal, previdência, custeio e investimento. As despesas financeiras (a exemplos dos juros e amortização) não são limitadas pela PEC. Os restos a pagar são despesas empenhadas em um exercício e pagas no(s) seguinte(s) (ESTUDO TÉCNICO Nº 26, de 2016, p.3-4)”.

mínima para se aposentar dentro da transição será de 55 anos para mulheres e 60 para homens. Na iniciativa privada, 53, mulheres, e 55, homens. E essas idades vão aumentando progressivamente até que todos cheguem aos 65, homens, e 62, mulheres. Policiais federais rodoviários e professores terão aposentadoria especial com idade menor. Professores, com 60 anos. A idade dos policiais ainda está em discussão. (<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/04/novo-texto-da-reforma-da-previdencia-altera-idade-minima-da-aposentadoria.html>)

Tal medida demonstra que este governo não se preocupa com a população menos favorecida socialmente, porque não leva em consideração o trabalhador do campo que passa o dia trabalhando independente das circunstâncias de clima ou segurança, por exemplo, muitas vezes sem uma boa alimentação e cuidados com a saúde, que é bastante diferente daqueles que trabalham em locais refrigerados e com toda uma infraestrutura e que provavelmente terão melhores condições de vida e, conseqüentemente, longevidade.

Chama atenção também a diferença para quem atua na iniciativa privada onde os homens poderão se aposentar com cinco anos de antecedência daqueles que atuam no serviço público o que pode ser um atrativo para o funcionário procurar se manter no emprego, sob as condições dos patrões, sem ousar reclamar de algo e acaba desqualificando o setor público no senso comum deixando-o de ser atrativo para trabalhar e no caso da educação, os professores com idade mínima de 60 anos teriam que começar na profissão aos 20 anos o que é difícil já está formada com essa idade e com emprego garantido, ou seja, a probabilidade do professor se aposentar com salário integral aos 60 são quase nenhuma, se julgar que este profissional poderá ficar sem emprego em períodos de sua vida.

Destaque também para aprovação da Lei nº 13.429 de 31 de março de 2017 que trata da terceirização dos serviços e poderá causar sérios problemas para o trabalhador, com perdas de direitos constitucionais e enfraquecimento das lutas sociais, onde empregado e patrão poderão negociar diretamente as relações de trabalho, sendo que neste mundo capitalista o trabalhador não possui força para dialogar de igual para igual com o patrão e o que lhe resta é a subserviência para aceitar um trabalho mesmo que temporário, embora tal negociação já existisse na Justiça do Trabalho mediada por um juiz, nas contendas trabalhistas.

O Art. 10 dessa lei diz que “qualquer que seja o ramo da empresa tomadora de serviços, não existe vínculo de emprego entre ela e os trabalhadores contratados pelas empresas de trabalho temporário”, ou seja, as escolas também poderão ser terceirizadas

destruindo os laços estabelecidos nas relações da comunidade escolar e taxando a escola como empresa, o que sou contra porque escola tem suas peculiaridades de formar cidadãos e tem uma cultura peculiar criada por pais, professores e alunos. Nesse sentido, o trabalho docente se resumirá a uma mercadoria que, caso não atenda às exigências da “empresa escolar”, poderá ter seu contrato de trabalho prejudicado.

Dois incisos desse Artigo chamam atenção, que são:

§ 1º O contrato de trabalho temporário, com relação ao mesmo empregador, não poderá exceder ao prazo de cento e oitenta dias, consecutivos ou não.

§ 2º O contrato poderá ser prorrogado por até noventa dias, consecutivos ou não, além do prazo estabelecido no § 1º deste artigo, quando comprovada a manutenção das condições que o ensejaram

§ 5º O trabalhador temporário que cumprir o período estipulado nos §§ 1º e 2º deste artigo somente poderá ser colocado à disposição da mesma tomadora de serviços em novo contrato temporário, após noventa dias do término do contrato anterior.

Vejo que tal lei só tenderá beneficiar o patrão e mesmo que este quisesse ajudar, de alguma forma um empregado, para mantê-lo por mais tempo no emprego a lei impede prazo indeterminado, além de que provavelmente deixará o trabalhador sem emprego via contrato por três meses ao impedir renovação na mesma empresa. Essas ações colocam o trabalhador numa total insegurança de vínculo mesmo que temporário, tendo em vista que, o mercado é selecionador de mão de obra e excludente porque não há emprego para todos e a incerteza do trabalhador ao sair de um contrato e já ter a necessidade de conseguir outro imediatamente em outra empresa chega a ser desumano, mas é a lógica de competição capitalista que impera e as reformas de Michel Temer desejam mantê-la.

Esse arcabouço demonstra que as leis estão se afastando cada vez mais do polo público, e convergindo para o polo privado, na medida em que escancara a participação da iniciativa privada em setores públicos, subordinando-o aos interesses do capital.

A educação diretamente não ficou de fora das reformas desse governo, ao sancionar a popularmente conhecida Reforma do Ensino Médio a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017 que, entre seus artigos destaca-se que parte dos conteúdos do currículo do Ensino Médio serão definidas por uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) ainda em andamento. Tal proposta busca padronizar o que será lecionado nas salas de aula tirando a autonomia de cada Projeto Político-Pedagógico (PPP) das escolas.

Tal medida é direcionada apenas para os alunos da rede pública e os alunos da rede privada continuam com suas livres escolhas nos conteúdos das disciplinas. Essa ação do governo vai ao encontro da base do sistema do capital que oferta aos filhos da classe trabalhadora o suficiente para “ler e somar” propiciando formação mínima para servir aos interesses do capital como operário enquanto os cargos de chefia continuam passando de geração para geração nas mãos de quem detém poder e dinheiro. Nesse sentido, o governo de Michel Temer segue à risca as orientações do modelo neoliberal que acreditando que o mercado se auto regula, que todos possuem as mesmas condições para vencer na vida e a competitividade acelera a produção econômica esquecendo as desigualdades sociais, culturais e econômicas que marcam este País onde pobre claramente não tem as mesmas chances que o rico.

Assim, ao longo da história e apoiado em alguns clássicos como Locke e Marx foi possível compreender que o Estado de alguma maneira sempre trabalhou em prol de uma classe, mas qual classe? Para Marx a classe seria a burguesia, os que possuem maior poder aquisitivo, atendo assim aos interesses privados. A classe com menor poder aquisitivo passou a receber do Estado o que era determinado pela burguesia e não o que era de direito como se essa relação devesse se perpetuar e o Estado moderno na perspectiva marxista atua para manter as desigualdades sociais que são inerentes ao modo de produção capitalista

No Brasil, foi possível ver as ações do Estado por meio de algumas reformas, onde os seus representantes do poder na figura dos seus presidentes desde FHC a Michel Temer realizaram mudanças estatais na perspectiva de atender à classe menos favorecida com políticas públicas focais, sem deixar também de beneficiar a iniciativa privada e aos grandes donos do capital porque historicamente seus interesses estão à frente das ações estatais.

No governo FHC se incentivou a celebração das parcerias entre setores públicos e a iniciativa privada via PDRAE de modo a diminuir o papel do Estado em suas obrigações sociais a ponto de assumir a gestão gerencial típica de empresas na esfera pública que também trouxe reflexos desse novo modelo de gestão para a gestão da escola pública quando as parcerias público-privadas se tornaram comuns na educação o que Lula não fugiu dessa lógica ao sancionar a Lei nº 11.079/2004 e nem poderia porque uma sociedade capitalista como o Brasil a parceria com os empresários precisaria continuar até para se manter no poder, mas foi possível ver em seu governo políticas sociais que beneficiaram os mais pobres mostrando alguns avanços na área

social se comparadas às do seu antecessor, principalmente, nos investimentos na educação com destaque para a superior.

Dilma também realizou reformas que beneficiaram os menos favorecidos socialmente, embora sempre atendendo aos interesses das elites, mas não tanto quanto essa elite desejava a ponto de se organizar um golpe de Estado para tirá-la do poder e também porque não aceitou ampliar as alianças com grupos importantes na conformação da sociedade ao se fechar para não receber em audiências muitos políticos com os quais não concordava, além de que havia situação econômica mundial do capital pouco favorável que conseqüentemente concorreu para a situação não animadora da economia brasileira. E como a economia é quem dita os rumos do País mesmo não estando envolvida em escândalos de corrupção e até estivesse trabalhando para o progresso social em geral que deve ser a função primordial dos governantes, alguns grupos particulares colocaram seus interesses à frente de tudo organizando movimentos para colocar os seus representantes no poder a exemplo de Michel Temer que cumpre tudo o que sistema capital deseja.

Michel Temer em pouco mais de um de governo pode ser considerado dentre os governos analisados como o “Senhor da iniciativa privada no Estado” porque até agora é o que mais vem trabalhando por meio de reformas para responder às exigências do capital e pouco beneficiando o povo que mais necessita mexendo até com seu tempo de serviço para aposentadoria, nas relações trabalhistas e realizando ações perversas contra o povo que não o elegeu fazendo com que sua popularidade em 2017 alcançasse apenas 3% de aprovação³⁵ sendo um dos mais baixos em todos os tempos democráticos.

As reformas estatais ao longo dos anos demonstram que a cada pacto presidencial houve um aprimoramento da subsunção do público ao privado e que não é possível governar na contramão dos desejos da elite que possui influência nas ações estatais e conseqüentemente em quem está no governo tanto que as parcerias público-privadas só se intensificam a cada ano como se não houvesse outro caminho como é disseminado nos discursos oficiais e isso ocorre em todas as áreas com destaque para educação, como será possível ver no capítulo, a seguir.

³⁵ <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2017-09/popularidade-de-temer-tem-3-de-aprovacao-diz-pesquisa-cniibo>

CAPÍTULO 2 - AS METAMORFOSES NA RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA NO BRASIL

Neste capítulo, discutirei como a relação entre o público e o privado ocorre há muito tempo ao longo da história e vai passando por algumas metamorfoses no que se refere aos novos discursos oficiais para refinar as velhas práticas dessa promíscua relação público-privada que assume outras conotações com o passar dos anos, mas no fundo mantém sua essência de favorecer os grupos privados que expandem seus negócios influenciando as ações públicas onde a educação básica via lógica de parcerias na perspectiva neoliberal assume papel de destaque para essa expansão.

2.1 – A predominância do privado sobre o público no Brasil

Como frisado no capítulo anterior, na perspectiva de Sguissardi (2009), o público e o privado sempre estiveram interligados de alguma maneira em relações bastante antigas que só vem se estreitando com o passar dos anos de modo que se misturou tanto a ponto de não se saber se setores como a educação, que antes tinha um caráter definido, permanecem com o mesmo ideal ou se sofreram metamorfose ao maquiagem sua aparência e manter a essência de favorecer ao setor privado.

Ao tratar da educação em geral e da superior, em particular, nessa relação público-privada o autor define que bem público é aquele voltado para o coletivo e o bem privado para o individual e assumo esse conceito acrescentando que o bem público é para todos e feito por todos (vontade da maioria que possui um representante oficial) enquanto que o bem privado que é voltado para o particular exclui a maioria que compõe a classe trabalhadora.

Reforçando esse conceito, Ferreira (2001) defende que o público é relativo ou destinado ao povo e direcionado a todos no sentido amplo, enquanto que o privado é entendido como particular, sem o livre acesso.

Na contextualização histórica, público e privado na sua essência não sofreram modificações, porque as relações de poder em um e outro continuam demarcados hoje em dia.

Se tomarmos a documentação hoje existente a respeito da vida na Atenas clássica, perceberemos que o contraste entre o público e o privado era cortante. A vida pública se desenrolava na arena aberta: assembleias, mercados, cortes de justiça, teatros, ginásios, campo de

batalha. A vida pública era igualitária [...] O *oikos*, ao contrário, era um espaço fechado e funcional [...]O relacionamento estabelecido no interior do *oikos* era pessoal, íntimo, hierárquico e desigual (FLORENZANO, 2010, p. 3).

Os conceitos de público e privado são apresentados como antônimos um do outro e serviam de maneira singular para distinguir as pessoas, demarcar as relações sociais e classificar os que tinham maior poder com propriedades particulares dos que frequentavam os espaços públicos. Os grupos que frequentavam o *oikos* podiam ir aos espaços *polis*, mas a situação inversa não podia acontecer de qualquer maneira, ou seja, qualquer um tinha acesso ao público, pois era destinado a todos, enquanto que a entrada nos espaços privados necessitava de certos critérios para ter a permissão.

Concordando com esse conceito, Arendt (2007) deixa claro que a *polis* (público) e o privado (família/particular) se diferenciavam essencialmente porque no primeiro só conhecia igualdade entre seus membros enquanto que o segundo tinha como marca a mais severa desigualdade. “A esfera pública, enquanto mundo comum, reúne-nos na companhia uns dos outros e, contudo, evita que colidamos uns com os outros” (p.62).

Ainda segundo a autora, a esfera privada é marcada por interesses pessoais onde há a subserviência de uns membros aos outros e onde, em geral, há um membro que manda nos demais no sentido hierárquico. A desigualdade dentro do privado causaria limitações nas relações sociais que no público são amenizadas ou inexistentes por terem direitos iguais e as mesmas armas para lutas justas.

No cenário mundial, o público e privado sempre estiveram interligados de alguma maneira por meio de parcerias mesmo que este não fosse o termo conhecido naquela época

Na antiguidade - em Roma, Grécia, Egito e em outras civilizações mais antigas - já era vislumbrada uma forma de parceria com o privado, por meio do instrumento da delegação na atividade de cobrança de impostos, e na gestão local por meio da cessão, em longo prazo, de terras públicas aos senhores nobres. No século V estas práticas desapareceram, retornando na Idade Média na construção de cidades e na ocupação de terras virgens no sudoeste da França, permanecendo ao longo da idade média, e da idade moderna, até finais do século XIX. A Inglaterra, a partir da segunda metade do século XVII, desenvolveu uma rede de estradas portajadas, as turnpikes, para ultrapassar os problemas da manutenção rodoviária eclesiástica, assente em trabalho local não especializado (SOUSA, 2015, p.11).

Ou seja, a promíscua relação é antiga e demonstra que há uma fragilidade do setor público na execução de ações, onde o privado iria suprir necessidades e/ou apresentar elementos para melhorar a oferta de serviços. Tal relação público-privada

continuam nos discursos oficiais agora com outra roupagem e incorporando outros sujeitos revelando que a história vai se repetindo ou como dizia Marx (1997, p.21) que os acontecimentos históricos acontecem na “primeira vez como tragédia e a segunda como farsa”.

Ainda de acordo com Sousa (2015) as parcerias no decorrer dos tempos tendenciaram a continuar nos países desenvolvidos que, em tese, são vitrines de progresso para países em desenvolvimento como o Brasil.

O sistema *turnpikes* estendeu-se para os Estados Unidos após a guerra da independência (1775-1783); porém, nenhum dos trusts britânicos e americanos teve seus investimentos recuperados, tendo sido vendidas para o Estado, propiciando assim a chegada ao século XX com estradas novamente públicas. A França, a partir do século XVII, desenvolveu o modelo de concessão ainda hoje prevalecente, onde investidores privados financiavam a construção, e por determinado prazo, a exploração financeira de uma infraestrutura, revertendo ao final à propriedade para o Estado. O século XIX foi marcado pelo caminho de ferro, em que agentes privados foram protagonistas na criação da infraestrutura capitalista moderna, tanto nos países centrais como nos periféricos (SOUSA, 2015, p. 11-12).

De acordo com essa autora, as mais diferentes formas de parcerias público-privadas foram se estabelecendo no decorrer da história mundial como premissa de que o privado ajuda na execução e/ou gestão daquilo que o setor público não consegue fazer só, ou seja, as parcerias são estimuladas nos discursos oficiais como sendo essenciais para o desenvolvimento social já que essa lógica é advinda de países desenvolvidos.

No Brasil, as primeiras parcerias público-privadas encontradas em minhas análises foram no setor de telefonia, em 1877, ainda no governo de Dom Pedro II e “desde o início das concessões houve problemas na prestação de serviços de telefonia” (ANTUNES, 2014, p. 31). Isso mostra que a dita excelência de gestão privada historicamente é permeada de questionamentos, visto que, sua forma de gerir que é tão endeusada nos discursos oficiais e usada como argumento para o estabelecimento das parcerias também apresenta falhas, como nesse exemplo da telefonia.

Na educação, um dos primeiros registros de parcerias ocorreu antes até da Constituição Federal como é possível ver na tese de Comerlatto (2013) segundo a qual, em 1961, na cidade de Joinville – SC chegou a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG) que era uma entidade de caráter privado, mas que recebia auxílio do

setor público inclusive exercendo suas atividades nas dependências de um grupo escolar público.

Ainda de acordo com a autora, antes da chegada da CNEG na cidade havia apenas três grupos escolares o que acabou prejudicando os alunos e a questão pedagógica pelo fato de terem de funcionar nos três turnos, ou seja, havia demanda de alunos, mas não se tinha escola para todos nos primeiros turnos do dia o que pode ter dado brechas e influenciado a parceria com a Campanha Nacional de Educandários Gratuitos.

Entretanto, de maneira mais enfática pós CF, é a partir do PDRAE que as parcerias são estimuladas como forma de garantir uma eficiência nos serviços prestados que o Estado sozinho é incapaz de ofertar com qualidade, segundo o que diziam os defensores e elaboradores desse Plano. Ainda segundo o documento, o Estado continuaria como regulador dos serviços após as parcerias com a iniciativa privada porque entendia que “serviços” como educação eram essenciais para o desenvolvimento econômico do país (BRASIL, 1995).

Tal documento teve como idealizador Luiz Carlos Bresser Pereira que era Ministro da Reforma do Aparelho do Estado no primeiro ano dos dois mandatos de FHC e usava essa reforma com o argumento de que o Brasil estaria atrasado em relação aos países desenvolvidos que já usavam novos mecanismos na gestão pública e parceria com a iniciativa privada era uma das melhores opções (idem).

A gestão era o grande alvo dessa reforma porque os idealizadores desse Plano entendiam que os problemas sociais não eram decorrentes de questões como, a falta de recursos e sim da má gerência que estaria presa às regras ultrapassadas da burocracia, que impediriam o fluxo e, conseqüentemente, os resultados satisfatórios dos investimentos em políticas públicas como a educação. A escola pública, nesse período, teve que se adequar à nova organização do País de maneira rápida e vertical típica de relações autoritárias, onde não há diálogo.

A escola passa a ser semelhança do mercado, enquanto “negócio” que precisa mostrar resultados satisfatórios para compensar os investimentos efetuados. Para tanto, no âmbito da escola, cabe ao gestor conduzir esse processo numa visão gerencial (DUBLANTE, 2009, p. 13).

Há o endeuamento às ferramentas de gestão das empresas privadas que poderiam ser usadas na esfera pública, por meio de parcerias como forma de agilizar os

serviços públicos, dando-lhes maior eficiência para os mesmos. As ideias do Plano, a meu ver, desqualificam o Estado taxando-o como ineficiente e apresentando a parceria com o setor privado como solução, mascarando assim a realidade de querer transferir recursos públicos para a classe empresarial e o mais grave é que os setores públicos, como a escola pública, passaram a ter seu planejamento traçado com similaridades às empresas privadas, que representam as mais perversas faces do capital que objetivam o lucro a qualquer preço.

Tal reforma provocou mudanças profundas na provisão dos direitos sociais, entre eles a educação, e também na relação entre o público e o privado. A ideia que se difunde desde então é que os serviços sociais são mais bem executados pela iniciativa privada e que o Estado é incapaz, sozinho, de ofertar esses serviços de forma eficiente e com qualidade. No caso específico da educação, o problema da baixa qualidade dela é atribuído à má gestão da escola pública. Em virtude disso, defende-se a parceria público-privada na educação onde o privado introduz mecanismos empresariais na gestão da escola pública: é a escola com gestão empresarial (BRAGA, 2013, p. 41).

Essa nova conformação que se apresentava na esfera nacional, por meio de entidade denominada de “público não-estatal” que “são organizações ou formas de controle “públicas” porque estão voltadas ao interesse geral; são “não estatais” porque não fazem parte do aparato do Estado, seja porque não utilizam servidores públicos ou porque não coincidem com os agentes políticos tradicionais (BRESSER-PEREIRA e GRAU, 1999, p. 16) fez com que se ampliasse um leque de oportunidades para pessoas ligadas diretamente ao setor privado gerenciar o que é público, ocorrendo assim, a transferência de responsabilidades do Estado que tem o dever de zelar e administrar o que é público, para o público e não para um grupo pequeno detentor de poder aquisitivo.

Nesse sentido, a esfera pública brasileira inclusive a educação começa a trabalhar com novos mecanismos, que apresentem resultados quantitativos, pois a administração pública gerencial surge como algo inovador para o País, principalmente na forma de controle “que deixa de basear-se nos processos para concentrar-se nos resultados, e não na rigorosa profissionalização da administração pública” (BRASIL, 1995, p.16).

Tal possibilidade de introduzir o que é privado em setores que antes eram de obrigação específica do Estado, com o argumento de que suas ferramentas são mais eficientes para alcançar as metas propostas, o que foi um grande impulsionador para o estabelecimento das parcerias e da subsunção do público ao privado que, aqui é

trabalhado, com maior destaque na educação paraense, visto que, é nesse período em que “os direitos sociais deixaram de ser de exclusiva competência do Estado e passaram a ser ofertados também pela iniciativa privada. É justamente nesse cenário que as parcerias público/privadas se acentuam” (BRAGA, 2013, p. 38).

A chamada “parceria” não é outra coisa senão o repasse de verbas e fundos públicos no âmbito do Estado para instâncias privadas, substituindo o movimento social pela ONG³⁶. E essa verdadeira transferência de recursos públicos para os setores privados não ocorre sem uma clara utilidade política governamental. O Estado é, portanto, mediante a legislação (leis como do “voluntariado”, do “terceiro setor”, das “Oscip”, das “parcerias”) e repasse de verbas, um verdadeiro subsidiador e promotor dessas organizações e ações do chamado terceiro setor e da ilusão do seu serviço (MONTAÑO, 2002, p. 146).

Montaño (2002) mostra como a parceria público-privada ocorre por trás de todo um ideal claramente definido, mas maquiado na sua apresentação para a sociedade, em geral, por meio do repasse de verba do público para o privado, por exemplo. O discurso de quem está no poder para a realização da parceria é de que o setor privado vai colaborar das mais diversas formas para o crescimento do setor público, mas dissumula, nos discursos, que tem interesses pessoais, políticos e/ou ideológicos de manter o repasse financeiro público para entidades privadas.

Nessas metamorfoses que envolvem as parcerias, se manifesta um novo conceito de educação privada que Sguissardi (2008) destaca na educação superior, em particular, antes exercida no sentido do particular que ofertava um serviço dentro um grupo familiar que passava de geração para geração ou no sentido filantrópico exercido por instituições de caridade e/ou religiosas, mas recentemente surge uma nova categoria de privado ou sub categoria denominada de “privado mercantil” onde fica claro o propósito de ofertar um serviço e ganhar dinheiro com isso. Nos estudos do autor, o privado mercantil marca a Universidade como “empresa educacional” que não esconde seus ideais ou tenta mascarar seu propósito de extensão de mercado com fins lucrativos.

³⁶ Segundo Gohn (sd) as Organizações Não-governamentais inicialmente estiveram associadas à Organização das Nações Unidas (ONU) sendo entidades que não representavam os governos, mas que se destacavam em várias partes do mundo, a exemplo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) onde as ONGs foram incorporadas ao Terceiro Setor como forma estratégica após a Segunda Guerra Mundial. Assim “um novo tipo de ONG se constrói, atuando no campo da cultura política, dos valores de uma sociedade e seu campo de juridização. Surgem as ONGs com trabalhos sem perfil caritativo ou filantrópico” (sp).

Mesmo tendo ganhado impulso a partir do governo FHC a predominância do privado sobre o público tem seu ápice legal no governo Lula, com a Lei federal nº 11.079/2004 que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da Administração pública. Ainda, de acordo o Art. 2º da lei, a parceria público-privada é o contrato administrativo de concessão, na modalidade patrocinada que é a “concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995³⁷, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado” e na modalidade administrativa que “é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens”³⁸.

Destacam-se ainda as vedações nessa Lei federal nº 11.079/2004 no Art. 4º para a celebração de parcerias quando: i) – o valor do contrato seja inferior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais); ii) – cujo período de prestação do serviço seja inferior a 5 (cinco) anos; ou iii) – que tenha como objeto único o fornecimento de mão-de-obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.

Pelas minhas análises, é passível de questionamento a lei estipular valores mínimos em dinheiro nas parcerias se o caso fosse apenas a ajuda da iniciativa privada, como se prega oficialmente porque a exemplo dessa lei aumenta-se o período de vínculo dessas empresas privadas com o Estado o que poderá dar margem para mais transferência de recursos públicos aos setores privados sem que haja realmente necessidade. Quem sai ganhando é o privado porque o empresariado dificilmente fará investimento em algo a curto prazo e que não gere lucro para sua empresa. Aí vejo que as leis não são feitas para beneficiar quem mais precisa e sim para ampliar os negócios da burguesia como diziam Marx e Engels (1982).

Destaque também para a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004 que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo estimulando especialmente no Art. 1º, inciso V a “promoção da cooperação e interação entre os entes públicos, entre os setores público e privado e entre empresas”. Tal lei de inovação tecnológica reforça a parceria entre o público e o privado novamente com o

³⁷ Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal que por sua vez Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos

³⁸ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/111079.htm

discurso de desenvolvimento social só que beneficiando ainda mais o setor privado na questão financeira para que o dito desenvolvimento aconteça.

Em 2015, houve o lançamento do Programa de Investimento em Logística (PIL) que é uma parceria com foco nas ferrovias que segundo o discurso à época seria a grande alternativa para melhorar a economia e gerar emprego. Segundo informações do *site* Carta Capital³⁹ no plano inicial do Programa estariam envolvidos R\$ 198 milhões de reais que movimentariam obras de Norte a Sul do Brasil e embora o carro-chefe fosse ferrovias também haveria mudanças nas rodovias e aeroportos que seriam leiloados e os portos seriam passíveis de concessões.

Um tipo de parceria perfeita para a iniciativa privada, em longo prazo, seria aquela onde o privado tivesse a gerência do espaço público na parceria e, ao mesmo tempo, pudesse obter lucro, o que ocorre prioritariamente em setores essenciais para o País com fluxo e movimentação de dinheiro o que é bastante antigo desde as primeiras ferrovias, rodovias, etc. De acordo com o Portal Brasil⁴⁰, a iniciativa privada foi umas das que mais foram ouvidas e aprovaram a ideia.

Para o presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Andrade, a participação privada em rodovias, ferrovias, portos e aeroportos tornou-se “imprescindível” atualmente no Brasil, sobretudo para aumentar a taxa de investimento na economia e modernizar a malha de transportes.

As metamorfoses na relação público-privada são maquiadas no discurso, mas sua essência sempre é para dar maior poder e dinheiro para a classe empresarial. O Brasil vem sendo privatizado por meio das parcerias, porque somente quem tem dinheiro sai beneficiado e o público além de perder o que é seu por direito ainda terá que pagar pelo serviço que usar.

A predominância do privado sobre o público se materializa também por meio do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) criado pela Lei nº. 13.334, de 13 de setembro de 2016 que em seu Art. 1º diz que o mesmo é

Destinado à ampliação e fortalecimento da interação entre o Estado e a iniciativa privada por meio da celebração de contratos de parceria para a execução de empreendimentos públicos de infraestrutura e de outras medidas de desestatização

³⁹ <https://www.cartacapital.com.br/economia/governa-lanca-pacote-de-concessoes-a-maior-aposta-para-crescer-4904.html>

⁴⁰ <http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2015/06/setor-privado-aprova-novo-plano-de-concessoes>

Esse Programa batizado de “Crescer⁴¹”, a meu ver, é a entrega do Brasil ao setor privado, porque rompe todas as barreiras de possíveis empecilhos nas parcerias por questões ambientais ou econômicas, por exemplo, pois é direcionado para a privatização do público com a ilusão da criação de empregos. Aí, mais uma vez, me reporto às metamorfoses dessa relação público-privada que, ao longo dos anos muda o discurso de benefício aos que mais precisam, mas no fundo mantém a predominância do privado sobre o público.

Essas empresas ou entidades que fazem parcerias com o Estado usam o discurso de que atenderão ao público por meio da parceria como forma de colaborar socialmente, mas só visam lucro porque é assim que funciona no capitalismo. Os empresários se apropriaram de elementos como solidariedade, comoção e retorno social de seus investimentos para vender ainda mais e a educação é usada materializar o que se propõem em seus discursos e ganhar visibilidade perante seus clientes.

Na educação, esse predomínio do privado sobre o público vem ganhando mais espaço quando escolas públicas precisam realizar parcerias com entidades do “Terceiro Setor” que será analisado mais adiante de maneira vertical, porque, na maioria das vezes, quem celebra a parceria não é diretamente a escola que só se adequa a ela. Algumas entidades que se apresentam, sem fins lucrativos, também possuem interesses em realizar parcerias sem foco direto no lucro, pelo menos no discurso, e me fez enquadrá-las no “Setor Dois e Meio” que será detalhado, a seguir.

2.2 – O Setor Dois e Meio

Como já frisada, a relação entre o público e o privado na educação brasileira vem se intensificando desde os anos 1990 com orientações advindas do Consenso de Washington⁴², que serviu como orientador para as ações dos países em desenvolvimento

⁴¹ Criado pelo Governo Federal para reforçar a coordenação das políticas de investimentos em infraestrutura por meio de parcerias com o setor privado. (<http://www.projetocrescer.gov.br/sobre-o-programa>).

⁴² O Consenso de Washington é a denominação do encontro realizado em 1989 em Washington por representantes do governo norte-americano, FMI, BM, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e representantes de vários países, com o objetivo de sistematizar (e buscar acordo sobre) as principais diretrizes de política econômica com base no ideário neoliberal e que deveriam ser implementadas pelos países participantes do encontro. Essas diretrizes abrangiam as seguintes áreas: a) disciplina fiscal; b) priorização dos gastos públicos; c) reforma tributária; d) liberalização financeira; e) regime cambial; f) liberalização comercial; g) investimento direto; h) privatização; i) desregulação; j) propriedade intelectual (SILVA JR e SGUISSARDI, 2013, p.153).

como o Brasil que procuram estratégias para efetivar mudanças nas diversas áreas de atuação do Estado e para isso, muitas orientações de Organismos internacionais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do Banco Interamericano para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) também conhecido como Banco Mundial são tomadas como eficientes e incorporadas às políticas públicas como elementos adequados para o desenvolvimento social. São esses organismos que criam uma espécie de padrão mundial, onde cada país independente de sua realidade precisará seguir um manual para se enquadrar no que é proposto como meta de “qualidade” e de modelo de sociedade ideal, para servir aos interesses da classe hegemônica e manter o *status quo*.

O próprio Consenso de Washington reuniu economistas que deram orientações para a educação, como se tudo fosse resolvido com base em métodos de “passo a passo” e incentivando a atuação do privado, onde o Estado necessita de ajuda

Dessa forma, com as recentes orientações do Banco Mundial ⁴³ e com a ampliação do acesso à educação pública pelo Estado, a importância do setor privado passa a ser primordial na execução das políticas educacionais. Dito de outra maneira, as virtudes do setor privado podem chegar aonde o Estado não chega. Portanto, a redefinição do papel do Estado ocorre especialmente na execução e na condução das políticas educacionais à medida que o Estado, ao ofertar a educação básica, repassa a execução e consecução da educação para o setor privado mercantil (CAETANO e PERONI, 2015, p.92-93).

Nessas orientações, em especial, para a educação destaca-se que

Cada vez mais, instituições que não são nem do Estado nem do setor privado prestam serviços sociais de caráter público. Em geral, são organizações sem fins lucrativos que promovem atividades relacionadas com os direitos sociais dos cidadãos e que expressam a vitalidade da sociedade civil ao ocupar os espaços vazios deixados pelo mercado e o Estado. Essas organizações adquirem uma diversidade muito grande de formas e nomes: organizações não-governamentais (ONGs), associações comunitárias, organizações religiosas, fundações privadas, entidades assistenciais. Prestam serviços também muito diversificados quanto a extensão e o público que alcançam; serviços educacionais básicos, intermediários e

⁴³ Segundo informações oficiais de seu *site* o Banco se intitula como a maior instituição de desenvolvimento do mundo e foi fundado em 1944 chamado de Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento depois conhecido como Banco Mundial e atualmente desempenha um papel de liderança porque é capaz de convocar discussões entre os membros do país e uma grande variedade de parceiros. “O Grupo do Banco trabalha com os governos dos países, o setor privado, organizações da sociedade civil, bancos regionais de desenvolvimento, grupos de reflexão e outras instituições internacionais sobre questões que vão desde mudanças climáticas, conflitos e segurança alimentar até educação, agricultura, finanças e comércio.” (<http://www.worldbank.org/en/about/history>).

universitários, técnicos e especializados, serviços de saúde preventivos e hospitalares, serviços assistenciais e culturais variadíssimos (MORALES, 1998, p.16-17).

O autor fala ainda que essas entidades ou “conjunto de associações e organizações recebem uma variedade de nomes e de definições: terceiro setor, setor não-governamental, setor sem fins lucrativos” (p.126) e que, no fundo, se apresentam com o discurso de não se enquadrar no que é público e nem no que é privado e assim ter autonomia para se relacionar diretamente com o Estado sem supostos interesses financeiros.

Para Morales (1998), existem três vias de “organizar a provisão de serviços e atividades que envolvem externalidades positivas importantes e asseguram direitos sociais” (p.16) que seriam divididas em: 1º Setor que seria o Estado (público); 2º setor que seria o Mercado (privado) e; 3º Setor que não seria nem Estado nem Mercado e que em suas análises concorda com o termo de “Público não-estatal” descrito por Luiz Carlos Bresser Pereira em que este setor seria “formado por organizações públicas não-estatais — OPNEs, assim caracterizadas pelo fato de que o motor de suas ações é o interesse público, e não-estatais porque não fazem parte do aparelho do Estado”(p.126) e apenas por diferenciação assume o termo “Terceiro Setor”

Para Montañó (2014), este chamado “Terceiro Setor” funcionaria como um “canto de sereia” que inebria os marinheiros de primeira viagem com seu belo canto de que está a serviço do público sem interesses privados mercantis e recebe recursos do Estado, por exemplo, em parcerias na educação o que me leva a entender que desde o início as instituições do Terceiro Setor já possuem um plano de benefício próprio que se mascara nas falas ilusórias de trabalhar nos setores onde o Estado necessita de ajuda e isso ocorre porque

O uso do termo “terceiro setor” desloca, assim, a atenção dos desavisados para pensar nas ações sociais solidárias, desenvolvidas voluntariamente, no âmbito da sociedade civil...um verdadeiro “canto de Sereia”, inclusive aos ouvidos daqueles que honestamente almejam a igualdade e justiça social” (p.34).

É importante ressaltar que na perspectiva desse autor, o termo foi criado para iludir a sociedade no sentido de que este fará a caridade social ao público, mas que no fundo tem outros interesses ocultos por trás dessa caridade. É uma ação social “bondosa” paga pelo setor público via parcerias público-privadas!

Entretanto, alguns defendem a bandeira deste setor por acharem realmente que poderão fazer algo de útil pelo público sem se submeter às lógicas do mercado, sem se

darem conta que são marionetes dos interesses neoliberais na defesa desse discurso porque “parte da ação social dos indivíduos desenvolvida no âmbito de uma abstrata “*sociedade civil*”, não só desarticulada da base econômica da sociedade e das contraditórias relações de produção” (MONTAÑO, 2014, p.38), eximem o Estado de suas responsabilidades e despolitiza a sociedade civil como um todo a partir do momento em que os problemas gerados pela própria sociedade passam a ser resolvidos pelos agentes deste setor e deixam de se fazer as reivindicações das classes menos favorecidas e a lutas pelos direitos sociais que na perspectiva marxista seria o único caminho para se ter uma sociedade mais justa e assumo neste texto o conceito de Gramsci (1982) que diz que a sociedade civil seria composta por organizações que ajudariam a manter a hegemonia de determinados grupos sobre os menos favorecidos.

Para Montañó (2014) essa ação da sociedade civil exime o Estado de suas obrigações e acaba “transformando a contraditória e conflituosa sociedade civil num homogêneo e dócil “terceiro setor”, onde cada indivíduo, cada ator, desenvolveria conscientemente sua ação a partir de interesses e identidades singulares” (p.38) e materializa um projeto social neoliberal de autorresponsabilização dos sujeitos que possuem direitos como a educação que, a meu ver, devem ser garantidos pelo Estado. Tais direitos ainda precisam ser buscados por meio de lutas organizadas porque este mesmo Estado deve trabalhar para garantir o bem-estar social nem que seja por meio de parcerias, mas desde que essa parceria não seja imposta de forma vertical para as escolas que executam.

Esse setor alternativo ao Estado e ao mercado que seria o “Terceiro Setor” é representado por Organizações Sociais⁴⁴ (OS) que entre as suas características e funções destaca-se “finalidade não-lucrativa, com a obrigatoriedade de investimento de seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades”⁴⁵ e provavelmente por esse motivo sejam tão procurados pelo Estado e as próprias organizações se manifestam para realizar parcerias na educação, em particular, porque teriam, em tese, autonomia para realizar um serviço de atendimento ao público e não se corromper pela lógica do mercado.

O Terceiro Setor se utiliza de elementos associados direta ou indiretamente à filantropia que, de acordo com Ferreira (2001), estaria ligada à tendência de ajudar os

⁴⁴ Lei nº. 9.637, de 15 de maio de 1998 que regula as OS em nível federal, mas deixa prerrogativas para que estados, municípios e o Distrito Federal criem suas alterações locais.

⁴⁵ Art. 2º da Lei das OS

mais necessitados sem interesses pessoais e as ações filantrópicas antes eram exercidas exclusivamente pela Igreja, inclusive, na oferta educacional de forma integral ou em parceria com o Estado.

Entretanto, a filantropia aos longos dos anos também passou por metamorfoses e neste mundo neoliberal, onde quase tudo se transforma em mercadoria essa “nova filantropia” na perspectiva de Ball e Olmedo (2013) se caracterizaria pela “relação direta entre a caridade e os ‘resultados’ e o envolvimento direto dos doadores nas ações filantrópicas” (p.33).

Nas constantes reconfigurações do mundo neoliberal, a filantropia é usada como modelo genérico e altera seu sentido tradicional, usando sua essência de caridade como motor para alavancar seus negócios e isso pode ser observado quando empresários que são os chamados “homens de negócios” desejam, em tese, causar impactos sociais com pequenas ações no cotiadio sem deixar de obter lucro como os que se enquadram no Setor Dois e Meio. Tais reconfigurações sugeridas pelo mercado podem ser observadas em três etapas da filantropia

Da caridade paliativa (ou seja, a filantropia tradicional ou a ‘filantropia 1.0’) a caridade para o desenvolvimento (‘filantropia 2.0’) e, finalmente, a caridade ‘lucrativa’, constituindo aquilo que é chamado de ‘filantropia 3.0’ (BALL e OMEDO, 2013, p.34).

Ainda de acordo com os autores “os ‘novos’ filantropos querem ver impactos claros e mesuráveis e resultados de seus ‘investimentos’ de tempo e dinheiro”⁴⁶. O empresários com muita criatividade fazem uso desse artifício que é a filantropia que envolve entre muitas coisas a comoção social, para se beneficiarem onde tal “filantropia se alinha, sem pudor, ao mundo dos negócios e se apresenta como possibilidade de ampliação dos lucros para investidores privados (ADRIÃO, 2017, p31)

A solidariedade com dia marcado é umas das novas ferramentas das entidades do Terceiro Setor que utilizam a comoção social para transformar seus serviços prestados ao público em espetáculo com o auxílio da mídia o que favorece seu ganho em imagem de socialmente responsável perante seus clientes, o ganho de repasse público em parcerias e o investimento de outros agentes privados quando suas ações repercutem midiaticamente, ou seja, tal setor movimentava recursos financeiros ao realizar parcerias com a esfera pública o que é muito atrativo para o capital. A caridade midiaticizada gera lucro para o empresário!

⁴⁶ Ball e Olmedo (2013, p.33-34).

Em decorrência do Terceiro Setor se apropriar do discurso de que precisa colaborar de uma alguma forma para melhorar fazendo uso do termo “responsabilidade empresarial⁴⁷” como a nova maneira da iniciativa privada colaborar com a educação pública brasileira de alguma maneira este Setor acaba sendo beneficiado nas parcerias público-privadas na educação ganhando dinheiro por meio da divulgação de suas marcas no envolvimento com a educação ou ofertando formação aos profissionais da educação que são pagos pelo setor público, visto que, a iniciativa privada pouco ou quase nada investe de recursos financeiros quando realiza parceria com o Estado em nome da melhoria da educacional, o que prova que a “responsabilidade empresarial” utilizada pelo Terceiro Setor seja mais estratégia usada pelo mercado para ampliar seus negócios.

Nesse sentido, o Terceiro Setor já não é mais visto como mediador entre o público (Estado) e o privado (Mercado) porque ganhou tanta proporção nas suas ações que só confirmou ao longo do tempo que tal setor seria mais uma estratégia do mercado para gerir o que é público e ainda ser pago para isso, além do que vem caindo na descrença de suas ações por parte do público pelos números de denúncias de corrupção⁴⁸. Isso fez o mercado se reinventar para continuar gerando lucro no sistema capitalista surgindo assim o “Setor Dois e Meio”.

Segundo Grazioli (2015), o primeiro negócio social desse setor entre o Mercado e o Terceiro Setor ocorreu em 1976 a partir de uma experiência do Professor de economia Muhammad Yunus⁴⁹ que emprestou dinheiro para mulheres artesãs comprassem matéria-prima e se livrassem de empréstimos conseguidos com agiotas locais que ficavam com quase toda a produção fazendo com que a situação das mulheres fossem similar aos de escravos

E para sua surpresa, todas as beneficiárias do empréstimo pagaram suas parcelas pontualmente, dando-lhe a ideia de que o processo poderia ser multiplicado indefinidamente. E de fato isso ocorreu, pois em 1983 surgiu o Projeto Social denominado “grameencredit”, que deu origem ao Grameen Bank, conhecido mundialmente por Banco Rural [...]

⁴⁷ Ver Souza (2008).

⁴⁸ Quadros (2014) revela que somente no ano de 2013 mais de 700 ONG's foram fechadas em decorrência de denúncias por desvio de verbas públicas e fraudes na prestação de contas.

⁴⁹ Professor da Universidade de Chittagong – Bangladesch, fundador das Iniciativas Globais da Yunus Social Business (YSB) e do Grameen Bank que por suas ações no Banco ganhou em 2006 o Prêmio Nobel da Paz. Desde o referido ano trabalha na divulgação do conceito de “negócios sociais” e em 2009 a Forbes nomeou o professor Yunus um dos seus “10 gurus empresariais mais influentes” (<http://www.yunusfb.com/about/prof-muhammad-yunus/>) tradução minha.

Hoje o Grameen Bank é festejado como uma pioneira iniciativa do “Setor Dois e Meio”, ao criar um novo conceito do lucro e dos ganhos da mais valia. Nesse contexto há os que creem serem os negócios sociais a face renovada do capitalismo que, de tempos em tempos, absorvido por crises, necessita de renovação, de novas expansões e novas faces (GRAZZIOLI, 2015, sp)

O termo ganha força mais num plano ideológico do que prático ao definir como “Dois e Meio” aquelas empresas ou negócios que alinham lucro com objetivos sociais ou lucro responsável ao permitir oportunidades para quem precisa e pelo fator de ser um termo híbrido com elementos do Segundo e Terceiro Setor fica difícil desvelar e/ou conceituar o que seria realmente tal setor.

No Brasil, a partir de minhas pesquisas identifiquei que o termo começou a ganhar debate a partir do ano de 2006 com o documentário internacional chamado “Entre Mundos” que foi “filmado no Brasil, Índia e México, que mostrou o surgimento de um novo capitalismo que passa a integrar a busca pelo retorno financeiro com a redução da pobreza a partir de histórias inspiradoras de empreendedores e especialistas como Muhammad Yunus”⁵⁰. É um documentário⁵¹ que trata do desenvolvimento dos negócios sociais e ganhou impulso a partir da união de três jovens estudantes de Administração pública que juntos criaram a produtora de conteúdos “Dois e Meio” com inspiração no *Grameen Bank*.

O “Setor Dois e Meio” como já frisado possuía inicialmente características tanto do Segundo quanto do Terceiro Setor, mas se diferenciava por privilegiar a transformação social ao invés do lucro, embora este último fosse importante para ampliar as ações sociais.

Utilizar elementos do Segundo e Terceiro Setores, equilibradamente, funciona como o “Setor Dois e Meio”. Isso certamente aumentará a qualidade do que se faz, e será possível impactar com eficiência os mundos externo e interno⁵².

Tal discurso advindo da economia surge porque

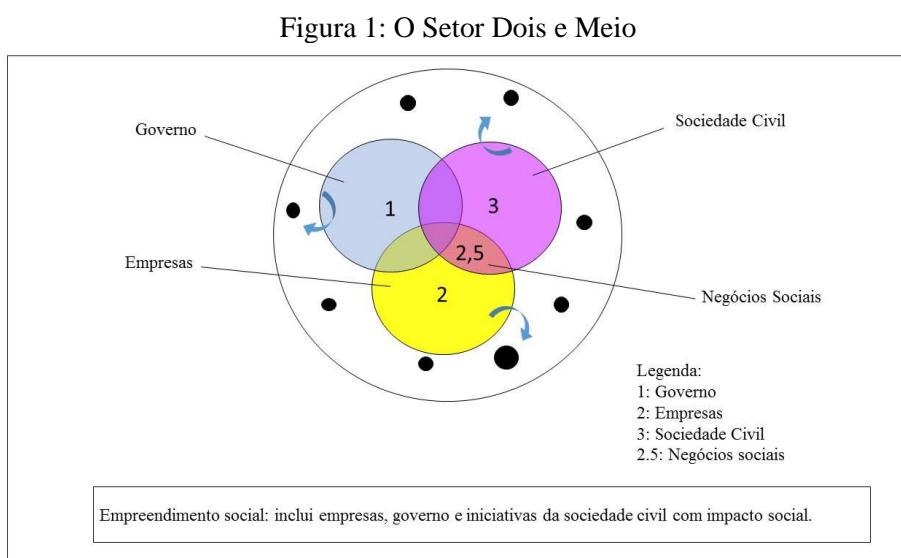
⁵⁰ Informações retiradas dos sites <http://www.entremundos.tv/> e <https://drive.google.com/file/d/0B40ZmtZmOn-fZTdkZjJhNDgtZDU3Zi00MmI2LTk0MTUtZjE2ZmU5MDNiOGJm/view?hl=en>

⁵¹ Informações retiradas do site <http://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/1202821-documentario-foca-no-setor-25-e-conta-com-crowdfunding-para-finalizacao.shtml>

⁵² (STEUER, 2009, sp).

O mercado muda constantemente, novas formas de empreender surgem em decorrência dessa evolução, atualmente pode-se perceber o crescente número de pessoas que vem adquirindo a consciência da importância em agir a favor das classes sociais, esses novos empreendedores concentram seus esforços no chamado Setor Dois e Meio, que consiste em uma forma de conduzir os negócios de tal maneira que a torna a empresa parceira e corresponsável pelo desenvolvimento social, ou seja, as empresas buscam lucro por meio de atividades que resolvem problemas e incluem uma parcela da população que tem maior dificuldade de acesso a certas estruturas e serviços (MACHIONE e BONFANTE, 2016, sp).

Esse setor pode ser melhor observado na figura 1.



Fonte: Ilzuka, Varela e Larroudé (2015), com cores e tradução minhas.

Nesse sentido,

O Setor Dois e Meio surge, então, para revolucionar o paradigma tradicional dos negócios, no qual uma empresa existe apenas para maximizar o lucro e gerar valor financeiro aos acionistas, e estas, uma vez unidimensionais, apenas buscam a maximização do lucro e são desprovidos de outras dimensões sociais como família, política, religião etc., quando da direção de seus investimentos e negócios (MISTURA, sd, sp).

O Setor Dois Meio pode ser considerado como aqueles “pequenos negócios sociais” que realizam ações direcionadas ao público ou em parceria com o público sem grandes custos ou visibilidade social e que não obtém lucros exagerados, numa condição que ficaria entre o Mercado e o Terceiro Setor. O Setor Dois e Meio aparentemente não apresenta tantas ambições de lucro quanto o Terceiro Setor que

realiza ações com finalidade lucrativa, mas está caminhando nessa perspectiva ao não negar o lucro, mesmo de forma mais modesta.

Exemplo de Setor Dois e Meio poderia ser uma Escola comunitária que cobra R\$ 10,00 por aluno somente para custear o salário dos professores, luz, limpeza e outras despesas, sem propiciar lucro exagerado para o dono e, ao mesmo tempo, proporcionaria transformação social mesmo que fosse por meio de atividades mais simples se comparadas às ações do Terceiro Setor. Esses pequenos negócios podem ser observados também em palestras ou pequenas ações nas escolas ofertadas por pessoas que se dizem empreendedoras e/ou que não compõem a comunidade escolar, mas que realizam alguma atividade ou negócios capazes de gerar benefícios para todas as partes envolvidas. Fica no meio do caminho entre Mercado e Terceiro Setor por Propiciar impacto social e também dá algum retorno econômico até para continuação das ações.

Tal setor pelas minhas primeiras análises usa como uma de suas principais ferramentas a comoção e solidariedade em mudança social como motor para execução de suas ações, mas há geração de lucro mesmo que numa proporção reduzida ao terceiro Setor que concorre em licitações, por exemplo. Isso me leva a compreender que o Setor Dois e Meio iniciou como pequeno negócio social, mas está crescendo de tal maneira que começa assemelhar-se ao Terceiro Setor, ou já, nasceu com essa ideologia funcionando no discurso como mais uma estratégia do mercado econômico que sempre procura formas de se reinventar.

Algumas atuais parcerias público-privadas na educação me levam a enquadrar os parceiros privados nesse Setor Dois e Meio como é o caso do “Pacto pela Educação do Pará” por entender que a intenção em ajudar os menos favorecidos mobiliza a sociedade coletiva com repercussões locais e internacionais dependendo de como é divulgada a exemplo dos diversos programas de televisão que usam o sensacionalismo de exploração da miséria alheia para ganhar pontos em sua audiência aliando impactos sociais a lucros.

Reforçando esse discurso os negócios do Setor Dois e Meio estimulam pequenas ações nas escolas com o deslocamento da solidariedade social para solidariedade individual onde cada um faz uso da ideologia de que “unidos somos mais fortes sim para lutar por nossos direitos e até transformar a realidade”.

Isso também mostra que os brasileiros ainda são capazes de ter solidariedade no seu sentido original de se colocar no lugar do outro com a caridade paliativa, mas por outro lado sujeitos que querem dinheiro e poder a qualquer custo usam dessa “boa fé”

para fazerem seus espetáculos, em rede nacional, explorando quem realmente necessita de ajuda, por meio de instrumentos como o sonho casa própria, “dia de princesa”, uma cadeira de rodas, etc. O sonho dos mais pobres, na atualidade midiática, vira objeto de comoção social e dá visibilidade para quem faz essa exploração alheia que no imaginário popular é tido como um salvador ou “pessoa de bom coração”, mas na minha perspectiva não passa de um falso herói, fazendo *marketing* para sua empresa e também pessoal ou para gerar audiência de seus programas de televisão e rádio.

Captando essa ideia de fazer o bem social, os pequenos negócios do Setor Dois e Meio veem na educação uma oportunidade para realizarem suas atividades porque de acordo com meus estudos, até aqui, quem é pobre nesta sociedade capitalista ainda vê na educação uma chance de ascensão social. E a sociedade como um todo ainda cobra mesmo de maneira indireta ações na educação e quando são realizadas dão credibilidade social para quem as realiza, o que poderia ser a uma das vantagens dos envolvidos no Setor Dois e Meio que, pelo menos no discurso, ainda não tem o interesse pecuniário de movimentação de recursos como faz o Terceiro Setor.

As metamorfoses na relação público-privada na educação acontecem porque os sujeitos envolvidos mudam de aparência e discursos propondo novas ações para velhos problemas como a desresponsabilização do Estado com a educação o que reacende os interesses políticos e econômicos envolvidos que veem nas parcerias público-privadas as soluções para a mudança do cenário educacional que, na maioria das vezes, é pautada exclusivamente em índices estimulando as parcerias e a predominância do privado sobre o público não só na gerência do que é público, mas na introdução de sua lógica mercantil de competitividade entre os sujeitos querendo tornar a escola pública extensão do mercado o que ainda é preciso ser combatido diariamente porque a educação tem suas peculiaridades onde a escola pública, em particular, ainda deve se constituir como espaço para formação de sujeitos plenos, capazes de conviverem em sociedade com sensibilidade humana sem a perversidade mercantil, embora na vida adulta seja essa a realidade.

Os problemas da educação e da escola pública em particular, devem ser solucionados pelo Estado que arrecada dinheiro por meio de impostos e taxas para devolvê-los em serviços para a população e me posiciono contra a lógica de que “unidos somos mais fortes” para ajudar o Estado nas ações da área social porque é o Estado quem deve ofertar serviços à população e garantir os direitos constitucionais como educação.

Não que a caridade tenha que ser combatida porque é essencial para humanizar as relações na sociedade capitalista, mas não pode substituir os deveres estatais e ela acaba sendo utilizada como artifício do mercado para ampliar seus lucros via parcerias na educação o que requer constante vigilância com os discursos de ajudar a melhorar o mundo por meio da educação com o uso de recurso público por entidades privadas.

Esse discurso, como disse Montañó (2014), tem uma ideologia por trás da cortina do espetáculo que disseminada pelo ideário neoliberal de usar a solidariedade humana para eximir o Estado de suas obrigações e usar seus recursos para fins privados que, na educação tem implicações diretas na escola e aqui, analisarei em especial, essas implicações na gestão escolar.

Como já frisado, entendo a gestão escolar na perspectiva de Santos (2012) que deve organizar o trabalho na escola na perspectiva de ter alunos emancipados considerando os mais diversos aspectos do processo formativo e embora o gestor não seja a figura central na escola possui um papel decisivo de direcionar as ações da mesma, proporcionando articulações com diferentes setores e atividades desenvolvidas na escola sob sua responsabilidade, que precisam ter como fim um ensino-aprendizado de qualidade construído no cotidiano que muitas vezes não é possível diagnosticar exclusivamente por meio de índices e avaliações em larga escala como o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), embora constitua algum apontamento da situação real até para se pensar políticas públicas após esses diagnósticos das avaliações.

Entretanto, a elevação ou não dos índices que são argumentos para se estabelecer parcerias não tem condições por si só de demonstrar melhora do cenário educacional o que torna um argumento frágil do Estado ao argumentar a necessidade de fazer aliança com a iniciativa privada para se melhorar os índices da educação pública. Os índices educacionais não podem ser considerados sinônimos de qualidade!

Tal discurso de realizar parcerias com a iniciativa privada para elevar os índices educacionais é recorrente nos discursos oficiais do Brasil e os Estados, a exemplo do Pará, reproduzem a ideologia de transferir recursos e a gerência do que é público para entidades privadas, desqualificando ou desacreditando no potencial dos servidores públicos, em especial, os da educação para se ter reversão do cenário de reprovação e abandono que assolam a realidade do País decorrentes de inúmeros fatores como falta de estrutura física adequadas nas escolas, merenda, matéria didático o que torna a escola pública não atraente (SANTOS, 2012).

O Pará vem impondo as parcerias para as escolas públicas como solução dos diversos problemas que o Estado não consegue solucionar como se a simples transferência de responsabilidade para a iniciativa privada fosse a solução. O que percebo é que a esfera estadual no Pará desenvolve o projeto que foi instigado pela esfera federal no governo de FHC que é a entrega de setores para a iniciativa privada caminhando para a privatização total do Estado.

Segundo dados do Anuário do Pará (2015-2016), este Estado da região Norte do Brasil foi criado de em “1616 (ocupação portuguesa), tornando-se autônomo em 1774. A origem do nome Pará vem do termo “pa’ra” que significa rio-mar na língua indígena tupi-guarani (p.280)”. Possui 144 municípios e ocupa mais de 16% do território nacional com uma população estimada de 8.175.113 habitantes. Em 2010, o Estado ocupava o 24º lugar nacional no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e dados educacionais referentes a 2014 apresentavam que 12,8 da população com mais de cinco anos de idade ainda eram analfabetas o que também vinha motivando ações via parcerias público-privadas do governo para superar esses dados como o “Pacto pela Educação do Pará” e acordos com o Instituto Ayrton Senna que serão analisados no capítulo 3.

A educação paraense vem apresentando um cenário caótico ao longo dos anos como pode ser observado nos dados do “Todos pela Educação” (TPE)

Os alunos da rede estadual de Ensino do Pará, da 8ª série ao 9º ano, foram reprovados nas três últimas avaliações do Ideb, ou seja, não conseguiram atingir as metas nem em 2007, 2009 e 2011. Os da 3ª série do Ensino médio tiveram média inferior em 2011, tanto com relação ao que foi projetado quanto em relação ao índice de 2009.

As Escolas públicas no Estado do Pará caíram abaixo da média nacional de 3,4, com uma pontuação de 3,0, de acordo com os dados coletados para o último Índice de Desenvolvimento da Educação básica.

Apenas 31,7% da população estudantil do Estado ultrapassa o Ensino médio, o que significa que sete em cada dez estudantes não se qualificam para o nível superior (TPE, 2014, sp).

Em 2017, três anos após a divulgação desses dados do TPE, um relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) intitulado “Cenário de exclusão escolar no Brasil” revela que a situação da região Norte e, em especial, a do Pará só vem se agravando porque do total da população de crianças de 4 a 17 anos fora da escola 412.360 estão no Norte o que representa 8,8% da realidade brasileira de 2,8 milhões de meninas e meninos fora da escola. Esse dado é o entre todas as regiões, seguida por Centro-Oeste 7,7%, Nordeste 6,5%, Sul 7,3% e Sudeste 5,3%.

Ainda de acordo com esse relatório, o Estado do Pará detém um quadro alarmante na região Norte com 175.273 crianças de 4 a 17 anos fora da escola, o que dá subsídios para que o governo paraense reforce a crença nas soluções da iniciativa privada para melhorar a educação pública realizando parcerias.

Nesse sentido, analisarei no capítulo, a seguir, os desdobramentos das ações do “Instituto Ayrton Senna” e do “Pacto pela Educação no Pará” em escolas públicas paraenses que se realizaram por meio de parcerias público-privadas tentando desvelar como se estabelece a relação entre o público e o privado e as possíveis consequências para o trabalho da gestão escolar.

CAPÍTULO 3 - A PREDOMINÂNCIA DO PRIVADO SOBRE O PÚBLICO NA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO PARÁ

Neste capítulo, analisarei dois exemplos de subsunção do público ao privado na educação paraense por meio de parcerias público-privadas que se deu entre Prefeituras municipais e o Instituto Ayrton Senna representante do Terceiro Setor e as parcerias decorrentes do “Pacto pela Educação do Pará” que é pautado na celebração da união entre escolas públicas e empresas privadas por meio de projetos, programas e outras atividades nas escolas com foco na elevação dos índices educacionais e conta com representantes dessas empresas tanto do Terceiro Setor quanto do Setor Dois e Meio.

3.1 – O Caso do Instituto Ayrton Senna

De 2012 a 2014 o grupo Observe tinha como foco de suas pesquisas analisar a atuação do Instituto Ayrton Senna⁵³ na educação básica paraense. O IAS se caracteriza como organização sem fins lucrativos fundada em Londres no ano de 1994, meses após a morte do ex-piloto de Fórmula 1 que deu origem ao nome do Instituto.

O IAS foi fundado pela irmã mais velha do ex-piloto Viviane Senna Lalli que é psicóloga e empresária junto com mais dois empresários que são: Milton Guirado Theodoro da Silva (atualmente representado pela empresária Neyde Joanna Senna da Silva) e Leonardo Senna da Silva e segundo seu Estatuto Social⁵⁴ o mesmo tem sua sede na cidade de São Paulo – SP e prazo de duração indeterminado. Além disso, o Instituto se configura como

Associação civil de interesse filantrópico, sem finalidades lucrativas, sem qualquer vinculação política ou partidária, que atua na área da assistência social mediante realização de ações de atendimento, assessoramento e de defesa e de garantia de direitos, visando o desenvolvimento das crianças, jovens e cidadãos através da implementação de metodologias educacionais e fomento de ações voltadas para a defesa dos direitos humanos (IAS, 2016, p.3).

Ainda, segundo o Estatuto, a manutenção do Instituto e de seu patrimônio se farão por receitas constituídas de:

⁵³ <http://www.institutoayrtonsenna.org.br/>

⁵⁴ <http://www.institutoayrtonsenna.org.br/arquivos/Estatuto-Social-Instituto-Ayrton-Senna.pdf>

- a) Contribuição dos sócios;
- b) Doações, auxílios, legados, direitos ou créditos e outras aquisições proporcionadas por quaisquer pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;
- c) Eventuais rendas provenientes de bens ou de contratos de prestação de serviços e/ou de licenciamentos;
- d) Subvenção dos poderes públicos federal, estadual e municipal;
- e) Contribuições de bens móveis e imóveis;
- f) Receitas de patrocinadores de eventos promovidos pelo Instituto, de que este faça parte ou não;
- g) Quaisquer outras receitas decorrentes de atos lícitos e compatíveis com a finalidade do Instituto e com este Estatuto Social.

Assim, é possível verificar que o IAS realizará suas ações educacionais dependendo, em grande parte, do auxílio financeiro dos parceiros que o manterão porque ele não se auto sustenta mesmo com os eventos que poderá realizar para angariar fundos de modo que é a parceria com entes públicos e privados que mantém o Instituto e, segundo, o Artigo 15 do Estatuto, especialmente nos parágrafos 2 e 3 é facultada a remuneração de qualquer membro da Diretoria que atue efetivamente na gestão e administração do Instituto sendo que a remuneração será sempre deliberada em Assembleia Geral.

A atual diretoria do Instituto é composta por oito membros representados no quadro 1.

Quadro 1: Diretoria atual do IAS

NOME	FUNÇÃO
Viviane Senna	Presidente do IAS
Ana Cristina Maia	Diretora de Educação do IAS
Bianca Senna	Diretora de Branding do IAS
Mozart Neves Ramos	Diretor de articulação e inovação do IAS
Ricardo Paes de Barros	Economista chefe do IAS
Tatiana Filgueiras	Diretora do EduLab21
Thiago Fernandes	Diretor de negócios do IAS
Silvia Espesani	Diretora de Recursos humanos do IAS

Fonte: Elaborado pelo autor com base no *site* do IAS

Destaco que o EduLab21⁵⁵ possui um membro na diretoria do Instituto por representar uma das ações mais importantes desenvolvidas atualmente que desde sua fundação é presidido por Viviane Senna.

Em entrevista a Revista Isto é⁵⁶ no ano de 2016 Viviane apresenta um pouco de sua rotina na gestão do IAS. Segundo a mesma, o Terceiro Setor formado por entidades privadas, como é o caso do Instituto, possui a obrigação de ajudar a melhorar o Brasil e que, no seu caso o caminho escolhido foi a educação. No mesmo ano, de acordo com a entrevista o IAS foi considerado uma das entidades mais admiradas do País, segundo votação das empresas do Terceiro setor.

É ressaltado ainda o perfil de Viviane como sendo uma mulher da elite que se preocupa com as causas sociais apresentando que ela ganhou maior visibilidade no ano 2000 quando o IAS investiu R\$14 milhões em projetos sociais, o que teria motivado outras pessoas e instituições com seu perfil a colaborarem com área social. A Revista diz ainda que nesse ano ela foi considerada a “Musa do Terceiro Setor”, em função do seu trabalho à frente do IAS.

Mozart Neves Ramos⁵⁷ é um destaque na diretoria do IAS porque possui um perfil acadêmico prestigiado no Brasil. É doutor em Química pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) com Pós-Doutorado em Química pela Politécnica de Milão – Itália sendo professor aposentado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) onde exerceu o cargo de Reitor e Secretário de Educação no mesmo Estado.

Ricardo Paes de Barros⁵⁸ possui Doutorado em Economia pela Universidade de Chicago onde foi professor visitante e tem Pós-Doutorado pelo Centro de Pesquisa em Economia da Universidade de Chicago e pelo Centro de Crescimento Econômico da Universidade de Yale nos Estados Unidos da América (EUA). Integrou o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA⁵⁹) por mais de 30 anos e de 2011 a 2015 no governo Dilma atuou na Secretaria de Assuntos Estratégicos.

⁵⁵ “É um laboratório de inovação dedicado à produção e disseminação de conhecimento científico para a formulação de políticas públicas para uma educação de qualidade. Iniciativa do Instituto Ayrton Senna, o laboratório reúne uma rede multidisciplinar de parceiros ao redor do mundo, entre universidades, pesquisadores, fundações e organizações internacionais” (http://www.institutoayrtonsenna.org.br/wp-content/uploads/2016/07/eduLab21-Instituto-Ayrton-Senna_06_2016.pdf.pdf).

⁵⁶ http://istoe.com.br/42594_VIVIANE+SENN/

⁵⁷ <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4783028D8>

⁵⁸ <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4721799D9>

⁵⁹ <http://www.ipea.gov.br/portal/>

Dos membros da diretoria, destaco Mozart Ramos e Ricardo Barros porque são profissionais que estiveram ligados a Universidades públicas e, em tese, conhecem as lutas diárias desse espaço que é campo de produção de diversos saberes e difusor de conhecimento e prestígio para os profissionais que ocupam cargos nessas Universidades, principalmente, os professores. Ambos estiveram a serviço do público inclusive do lado onde se fazem as leis como foi o caso de Ricardo Barros e agora assumem funções importantes da diretoria do IAS.

São profissionais renomados da área educacional que consolidaram seus nomes nas universidades por meio de suas pesquisas e funções e agora servem aos interesses do Instituto que não é uma instituição pública e “além disso, esses especialistas/consultores ora estão no Estado, ora no mercado, influenciando a elaboração, a direção e a consecução das políticas educacionais” (CAETANO e PERONI, 2015, p.103).

Faço esse destaque porque considero que o Instituto tem interesses na sua composição, de que haja profissionais com o perfil dos dois citados para vender a ideia de que realmente todos trabalham em prol da educação, visto que não são empresários porque até pouco tempo atrás estavam exclusivamente no serviço público. Considero que a atuação de ambos nessa diretoria seria uma espécie de “brilho intelectual” que favorece a imagem do Instituto, porque em seu corpo diretor há profissionais do serviço público, ligados à educação que desejam usar as metodologias privadas do IAS, em nome das crianças e jovens do Brasil.

Para subsidiar a análise de como se configurou a relação entre o público (Prefeituras) e o privado (Instituto Ayrton Senna) no Estado do Pará foram escolhidas três teses de Doutorado que debateram a atuação do Instituto na educação paraense que são: “A municipalização do ensino no município de Altamira-PA e suas implicações para a democratização educacional” de Dalva Valente Guimarães Gutierrez (2010) apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, “O Programa Gestão Nota 10 do Instituto Ayrton Senna e a educação em Santarém – PA” de Walter Lopes de Sousa (2013) e “A parceria público-privada do Instituto Ayrton Senna e a Prefeitura Municipal de Benevides – PA: entre os desafios (pro)postos e os limites da realidade” de Oneide Campos Pojo (2014) ambas apresentadas ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Pará.

Ressalto ainda que há diversas teses e dissertações sobre a atuação do IAS na educação, mas as três foram selecionadas intencionalmente porque dentro de minhas

buscas foram as mais atuais após o ano de 2010 e as que se debruçaram, particularmente, no caso do Estado do Pará que é o foco desta dissertação.

Gutierrez (2010) informa que a parceria em Altamira – PA se iniciou de maneira centralizadora por intermédio do prefeito recém-eleito à época que participou do Seminário de Gestão Municipal e Escolar promovido pelo Instituto que inicialmente executaria no município o Programa Escola Campeã⁶⁰. Vários prefeitos participaram desse seminário onde eram cobrados vários documentos dos interessados em realizar parcerias, que seriam feitas via seleção.

É possível perceber que desde o início, o setor público é que precisa se adequar às normas estipuladas pelo privado porque foi o Instituto quem ditou as regras do jogo para que o Município fosse escolhido e pudesse implantar seus programas de soluções educacionais

Foi solicitado alguns documentos como condição para a possível seleção: a) Carta de Adesão e compromisso ao Programa, na qual o prefeito deveria manifestar compromisso com a orientação do Programa; b) Documento que expressa a concordância do prefeito em escolher o Secretário Municipal de Educação e o Gerente do Programa de Gestão de acordo com o perfil estipulado pelo IAS; c) Diagnóstico da educação no município[...]. Importa destacar ainda que o prefeito concordou com as condições advindas do IAS para que se desse a parceria (GUTIERRES, 2010, p, 207-208).

Além das exigências de documentos aos municípios que quisessem a parceria com o Instituto o que chama atenção é o perfil de gestor estipulado pelo IAS que vai desenhando na parceria a forma como conduzirá a educação no município, ou seja, dá a impressão que tudo antes realizado deu errado e a partir do “passo a passo” descrito é que se verá algum resultado de tantos investimentos educacionais. A gestão é foco das ações desenvolvidas no município e o setor público aí tem que se enquadrar e apresentar um profissional que possua as características de um gestor eficiente que foram pré estabelecidas pela entidade privada .

O prefeito também expressava em cartas separadas sua concordância em escolher o Secretário Municipal de Educação e o Gerente do Programa de Gestão levando em conta as características que compunham o perfil exigido pelo IAS. A exigência comum era de que todos os escolhidos para ambos os cargos apresentassem: Escolaridade e cultura compatível com o cargo; respeitabilidade entre os munícipes; conhecimentos de informática [...] (GUTIERRES, 2010, p, 208).

⁶⁰ “É um programa de gestão educacional, criado em parceria pelo Instituto Ayrton Senna e a Fundação Banco do Brasil com o objetivo de superar o fracasso escolar, a evasão e a repetência e o analfabetismo através de uma gestão escolar eficiente” (HATTEG, 2007, p.7).

Gutierrez (2010) destaca que o IAS passou a influenciar diretamente na gestão da educação municipal dificultando a democratização das relações porque o Secretário Municipal deveria ser efetivamente uma espécie de preposto na execução das ações do programa definidas pelo prefeito que firmou diretamente a parceria com o Instituto e se submeteu às suas exigências. Percebo que o setor público na figura do prefeito se mostrou mais preocupado em atender ao que era solicitado pelo privado do que realmente beneficiar, em tese, os que o elegeram.

Em suma, a Prefeitura disponibilizava toda a estrutura física, os recursos humanos e financeiros para que o IAS somente viesse gerir de maneira “eficiente” o processo educacional no Município. Considero que, em uma relação de parceria, todos os parceiros deveriam sair ganhando, mas o público perdeu sua autonomia na escolha dos gestores ao se submeter ao que foi pedido pelo Instituto, arcou com os custos da parceria e ainda trabalhou mais quando teria que realizar o diagnóstico da situação do município e enviar os relatório ao mesmo de como as atividades estavam se realizando após a implantação do Programa. O IAS foi o mais beneficiado a meu ver, enquanto que o público pagou para trabalhar.

No caso de Santarém, ocorreu uma análise do Programa Gestão Nota 10 (PGN10) desenvolvido pelo Instituto e

É específico para as equipes da Secretaria de Educação e para os diretores de escolas. É, sobretudo, por meio deste programa que vai se moldando o desenlace da política educacional, pois ele abrange tantos gestores que atuam no local de onde emanam as ordens para a organização do Sistema de ensino, quanto atua nas escolas do município, por meio de seus diretores (SOUSA, 2013, p. 243).

Sousa (2013) evidencia que, nessa parceria, o gestor escolar precisou centralizar as ações da escola sob sua responsabilidade, que por sua vez, deve seguir as ordens do superintendente do Programa que fiscalizava a atuação da gestão escolar, a pedido da Secretaria Municipal de Educação. Há ainda a fiscalização dos representantes do Instituto que recebiam orientações diretamente de São Paulo – SP, sede do IAS. Esse ciclo de fiscalização é feito por meio dos materiais disponibilizados pelo Instituto, orientações, capacitações que determinam o que deve ser seguido como “certo ou errado” para a melhoria da gestão municipal.

Em Santarém, foi verificado o controle sobre o trabalho do professor que é cobrado pelo diretor da escola para que sua turma possuísse notas mais elevadas que as outras promovendo a competição por notas entre professores e suas turmas que é tido como algo “saudável” nas orientações do IAS.

Os estudantes entravam num clima de competição desde cedo pela liderança e primeira colocação no *ranking*. Essa competição envolvia, ao mesmo tempo, as turmas da escola que disputam entre si e, dentro de cada turma, os estudantes parecem intentar sair melhor do que o colega de classe quando da aferição de suas notas. Esse fato nos fez refletir sobre a transformação do ambiente escolar num local de concorrência parecido com o ambiente competitivo inerente à lógica mercantil, o que se distingue bastante de um local onde se deveria privilegiar o exercício da cidadania e da formação humana (SOUSA, 2013, p. 258-259).

Nesse município, de acordo as pesquisas do autor, as parcerias já ocorriam desde o ano de 1997, o que era aceito como natural para a cultura educacional daquele lugar e a gestão proposta pelo Instituto era como se fosse indispensável para o fluxo da educação. O material usado pelos professores em sala de aula era enviado pelo Instituto, o que, segundo o discurso do mesmo, o uso correto do manual iria favorecer ou não o sucesso da escola que, nas palavras da Presidente do IAS, Viviane Senna Lalli ao falar de um dos programas desenvolvidos pelo Instituto que é similar ao desenvolvido em Santarém, na perspectiva dos manuais onde tais materiais seriam imprescindíveis nas parcerias ocupando lugar de pedra angular no processo de ensino aprendizagem.

O Programa assume a escola e os professores como são, reconhecendo suas potencialidades, bem como suas limitações e dificuldades. Por essa razão, desenvolve materiais voltados diretamente para o aluno. Esses materiais são fortemente estruturados, de maneira a assegurar que mesmo um professor inexperiente, ou com preparação insuficiente - como é o caso de muitos professores no Brasil - seja capaz de proporcionar ao aluno um programa de qualidade (LALLI, 2000, p.146).

Peroni (2009) crítica esse posicionamento da presidente do Instituto ao dizer que

O Programa deve ter um coordenador que gerencia as escolas, professores, supervisores e alunos. A capacitação da equipe local enfoca basicamente a sistemática operacional do Programa. O acompanhamento do trabalho dos professores ocorre por meio de visitas semanais do supervisor e participação dos professores em reuniões quinzenais para avaliação, troca de experiências e planejamento junto com outros professores, sempre acompanhados do supervisor. Ainda há os cursos à distância de capacitação para os

professores. A procura por estas parcerias muitas vezes parte de um diagnóstico de que os professores não são capazes de planejar suas tarefas e por isso devem receber tudo pronto, como podemos verificar na argumentação de Viviane Senna (p. 154).

Em sua pesquisa empírica, Sousa (2013, p.257) questiona que

O discurso advindo do IAS é sempre no sentido de mostrar que o setor público com seus agentes (aqui sua artilharia é voltada para os professores) é incapaz, ineficiente e que precisa ser ensinado por quem tem as qualidades de “eficiência” e “efetividade”- como se arvoram.

Há o fato de uma pré culpabilização dos professores pelos resultados na parceria e esse discurso poderia estar sendo vendido nas formações dos professores ministradas pelo Instituto, como se estes tivessem a missão de ajudar o diretor escolar e assumir para si também a responsabilidade, como que se cada um fizesse sua parte todos sairiam ganhando. Destaco que esse tipo de ideologia é típico do terceiro setor onde se enquadra o IAS.

A forma como as parcerias ocorrem com o Instituto Ayrton Senna são bastante similares em todo o território nacional, onde atua e independente do município ou região com suas diversas peculiaridades e entraves locais, a parceria será de sucesso se fizerem uso correto das metodologias salvacionistas do Instituto, segundo seus representantes.

Pojo (2014) revela que a parceria do Instituto com a Prefeitura Municipal de Benevides, assim como em outros exemplos pelo Brasil ocorreu pela pouca participação nas avaliações em larga escala a exemplo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que vislumbram na parceria a alternativa para ultrapassar essa barreira e assim como nos exemplos anteriores de Altamira e Santarém aqui, também, não houve consulta às escolas para saberem se desejavam a parceria, mostrando assim a verticalização das ações onde a base (escola) apenas cumpre o que foi definido no âmbito da Secretaria de Educação, que precisa apresentar um retorno numérico a qualquer custo. É com o foco nos índices que muitos gestores municipais são encantados pelo canto do IAS que inicialmente não dá nenhuma garantia de resultado positivo como ocorreu em Benevides.

A defasagem idade-série não foi superada no município. A parceria com o IAS, cujos programas tinham isso como objetivo, não conseguiu apresentar registros do cumprimento da meta de 100% com alunos na faixa etária condizente com a série (POJO, 2014, p. 243).

Nesse município investigado por Pojo (2014) foram analisados os programas “Acelera Brasil e Se Liga” que, segundo a autora são direcionados para a correção de fluxo e distorção idade-série o que levou a além do monitoramento, cobranças diárias, perseguição aos índices nesse município o rigor ao cumprimento à risca da rotina prevista nos manuais do Instituto como forma de garantir eficiência do trabalho. A rotina era robotizada onde não se podia fazer nada além do que estava planejado similar a uma empresa que determina o que deve ser feito e seu principal foco é cumprir o que estava previsto.

A atuação do IAS está assentada em numa concepção de ensino como um grande negócio, utilizando-se para tal, algumas das ferramentas da gestão gerencial dentre os quais citamos: controle das atividades dos professores, primazia pela utilização de números e pelos resultados, estabelecimento de metas, planejamento padronizado, e em consonância com os objetivos do IAS (POJO, 2014, p.236).

Aqui, o gestor escolar também ficou reduzido a cobrar metas diárias, semanais, mensais e anuais e preencher as planilhas de faltas e notas que seriam entregues ao IAS. O gestor fica reduzido a cobrar dos professores o cumprimento dos manuais e sempre ser a ponte entre o Instituto e os professores.

Vejo que a responsabilidade do sucesso da parceria que é pautada na elevação dos índices é jogada sob os ombros do gestor, como se tudo dependesse de seu monitoramento no dia a dia. Entendo que o gestor é peça importante na escola por estar à frente das decisões da escola sob sua responsabilidade, mas no caso do IAS o gestor viria a passar a trabalhar de maneira “robótica”, sem autonomia no trabalho pedagógico e ainda é taxado como responsável pelos possíveis insucessos na parceria.

Nas três experiências analisadas, o início da parceria é bastante similar porque apenas o gestor municipal decide pela parceria e se submete a todas as imposições do terceiro setor representado pelo Instituto quando na realidade deveria ser a situação inversa.

Também é lícito afirmar que a subsunção do público ao privado nas parcerias como o IAS se manifesta por:

I- Exigência de documentos por parte do privado para realizar a parceria;

II- Seleção de quais representantes do setor público serão “beneficiados” com a parceria do IAS, como aconteceu em Altamira;

III- Alteração na organização sistêmica do município com indicação do perfil de gestor pelo IAS;

IV- Alteração no trabalho do gestor escolar minimizado a preencher planilhas;

V – Substituição do projeto político-pedagógico pelos manuais do IAS;

Diante disso, o público fica subserviente às ordens do privado de modo que parece uma relação natural típica do “Pacto Social” trabalhado no primeiro capítulo desta dissertação. Foi possível verificar que o IAS elenca o que seria parâmetro de referência de qualidade educacional na esfera pública na qual a alternativa seria a parceria para se ter fermentos inteligentes para ajudar o setor público a corrigir *déficits* de defasagem idade-série, aprovação, reprovação e evasão e conseqüentemente os melhorar os índices dos municípios nas avaliações em larga escala.

Nesse sentido, o gestor escolar vira alvo das ações do Instituto que deve atuar como agente centralizador das decisões na escola com controle do trabalho da comunidade escolar focalizando seguir os manuais do Instituto, mas sem autonomia no trabalho pedagógico porque precisaria cumprir o que os prepostos do Instituto dentro da escola pediam que eram, em grande parte, o preenchimento adequado das fichas semanais, quinzenais, mensais e anuais que subsidiariam os relatórios feitos pelo próprio IAS.

O exemplo do IAS mostrou que as implicações para a gestão escolar não foram favoráveis nos casos analisados porque modificou a rotina das escolas sem a pré autorização das mesmas, visto que, tudo é decidido em esferas superiores e a escola só executa as decisões, além de que, uma das principais conseqüências negativas é a pouca democratização das relações que, após a parceria, restringem-se em cumprir o que fora estipulado de forma autoritária.

No próximo tópico, analisarei outro exemplo da relação entre o público e o privado na educação paraense, por meio do “Pacto pela Educação do Pará” que é atualmente grande política do governo estadual voltado para a educação que centra suas ações em parcerias público-privadas para melhorar o cenário da educação no Estado. Aqui, há o diferencial da presença de algumas entidades do Setor Dois e Meio educacional que são aquelas que possuem o lucro como conseqüência do impacto social que é sua prioridade.

3.2 – Pacto pela Educação do Pará

As ações na educação não exclusivas do Estado começaram a ganhar maiores respaldos a partir da CF, especialmente, em seu Art. 206 em decorrência da liberdade de ação de utilização dos recursos públicos com finalidade de promover a melhoria educacional. Como já frisado, algumas entidades começaram a assumir o papel de provedoras da educação que antes era de total responsabilidade do Estado, e pode ser percebido por meio de alianças de vários setores, em prol de um objetivo comum via pactos onde cada um com sua pequena contribuição faria a diferença.

O termo “pacto” na perspectiva Ferreira (2001) significa convenção ou acordo entre os partícipes envolvidos com empenho de todos por uma causa. Pacto como mencionado no capítulo 1 também já vem de uma longa discussão histórica de Pacto Social de Rousseau que pensara no bem comum. Com o passar dos anos, o termo Pacto foi sendo “vendido” midiaticamente como elemento chave para superar os problemas sociais e, particularmente, os educacionais como é o caso do “Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC)⁶¹ que centra suas ações no permanente monitoramento de alfabetização em Língua Portuguesa e Matemática.

Os Estados e Municípios aderem ao Pacto do governo federal como foi o caso do “Pacto pela Educação do Pará” que consiste em

Um esforço integrado de diferentes setores e níveis de governo, da sociedade civil (fundações, ONGs e demais organizações sociais), da iniciativa privada e de organismos internacionais (Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID), de caráter suprapartidário, intersetorial, federativo e participativo, e liderado pelo governo do Estado do Pará, em torno do objetivo de promover a melhoria da qualidade da educação pública no Estado do Pará. (<http://www.pactoeducacaopara.org/pacto>).

A concepção desse Pacto já vinha se desenhando desde a gestão da governadora Ana Júlia de Vasconcelos Carepa do PT (2007-2010) que assinala a necessidade de uma união com outros setores na educação do Pará, mas, numa perspectiva mais democrática como é possível ver no Documento Base do Plano Estadual de Educação (PEE) que foi aprovado pela Lei nº 7.441 de 02 de junho de 2010.

⁶¹ <http://pacto.mec.gov.br/noticias/134-adesao-2016>

O desafio a ser enfrentado no atendimento educacional das crianças que vivem no campo e nas comunidades quilombolas, também é de ordem estrutural, descrito por meio da precariedade do acesso as localidades, ausência de estradas em condições de trafegabilidade, ausência de saneamento básico, água tratada, o que requer o fortalecimento de parcerias intersetoriais no âmbito do Estado, visando promover a educação com qualidade social (p. 25).

Esse PEE de 2010 é resultado da Conferência Estadual de Educação realizada no ano de 2008 que foi dividido em duas seções. A primeira faz um grande balanço da real situação educacional no Estado como as elevadas taxas de analfabetismo, índices de reprovação, aprovação e evasão na educação básica, quadro docente, que atua na rede pública e não possui o ensino médio, entre outras coisas e a segunda parte é o resultado final desta Conferência, que culminou num documento com diretrizes, objetivos e metas que dariam suporte às políticas educacionais que seriam implantadas no Pará até 2020, tendo em vista que, o documento tem duração de dez anos.

Em 2011, um ano após a aprovação do PEE há a mudança de governo, por meio do qual o atual governador Simão Robson de Oliveira Jatene⁶² do PSDB (2011-atual) deu início a uma série de Projetos em várias áreas sociais, inclusive na educação, dos quais destaco o “Pacto pela Educação do Pará” que foi lançado em 26/03/2013⁶³ e as propostas e metas deste Pacto em grande parte foram planejadas com o propósito de cumprir os objetivos expressos no Plano Estadual de Educação de (2010-2020), conforme informações contidas no *site* oficial do Pacto, mas na verdade, os projetos desenvolvidos são bem similares com os do governo federal.

As ações desenvolvidas no Pacto tiveram grande apoio na sua divulgação pelo BID porque há interesses econômicos envolvidos nessa promíscua relação em que o discurso oficial ressalta que a união de vários sujeitos é em prol da melhoria

⁶² De acordo com Reis (2014) e com informações do Portal do PSDB, Simão Jatene é graduado em Economia pela UFPA, local este onde também lecionou e se aposentou como professor; Especialista em Desenvolvimento Regional e concluiu o curso de Mestrado pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e, provavelmente, não teve tempo ou desejo de se dedicar à carreira acadêmica enquanto professor e/ou pesquisador, tendo em vista que, não possui curriculum vitae na plataforma *lattes* do CNPq, além disso, foi músico, cantor, compositor e ator antes de se formar. Disponível (<http://www.psd.org.br/pa/declaracao-de-bens-por-simao-jatene/>)

⁶³ O BID fez ampla divulgação do lançamento do Pacto como sendo um projeto inovador que contava com o apoio de parceiros privados no desenvolvimento de suas ações (<http://www.iadb.org/pt/noticias/comunicados-de-imprensa/2013-03-26/educacao-no-estado-do-para-brasil,10395.html>).

educacional, mas a Portaria nº 886/2013-GS/SEDUC⁶⁴ apresenta relações de empréstimos junto ao Banco porque o

Banco Interamericano de Desenvolvimento⁶⁵ tem hoje investido na educação do Pará US\$ 350 milhões em programas de expansão da cobertura e melhoria da qualidade da educação básica, com contrapartida local. Do total de recursos previstos no programa de expansão de cobertura e melhoria da qualidade da educação básica do Estado do Pará, cerca de US\$ 220 milhões serão investidos na infraestrutura de escolas da rede estadual.

Esse recurso equivale a mais de 62% do montante adquirido junto ao BID, somados à contrapartida local. Serão aplicados US\$ 100 milhões especificamente na ampliação, reforma e aquisição de equipamentos de 358 unidades escolares, dos quais US\$ 57.342,05 de recursos do empréstimo junto ao BID e US\$ 43 milhões de recursos locais.

(<http://www.seplan.pa.gov.br/par%C3%A1-apresenta-ao-bid-resultados-positivos-na-%C3%A1rea-da-educa%C3%A7%C3%A3o>)

Ressalto que uma das formas de atuação dos entes privados no Pacto, a exemplo do BID, inicialmente se configuram na forma de recursos para o governo estadual, mas tal empréstimo provavelmente será cobrado com juros, visto que é a lógica de todo Banco. Não tive acesso ao termo⁶⁶ assinado pelo BID e o governo do Pará mencionado na Portaria nº 886/2013-GS/SEDUC o que torna difícil entender em quais termos ocorreram esse empréstimo e quais prováveis implicações para o Estado do Pará.

Na edição do Diário Oficial do Estado do Pará (DOEPA), de 25 de maio de 2016 foi publicada uma manifestação de interesse para a seleção de consultoria individual nº 06/2016

⁶⁴ Publicado em DOEPA no dia 04 de outubro de 2013

⁶⁵ O Grupo do BID compreende o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a Corporação Interamericana de Investimentos (CII) e o Fundo Multilateral de Investimentos (FUMIN), um fundo administrado pelo BID. O BID, o maior e mais antigo banco de desenvolvimento multilateral regional do mundo, é a principal fonte de financiamento multilateral para o desenvolvimento econômico, social e institucional na América Latina e no Caribe. Cada país membro do BID possui representantes onde estão ocupando os cargos de governador e vice-governador, respectivamente, os senhores Dyogo Henrique de Oliveira que atualmente é Ministro do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão e Jorge Saba Arbach Filho atual Secretário de assuntos internacionais (RELATÓRIO ANUAL DO BID, 2016).

⁶⁶ O acordo foi assinado em dezembro de 2013 onde a “instituição vai investir US\$ 200 milhões e outros US\$ 150 milhões serão aplicados pelo governo do Estado como contrapartida ao empréstimo. O objetivo da operação é melhorar a qualidade e aumentar o acesso à educação básica e fundamental em todo o Pará. O programa visa a ampliação de vagas na educação básica e fundamental, a melhoria do desempenho de alunos e o aperfeiçoamento da gestão educacional”. (<http://www.tce.pa.gov.br/index.php/sala-de-imprensa/noticias-do-tce-pa/1352-governo-do-estado-assina-emprestimo-para-educacao-com-bid-recursos-serao-auditados-pelo-tce-pa>).

com o objetivo de apoiar o Escritório de Projetos⁶⁷ no planejamento, coordenação e execução das atividades previstas no Projeto BR-L 1327 “Melhoria da qualidade e expansão da cobertura da educação básica no Estado do Pará” financiado pelo empréstimo nº 2933/ OC-BR, celebrado no dia 16 de dezembro de 2013, entre o Estado do Pará e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. 2- Os serviços compreendem: Os serviços de apoio, assessoria e assistência técnica especializada⁶⁸.

Isso mostra que a presença de organismos internacionais, como o BID que foi analisado no capítulo 2 revelam que as ações na área educacional que envolvem parcerias público-privadas contam com o apoio dos mesmos na execução das ações. A partir do momento em que há o financiamento do Banco para o Estado do Pará ocorre uma sujeição do Estado ao que é orientado pelos representantes do ente financiador tendo que apresentar relatórios⁶⁹ de suas ações. Entendo como sujeição porque não são disponibilizados os relatórios da SEDUC para o público em geral, mas há notícias em portais eletrônicos da obrigatoriedade do Estado em responder aos questionamentos do BID que embora não seja um Banco comercial possui interesses nessas ações educacionais porque age como fomentador de processos de desenvolvimento onde manifesta e explana seus propósitos para os países em desenvolvimento.

A meu ver o BID não deseja diretamente contribuir com a política educacional do Pará para fins de promoção de um ensino-aprendizagem que promova a emancipação⁷⁰ dos alunos, mas tem interesse num projeto maior de desenvolvimento social pelo menos em números com formação de mão-de-obra para o setor produtivo do mercado onde dependendo do resultado poderá reafirmar em seus discursos que suas orientações e metodologias são efetivas e que os Estados que desejarem progresso social podem contar com sua ajuda, via empréstimos e apoio técnico, até porque atua em rede com vários parceiros entre empresas privadas, outros bancos e a esfera pública.

Um ano antes do lançamento do Pacto, ainda na fase de formulação, houve grande participação de muitos setores com destaque para a atuação do Instituto

⁶⁷ O Escritório de Projetos da SEDUC atua dentro do “Pacto pela Educação do Pará” com os recursos advindos, em parte, do PIB para construção, reforma e ampliação de escolas (MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARÁ, 2017).

⁶⁸ <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/116615683/doepa-25-05-2016-pg-70>

⁶⁹ REVISTA PARÁ MAIS, 2017. Disponível em: <http://paramais.com.br/seduc-apresenta-acoes-do-pacto-pela-educacao-a-missao-do-bid/>

⁷⁰ Emancipação na perspectiva de Ivo Toner (2005).

Synergos⁷¹ que em janeiro de 2012 elaborou um plano que serviu de base para a parceria no Pará. Esse instituto é quem representa as organizações privadas no Pacto pela Educação do Pará e tem participação ativa no desenvolvimento de suas ações.

O Pacto se desenvolve por meio de parcerias e conta com uma série de documentos em seu arcabouço legal que baseiam a forma de condução das ações entre os parceiros que pode ser observado no quadro 2.

Quadro 2: Legislação estadual que interfere nas ações do “Pacto pela Educação do Pará”

DOCUMENTO	DESCRIÇÃO
Lei nº 7.649, de 24 de julho de 2012.	Dispõe sobre normas de licitação e contratação de Parcerias Público-Privadas - PPP no âmbito do Estado do Pará e dá outras providências
Decreto nº 694 de 26.03.2013	Institui o Comitê de Governança Estadual e os Comitês de Governança Regionais do Pacto Pela Educação do Pará, e dá outras providências (revogado pelo Decreto nº 792 de 01.06.2013)
Decreto nº 695 de 26.03.2013	Estabelece critérios para o exercício das funções de Diretores e vice-diretores das escolas da rede Estadual de Educação de ensino a serem adotadas pela secretaria de Estado de educação e dá outras providências
Decreto nº 792 de 01.06.2013	Altera o Decreto nº 694, de 26 de março de 2013 (revogado pelo Decreto nº 1.249, de 20 de março de 2015)
Decreto nº 713, de 1º de abril de 2013.	Institui o Programa de Parcerias Público-Privadas PPP/PA e regulamenta o Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas do Estado do Pará - CGP/PA, para a gestão dos contratos e procedimentos necessários para a

⁷¹ É uma organização global sem fins lucrativos que reúne pessoas para resolver problemas complexos de pobreza e criar oportunidades para os indivíduos e suas comunidades prosperarem. Foi fundada em 1986 por Peggy Dulany que é filha do banqueiro David Rockefeller com o objetivo de facilitar o diálogo entre líderes de comunidades carentes e políticos ou representantes do governo. Wanda Engel é a diretora do Instituto no Brasil (<http://www.synergos.org/bios/pdulany.htm>)

	contratação de Parcerias Público-Privadas no âmbito da Administração Pública do Estado do Pará, criado pela Lei Estadual nº 7.649, de 24 de julho de 2012. (alterado pelo Decreto nº 1.428, de 10 de novembro de 2015)
Resolução nº 01, de 19 de junho 2013 – CGP/PA	Aprova o Regimento Interno do Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas do Estado do Pará – CGP/PA
Decreto nº 795, de 15 de julho de 2013	Homologa o Regimento Interno do Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas do Estado do Pará - CGP/PA
Decreto nº 1.249, de 20 de março de 2015.	Institui e disciplina o Sistema de Governança Estadual do Pacto pela Educação do Pará, e dá outras providências.
Lei nº 8231 de 14/07/2015	Altera dispositivo da Lei nº 7.649, de 24 de julho de 2012, que dispõe sobre normas de licitação e contratação de Parcerias Público-Privadas - PPP no âmbito do Estado do Pará e dá outras providências.
Decreto nº 1.428, de 10 de novembro de 2015	Altera o Decreto nº 713, de 1º de abril de 2013, que institui o Programa de Parcerias Público-Privadas - PPP/PA e regulamenta o Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas do Estado do Pará - CGP/PA, para a gestão dos contratos e procedimentos necessários para a contratação de Parcerias Público-Privadas no âmbito da Administração Pública do Estado do Pará, criado pela Lei Estadual nº 7.649, de 24 de julho de 2012

Fonte: Elaborado pelo autor

Essa legislação paraense intensifica as parcerias porque se fabrica a ideologia de necessidade das mesmas e a esfera estadual respalda a atuação dos entes privados como pode ser observada, a seguir no detalhamento.

❖ Lei nº 7.649, de 24 de julho de 2012 reforça no Estado do Pará o que fora decidido pela Lei Federal nº 11.079/2004 sobre os contratos de parcerias em âmbito estadual regulamentando os serviços prioritários que necessitam de auxílio da iniciativa privada de acordo com as orientações do Conselho Gestor de Parcerias Público-Privada instituído nessa lei e subordinado diretamente ao governador;

❖ Decreto nº 694 de 26.03.2013 instituiu um comitê estadual sob a presidência do governador que tem a competência de aprovar e acompanhar as ações do Pacto sendo que entre os envolvidos destacam-se 2 (dois) representantes de empresas privadas indicados por seus pares, 1 (um) representante de organismos internacionais indicado BID e 1 (um) representante da sociedade civil escolhido pelo governador; institui também os Comitês regionais sob a presidência de alguém vinculado à Secretaria Estadual de Educação escolhido pelo governador onde devem atuar como intermediários nas ações do Pacto em suas localidades;

❖ Decreto nº 695 de 26.03.2013 se justifica pela necessidade de uniformizar critérios para que profissionais assumam a gestão das escolas públicas no Estado do Pará;

❖ Decreto nº 792 de 01.06.2013 realiza pequenas alterações no Decreto nº 694, de 26 de março de 2013 como a conformação dos Comitês;

❖ Decreto nº 713, de 1º de abril de 2013 consiste em propor melhores formas de organização de parcerias público-privadas no Estado do Pará e foi instituído com foco na composição do Conselho Gestor de parcerias público-privadas previsto na Lei nº 7.649, de 24 de julho de 2012 com alterações como o presidente do Conselho a partir dessa lei seria o Secretario Especial de Estado de Infraestrutura e Logística para o Desenvolvimento Sustentável que antes era nomeado pelo governador;

❖ Resolução nº 01, de 19 de junho 2013 – CGP/PA apresenta seu regimento interno e entre as questões de composição, competências, reuniões, define em seu Art. 13 que as despesas do CGP/PA serão alocadas no orçamento do Núcleo Administrativo-Financeiro das Secretarias Especiais de Estado do Pará;

❖ Decreto nº 795, de 15 de julho de 2013 homologa o regimento do CGP/PA;

❖ Decreto nº 1.249, de 20 de março de 2015 revoga o Decreto nº 694, de 26 de março de 2013, e o Decreto nº 792, de 1º de julho de 2013 sem muitas alterações em sua composição com o acréscimo de além do Comitê estadual e dos Comitês regionais

com a mesma composição agora se pode criar os Comitês Municipais em cada município e a Equipe Gestora do Pacto na Escola.

❖ Lei nº 8.231, de 14 de julho de 2015 realiza pequenas alterações na Lei nº 7.649, de 24 de julho de 2012, em especial, no seu Art. 14 sobre a composição do CGP/PA.

❖ Decreto nº 1.428, de 10 de novembro de 2015 altera Decreto nº 713, de 1º de abril de 2013 no que se refere ao Art. 2º que trata da composição do CGP/PA.

Esse arcabouço legal sobre parcerias público-privadas no Estado do Pará e outros direcionados especialmente para ações do Pacto foi criado para sustentar juridicamente e até como mecanismo de legitimar a relação entre o público e o privado e gestão das ações, sem diálogo com a sociedade como é do caso dos decretos que não passam por discussão no poder legislativo como acontece com leis, em geral.

Destaco que há outros documentos que regulam este projeto ou decorrem dele como é o caso do “Guia de Contribuição do setor Privado para o Pacto pela Educação do Pará”, “Cartilha - Sistema de governança do Pacto pela Educação do Pará”, “Cardápio de projetos- 7 Resultados do Pacto pela Educação do Pará”, “O Pacto pela Educação do Pará e o papel dos Conselhos Municipais de Educação”- lançado por Wanda Engel em outubro de 2016.

Entre esses documentos, há orientações que terão algumas prováveis implicações na gestão das escolas públicas, como é o Decreto nº 695, de 26 de março de 2013 que estabelece critérios para exercer a gestão nas escolas públicas rede pública estadual do Pará, com o intuito de uniformizar os critérios de escolha que deve ser realizada pelos critérios estipulados no interior de cada escola, mas ao mesmo tempo estabelece uma série de requisitos eliminatórios e exigências para o candidato desempenhar função de direção e vice, tais como: ser profissional da rede há pelo menos cinco anos e ter sido aprovado num curso de capacitação anual ofertado pelo governo estadual e o Art. 3º estabelece que “os Diretores e Vice-Diretores escolhidos, sob pena de perda de mandato, deverão concluir o curso de capacitação específica ofertado pelo Governo do Estado”

Assim, acaba-se esquecendo que há inúmeros profissionais que desempenham muito bem sua função sem terem formação nos cursos ofertados pelo Governo Estadual, pois, a meu ver, tem-se a ideia de que o profissional só exercerá de maneira eficiente sua função após realizar tal cursos, o que não é verdade, tendo em vista que não

concordo com a imposição, o que não significa que não seja importante a formação contínua.

Entendo que o documento precisava dar o mínimo de orientações para que as escolhas se dessem, via eleições diretas, organizadas pelos Conselhos Escolares e que houvesse acompanhamento do processo eletivo e o governador nomeasse exatamente quem fora eleito democraticamente, embora se saiba que a simples eleição direta não garante a gestão democrática, mas entendo que é um passo importante pela participação da comunidade escolar e externa e até mesmo para contribuir na formação política da comunidade escolar, aí incluindo os alunos das unidades educacionais e que as escolas realmente tivessem liberdade de criar as condições de escolha de seus diretores.

O Pacto é liderado por um Comitê de governança estadual, que é presidido pelo Governador do Estado, sendo ele mesmo que indica para fazer parte da composição um representante da sociedade civil e além deles há mais membros que dois são representados e escolhidos pelas empresas privadas que fazem parte do Grupo de Parceiros Estratégicos do Pacto (GPEP). Há ainda os comitês de governanças regionais que são presididos por representantes da SEDUC e o representante da sociedade civil também é indicado pelo presidente do comitê.

Tanto o Comitê estadual quanto os Comitês regionais foram Instituídos pelo Decreto nº 694, de 26 de março de 2013 no qual fica definido indiretamente que as decisões desses Comitês estão centralizadas nos representantes dos governos e dos parceiros privados, se for levado em consideração a quantidade de votos de seus representantes e o governo paraense por meio do documento “Sistema de governança do Pacto pela educação do Pará” decidiu os possíveis representantes da sociedade civil que já eram escolhidos pelos Presidentes desses Comitês, agora são representados oficialmente por alguém ligado ao Instituto Synergos que é o coordenador do GPEP formado pelas empresas privadas, ou seja, as decisões do Pacto do governo paraense são decididos entre os próprios representantes do governo e os representantes das empresas privadas onde o Decreto nº 792 de 01.06.2013 realiza pequenas alterações na composição dos Comitês.

Ainda de acordo com esse documento no que se refere à parceria público-privada ela “deve ser garantida pela presença de representantes do governo e da sociedade civil, incluindo empresas, membros de conselhos, universidades, segmentos religiosos, artistas e lideranças” (p.11), ou seja, no meu entendimento o documento engloba na mesma categoria todos os tipos de parceiros incluindo os grandes

empresários e os com pequenos negócios. A presença de segmentos religiosos na construção dessa proposta me causa estranhamento em suas possíveis ações na educação pública porque o Estado, constitucionalmente, seria laico como apresentado no capítulo 1 deste texto e será que há espaços para realmente todos os segmentos religiosos ou somente para aqueles com influência social e maior prestígio pelo número de seguidores como católicos e evangélicos?

O Pacto faz uma divisão⁷² em dois grupos das empresas privadas onde alguns só atuam com apoio técnico e são chamadas de “Parceiros” e as que alocam recursos são definidas como “Apoiadores” onde todas recebem o “Selo de Empresa parceira do Pacto pela educação do Pará” mesmo com formas de atuação distintas o que pode estar proporcionado *marketing* para empresa que não contribuem com recursos financeiros e estas sim é que deveriam fazer uso de tal Selo porque defendo a ideia de que todas as empresas privadas parceiras deveriam alocar recursos financeiros para o Pacto, pois é por meio do “financiamento que se materializam as reais prioridades (educacionais) e não nos discursos” (PERONI, 2003, p.110) e essa deveria ser a principal forma de colaboração do setor privado no Pacto.

O convite aos futuros parceiros do Pacto é realizado por empresas que já estão atuando no Programa que podem ser grandes empresários com reconhecimento internacional como a Vale, Telefonía Vivo e Fundação Itaú Social que claramente terão benefícios de suas marcas atuando na área social a exemplo da educação porque transmitem a ilusão de comprometimento social, o que pode atrair maiores consumidores encantados com suas propagandas e discursos ilusórios (Terceiro setor) e pequenos empresários com negócios sociais, igrejas que desejam agregar mais fiéis ou pessoas físicas que desejam ajudar a melhorar a educação com foco no impacto onde os lucros ficariam em segundo plano (Setor Dois e Meio) e a meu ver se enquadrariam na filantropia 3.0.

No caso do “Pacto pela Educação do Pará” os representantes do Terceiro Setor que são os grandes empresários fazem uma maior movimentação de recursos financeiros do que os representantes do Setor Dois e Meio que são os pequenos empresários, o que ocasiona leve diferença entre os dois setores nessa situação específica já que o Setor Dois e Meio é mais modesto em relação ao Terceiro Setor.

⁷² Informações retiradas do documento “Guia de contribuição do setor privado para o Pacto pela educação do Pará”.

Alguns resultados do Pacto com auxílio dos parceiros do Terceiro Setor e Setor Dois e Meio podem ser observados nos quadros 3 a seguir. Destaco que as descrições contidas no quadro foram feitas relacionando as informações do Relatório anual GPEP 2015, do “Cardápio de projetos- 7 Resultados do Pacto pela Educação do Pará” e de um documento sobre o município de Ulianópolis⁷³.

Quadro 3: Alguns resultados do “Pacto pela Educação do Pará”

Ação	Instituição	Setor	custo	Município
Olimpíadas de jogos e educação. Varia com o número de escolas.	Plinks (Joy Street/ Instituto Ayrton Senna)	Terceiro Setor	o projeto mínimo custa R\$ 300.000,00	Salvaterra
20 horas de formação de professores	Projeto Todos Aprendem (Instituto ABCD)	Terceiro Setor	R\$ 4.500,00	Primavera
Gincana literária de pais e filhos	Farmácia Fênix, Papelaria Fênix e Canaã Parafusos	Setor Dois e Meio	Não tive acesso a possíveis recursos envolvidos	Ulianópolis
Palestra	Ficasa - Com. de Construção-	Setor Dois e Meio	Não tive acesso a possíveis recursos envolvidos	Ulianópolis

Fonte: Elaborado pelo autor

Destaco que os exemplos de Terceiro Setor e Setor Dois e Meio foram apontados de acordo com as minhas análises em função da quantidade de recursos envolvidos e da grandiosidade das ações, porque enquanto os do primeiro exemplo mobilizaram mais pessoas, com atividades que necessitavam de uma estrutura adequada, maior quantidade de recursos financeiros envolvidos, fizeram *Marketing* do

⁷³ Documento enviado para o e-mail pessoal do autor cujo remetente foi governançapactoseduc@gmail.com em 18.07.2016

que foi feito nas escolas o que angaria também recursos as empresas do segundo exemplo fizeram suas ações no Pacto, mas de maneira mais simples e com reconhecimento midiático inferior e aparentemente com foco na transformação social e o lucro em segundo plano que é uma das características do Setor Dois e Meio.

“O Pacto pela Educação do Pará e o papel dos Conselhos Municipais de Educação” deixam claro que há a necessidade de parcerias com a iniciativa privada no sentido de que todos desejam uma educação cada vez melhor no Estado do Pará e reconhecem seus limites e por isso precisam de parcerias. Vejo isso como apelo da mídia na figura do Instituto Synergos que representa os parceiros (privados) do Pacto que usa de elementos de comoção como “humildade, fazer o que o Estado não faz, ajudar o próximo” para justificar essas parcerias que se mostraram mais benéficas para o setor privado do que para o setor público. Esse mesmo documento já assinala de maneira indireta o insucesso dessas parcerias em resultados objetivos ao dizer que haverá “um novo Pacto a partir de 2017” (p.16).

A iniciativa privada é mais beneficiada por causa da divulgação de suas marcas e os recursos que recebem para realizar ações nas escolas públicas e não está havendo resultados positivos dessas ações como pode ser observado:

Os resultados do Censo Escolar 2013 não foram nada animadores para o Pacto pela Educação feito pelo governador Jatene. A rede pública do Pará perdeu 9.439 estudantes, quando comparados os números com o resultado do Censo 2012, todos do Ensino regular. No Ensino fundamental, houve queda nos anos iniciais nas Escolas de tempo integral, com redução de 44.979 Alunos matriculados. Nas Escolas de tempo parcial, houve crescimento de mais de 32 mil matrículas. Mas a maior queda individual aconteceu na Educação de Jovens e Adultos (EJA) quando comparados os dois anos. Uma queda de 107.049 matrículas para a série fundamental (TPE, 2014, sp).

Ainda de acordo com o TPE em 2012, o Secretário de Educação à época, Cláudio Ribeiro justificava que as parcerias no Pacto seriam estabelecidas com base em um plano estratégico que balizaria a união de artistas, empresários, organismos internacionais e outros agentes, mas até 2014 os resultados do “Pacto pela Educação do Pará” não eram nada animadores.

[...] as notas dos estudantes paraenses vêm piorando, mostrando a má qualidade do Ensino. Analisando os dados dos indicadores educacionais divulgados pelo Ministério da Educação, as Escolas estaduais do Pará obtiveram, ao fim de 2012, o pior índice de aprovação no Ensino médio entre todas as unidades federativas. Média

de apenas 68% de Alunos. A reprovação nesta fase é das mais altas, com 13,5 de reprovados, em média.

No Ensino fundamental, o resultado, após um ano de implantação do “pacto premiado”, também situa os índices das instituições de Ensino do Estado como um dos piores do Brasil, com reprovação de 17,9% dos Alunos matriculados. A taxa de aprovação neste período é a pior entre os estados da região Norte, com 75,7%. O Amazonas, por exemplo, tem 87,9%. O estado do Maranhão teve 85,6% e até o Piauí foi melhor que o Pará naquele ano, com 79,5% (TPE, 2014, sp).

As ações nesse Programa educacional paraense apresentados no quadro 3 parecem que são episódicas porque não há estabelecimentos de um projeto das ações de que a empresa privada irá realizar na escola pública ou, pelo menos, não foram claramente divulgadas, descumprindo assim o princípio constitucional da transparência das ações públicas por fazerem uso de verbas do setor público.

Em minhas análises, senti falta de uma cobrança maior por parte do Estado com as empresas parceiras de que suas ações teriam alguma garantia de efeito positivo para se montar um relatório em nível estadual do que houve de positivo e negativo nas parcerias público-privadas, mas a Secretaria Estadual de Educação, pelo menos durante a construção desta Dissertação, não confirmou em seus canais oficiais se havia tais relatórios e no *site* do Pacto não há muito mais do que notas sobre algumas ações esporádicas e/ou reuniões entre o governo e as empresas.

A subsunção do público ao privado no “Pacto pela Educação do Pará” pode ser observada por meio de:

- I – Empréstimo do setor público junto ao BID para realizar o Programa o que provavelmente será pago com juros, aumentando assim a dívida pública;
- II- As escolas são “obrigadas” a aceitar a parceria, sem serem consultadas;
- III- A maioria dos parceiros privados não colaboram com recursos financeiros e mesmo assim ganham o Selo de parceria do Pacto, o que lhes pode proporcionar lucro a longo prazo com divulgação positiva de suas imagens perante seus clientes;
- IV- Maioria de representantes ligados ao setor privado nos Comitês regionais e estadual;
- V- A Synergos representa tanto a esfera pública quanto a privada nos Comitês do Pacto;
- VI – Há a intensa participação do setor privado desde a formulação do Programa.

Esses apontamentos sobre como ocorre a subsunção do público ao privado me levam a concluir que a política educacional do Estado do Pará ainda se sustenta na tese de que as ferramentas de sucesso só advém de empresas privadas, que poderiam ser usadas na escola pública paraense que precisam aderir ao Pacto. As relações entre público e privado, neste exemplo, não perpassam por trocas justas para ambos setores onde todos deveriam sair ganhando o que só acontece para a iniciativa privada com a imposição das parcerias para as escolas demonstrando a pouca democratização das relações, a tomada de decisões em grande parte depende do que as empresas parcerias decidem, não há garantia de que as empresas parcerias realizarão efetivamente o que se proporam e independente disso ganham o “Selo de Amiga do Pacto”.

Destaco também que a atuação da iniciativa privada na perspectiva que assumi nesta dissertação como Terceiro Setor e Setor Dois e Meio dentro das parcerias no “Pacto pela Educação do Pará” se mostraram sem benefícios efetivos para as escolas públicas porque as que representam o Terceiro Setor cobram pelas ações que irão desenvolver nas escolas, mas sem que sejam de interesse das escolas já que os projetos não as consultam mostrando que é o privado quem domina o público nessa relação estabelecida no “Pacto pela Educação do Pará” e a subsunção do público ao privado também pode ser observada na gerência dos Comitês do Pacto onde os representantes da iniciativa privada é quem determinam como se estabelecerá as ações dentro do Programa onde o Terceiro Setor poderá sair beneficiado pelas articulações realizadas nas parcerias.

As organizações que eu julgo se enquadrarem no Setor Dois e Meio embora não envolvam recursos públicos nas ações também não demonstraram resultados significativos para atender às necessidades das escolas, mas a iniciativa privada embora tenha realizado trabalhos mais modestos se comparado com o Terceiro Setor saem ganhando com propaganda de suas imagens mesmo o Setor Dois e Meio alegando que o foco de suas ações é o impacto social. De algum modo o Setor Dois e Meio como face reinventada do capital sai beneficiado nas ações do Pacto com seus pequenos negócios sociais porque sua solidariedade caritativa pode ser seu foco inicial para alçar planos maiores futuramente similares aos do Terceiro Setor.

A relação entre o público e o privado por meio das parcerias se mostra mais benéfica para o privado do que para o público representado pelas escolas que só recebem as ações dos parceiros privados sem uma pré avaliação da necessidade ou desejo da comunidade escolar apresentando uma relação de subserviência onde o Estado

do Pará idealiza a elevação dos índices educacionais como se estes fossem o único parâmetro de qualidade e disseminam por meio dos discursos e arcabouço legal que a iniciativa privada ainda é a melhor opção para alcançar esse fim.

Ora, dentro da organização do Pacto as ações são propostas e votadas em sua maioria por representantes da esfera privada que divulgam suas ideias como as melhores para a educação pública do Estado do Pará, o que poderia ter contradição se agentes do serviço público além do governador e dos representantes das Secretarias de Educação fossem ouvidos e tivessem participação na tomada de decisões das ações do Pacto porque as decisões são tomadas de maneira vertical e restrita entre o governo e os representantes da iniciativa privada que decidem o que será executado nas escolas. Os sujeitos da comunidade escolar precisariam de alguma forma ser ouvidos já que executaram o que fora decidido em instâncias superiores.

Na base dessa cadeia de subserviência de iniciativa privada, governo do Estado, Secretarias de Educação está a gestão das escolas que no Estado do Pará que para assumirem a suas funções já passam por uma série de critérios estipulados pelos decretos do governo e ao assumirem as escolas provavelmente serão cobrados para que as escolas sob sua responsabilidade executem as propostas das organizações do terceiro Setor e do Setor Dois e meio sem ter o diagnóstico das necessidades daquela escola e se atividade proposta pela organização privada é adequada para ela, ou seja, apenas precisa executar para que os índices possam ser alcançados nas avaliações.

CONSIDERAÇÕES

Analisar a relação entre o público e o privado na educação paraense em particular, foi um percurso percorrido durante os meus anos na UFPA desde a graduação no Curso de Pedagogia com destaque para minha atuação enquanto bolsista de iniciação científica no grupo Observe, onde realmente obtive subsídios acadêmicos para me construir enquanto pesquisador.

A relação público-privada já é bastante antiga na história mundial e no Brasil ocorre desde o governo de Dom Pedro II, mas na educação brasileira essa relação mais estreita nas minhas análises, se deu em 1961, em Santa Catarina e o impulso foi após o PDRAE no ano de 1995. A partir desse documento as parcerias na educação só se intensificaram e o elo entre público e privado ficou cada vez mais forte. No Estado do Pará, é a partir dos anos 2000 que as parcerias ganham mais força com a ideologia disseminada na esfera federal de que a gestão privada deve ser modelo para a gestão pública, o que o governo estadual paraense vem cumprindo.

É nessa via que meu estudo foi desenvolvido usando dois exemplos de parcerias no Estado do Pará pelo fato de serem objetos de investigação do Grupo Observe nos dois últimos projetos de pesquisas com o caso do Instituto Ayrton Senna e do “Pacto pela Educação do Pará” onde procurei identificar como se deu a relação entre o público e o privado na educação paraense por meio dessas parcerias, o que o Estado do Pará idealiza como melhoria para a educação ao realizar parcerias público-privadas e quais as implicações para o trabalho do gestor escolar a partir dessas parcerias.

O uso do materialismo histórico-dialético para responder aos objetivos propostos foi desafiador pelo fato de saber que Karl Marx levou longos anos de sua vida para formulá-lo por não ser implícito e/ou exato, mas foi o caminho que melhor me guiou nas análises do meu objeto forçando minhas análises na compreensão da essência do fenômeno em sua totalidade, com suas mediações e contradições que são princípios constantes nas políticas educacionais e na relação público-privada na educação.

Ao longo na história, o Estado no contexto das ações governamentais teve papel decisivo na relação público-privada por defender, em tese, o direito de todos, o Estado foi se constituindo como uma instituição de poder e influência que segundo Karl Marx este foi criado para assegurar a expansão dos negócios da burguesia, além de organizar os recursos e contribuições da sociedade para revertê-los em políticas públicas sociais que pudessem dar condições iguais para todos os homens e mulheres.

Na perspectiva de John Locke, o Estado teria leis naturais guiadas por Deus onde os homens já nasceriam com suas condições pré-definidas em sociedade e o modelo de Estado representativo seria o mais adequado para a organização da vida social onde as decisões teriam influências das leis naturais e deveriam ser respeitadas sem questionamentos já que aquele que ousasse questionar as ações estatais estaria transgredindo as leis do bom convívio, o que foi questionado por Karl Marx anos depois em decorrência provavelmente estar em outro momento histórico mais avançado do ponto de vista científico e por compreender que o Estado em questão sofria influência direta de interesses da burguesia que usava o aparelho do Estado para disseminar suas ideologias e manter as desigualdades sociais que só poderiam ser combatidas e superadas a partir de revoluções.

O Estado, na perspectiva de Marx, existe porque o mesmo é ponto estratégico da burguesia para ampliar seus negócios, em nível macro, sendo por meio dele que os desejos de grupos particulares são realizados e mantidos porque as outras instituições sociais dependem da forma como o Estado se organiza, ou seja, a política de cada época varia em função do Estado que dita as regras da vida em sociedade e sabendo disso, a burguesia se faz valer do poder do Estado para manter a relação dominante e dominados perversamente imposta pelo sistema capital.

Nessa sociedade capitalista, onde tudo vira mercadoria inclusive a força de trabalho que antes servia para a emancipação do trabalhador que possuía respeito e valor enquanto agente social transformador e com autonomia. Agora, essa força de trabalho é usada exclusivamente para gerar lucro para um patrão que chefia vários trabalhadores e em função da necessidade do mercado ocorre a subsunção do trabalhador ao trabalho.

A subsunção foi compreendida, no estudo, como categoria presente na sociedade capitalista que se manifesta constantemente nas relações sociais inclusive na educação entre o público e o privado que foi se desenhando como uma relação pré-definida de ordem e obediência e não como uma troca justa tanto para a esfera pública, quanto para a esfera privada, porque a educação ao deixar de ser direito para ser negócio rentável se faz valer das parcerias público-privadas defendidas pelo Estado ocasionando a sujeição, subordinação, subsunção do público aos interesses do privado da mesma forma que o trabalhador foi subsumido pelos ditames do trabalho.

A forma representativa de Estado moderno que se tem no Brasil tem influência das concepções de Locke e dependendo de quem está no poder as decisões ainda

tendem a favorecer grupos particulares como foi possível observar nas reformas após os anos de 1990, que foram usadas como pontes para privatização disfarçada e as parcerias público-privadas na educação tão defendidas no discurso oficial, com o passar dos anos só confirma a ideia de que o Estado trabalha sob influência dos entes privados porque as reformas vem dando indícios dos privilégios que o Estado proporciona a uma classe social (burguesia). O estado representa a classe social burguesa enquanto produto das relações sociais de produção!

Público e privado representados, respectivamente, pelo Estado e grupos particulares vem estreitando relações ao longo da história e no Brasil essa relação se afina por meio da educação e da escola que são arenas de disputas políticas para reprodução das ideologias da classe dominante onde o Estado deixar de ser protagonista no gerenciamento das políticas educacionais transferindo recursos públicos para a iniciativa privada expandir seus empreendimentos ao maior número possível de pessoas onde a educação funciona como ponto estratégico e daí seu possível interesse em ofertar sua ajuda para o Estado por meio de parcerias público-privadas na educação que são reforçadas via reformas governamentais no Brasil.

O PDRAE no governo FHC acelerou os processos de privatização no País total ou parcialmente, via parcerias, onde a educação e a gestão da escola pública tiveram que se adequar ao modelo gerencial para se ter resultados satisfatórios traduzidos em índices elevados que seriam o único indicativo de qualidade para o governo. A gestão da escola pública, em especial, passou a ser alvo do insucesso escolar que para a reversão do quadro o perfil de gestor precisaria de alterações para ficar mais próximo ao de um gerente que tem o controle das ações em suas mãos e sabe motivar seus subordinados para que o coletivo alcance as metas.

Tudo seria possível se a escola fosse uma empresa, se o gestor fosse um gerente, os professores fossem os vendedores e os alunos as mercadorias, só que a escola precisa sobreviver às imposições do capital porque ela é espaço de formação de seres humanos com sentimentos e dificuldades distintas, onde os professores ensinam o conhecimento sistematizado indispensável ao homem e o gestor a partir de suas influências teóricas e visão de mundo desempenha um papel técnico na mediação dos conflitos diários desse espaço procurando, de forma democrática, proporcionar a emancipação de sujeitos como conviverem em sociedade, mas este gestor além da formação específica para estar à frente de uma escola precisa ter sensibilidade na condução dos conflitos da comunidade escolar porque você precisa ser “gente para formar gente”, embora seja um

caminho difícil perante as imposições dos ditames neoliberais de tudo se transformar em negócio.

De forma direta ou indireta, as reformas no Brasil se entrelaçaram entre o público e o privado, como na gestão de Lula, que sancionou a lei que institui normas gerais para as parcerias consolidando na esfera federal essa atuação do setor privado em setores públicos, além de que a criação do ProUNI, embora tenha ajudado milhares de pessoas a alcançar o ensino superior, não posso deixar de questionar que esse alcance poderia ter sido realizado de outra forma, como o maior investimento em universidades públicas e não, via repasse de dinheiro público para os Centros ou outras organizações de ensino superior privados, o que foi continuado na gestão de Dilma Rousseff demonstrando seu interesse em manter o País numa linha crescente de desenvolvimento já que era uma maiores economias mundiais à época, o que foi reforçado por meio do “Ciência Sem Fronteiras” porque o Brasil já estava inserido no contexto internacional da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Entendo que o público e o privado possuem defensores em suas respectivas esferas, porque faz parte da política essas disputas onde os governantes dificilmente conseguirão fugir dessa lógica de ter de dialogar com a esfera privada e o mercado para conseguirem cumprir seus Planos de Governo e para ter governabilidade. O próprio Congresso Nacional é um grupo privado dentro do Estado porque são sujeitos individuais que, em algumas ocasiões, desejam impor suas ideologias políticas, religiosas e partidárias na esfera pública e os governantes precisam se submeter a cada um deles em cada projeto que é levado para votação, o que Lula conseguiu fazer de maneira satisfatória porque conhecia bem o jogo político e Dilma não aceitou o jogo do Mercado com pouco diálogo de sua parte, sem entender que o Congresso é quem governa o Brasil e prova disso foi sua retirada da Presidência da República, onde seu então Vice Michel Temer seria a melhor opção para ocupar seu cargo e o que o capitalismo deseja com privatização, parcerias público-privadas e o Estado com intervenção mínima no mercado.

A gestão dos representantes do Partido dos Trabalhadores tentou um equilíbrio social com a quimera de pobres almejem dignidade com, pelo menos, comida na mesa, o que conseguiram em parte, mas o capitalismo diz a hora de parar para lembrar quem manda no jogo, onde a desigualdade social é parte intrínseca da manutenção desse sistema e as reformas estatais precisam ser realizadas para mudar a aparência e conservar a essência dessa manutenção, o que no Brasil vem sendo cumprida pelo atual

Presidente, com limitações no repasse de recursos para saúde e educação pública, mas continuação desses repasses para educação privada. O sistema capital na figura de Michel Temer apresenta suas feições impiedosas ao mexer até com o tempo de vida das pessoas, com o direito de, pelo menos ao final da vida ter condições de uma velhice digna com aposentadoria. Suas atuais reformas mascaram uma escravidão moderna onde quem é trabalhador precisa se submeter a condições muitas vezes até vexatórias com essa possibilidade de negociação direta com o empregador. São condições que já haviam sido superadas, em parte, que agora tem retrocesso, em nome de grupos privados que interferem nas ações do Estado, utilizando o argumento de crise.

As metamorfoses na relação público-privada brasileira ocorrem porque se mantém o velho discurso de necessidade de ferramentas das empresas privadas na esfera pública que são tidas como sinônimo de eficiência e qualidade para solucionar novas questões, tais como: baixos índices educacionais, precariedade dos serviços ofertados pelo Estado, má formação dos professores, entre outras questões que mascaram a realidade de transferência de recurso público para a iniciativa privada e introdução da lógica de mercado na educação, transformando as escolas públicas em fábricas de aprovação de alunos, a qualquer custo, e a manutenção da crença em pacotes de soluções educacionais temporais para se elevar os índices da educação.

Na busca dessa elevação dos índices, ocorre a proliferação do discurso de necessidade de parcerias do Estado com a iniciativa privada, embora público e privado sejam espaços bem diferentes onde, o privado possui hierarquia, subordinação de uns aos outros, desigualdades enquanto que essas diferenças na esfera pública se existem podem ser minimizadas porque, em tese, todos são iguais. Essa mistura entre os dois favoreceu a predominância do privado sobre o público no direcionamento das ações que ambos deveriam compartilhar a responsabilidade e na educação brasileira desde a reabertura da democracia, a parceria com a iniciativa privada é defendida pelo discurso oficial como imprescindível para se ter qualidade.

Na embaralhada relação público-privada brasileira alguns atores encenam papéis para se beneficiarem nessas parcerias, como é o caso dos agentes do chamado Terceiro Setor, que se apresentam como ponte entre o Estado e o Mercado na condução de problemas sociais, entre eles os educacionais com atuação via Organizações Sociais captando recursos públicos para administrar o que o Estado sozinho não consegue.

Em minhas análises, o Terceiro Setor seria mais benéfico para o Mercado do que para o Estado mesmo ressaltando que não está a serviço de nenhum dos dois, acaba

colaborando para se manter uma sociedade dócil, pacífica, que aceita o que o Estado pode ofertar e não o que é direito, visto que, tal Setor desarticula a política nacional ao propor a resolução de problemas, em seu âmbito local, onde cada indivíduo é chamado para sua fazer parte.

O Terceiro Setor é uma artimanha do mercado para captar recursos públicos e ainda administrar com suas ideologias os serviços, em parceria com o Estado onde a educação se destaca como setor lucrativo para sua atuação, em função da demanda e da disseminação de suas ideias mercadológicas para um público amplo como o das escolas públicas.

Com o passar dos anos, tal Setor caiu um pouco na descrença de suas ações, em decorrência de escândalos na administração desses recursos e até pela falta de resultados numéricos que respaldassem sua atuação o que fez o Mercado se reinventar e criar outras estratégias como a criação do chamado Setor Dois e Meio que ganha também movimentação recursos financeiros, mas que tem como meta principal causar impactos sociais positivos e por meio desses impactos poderá aumentar seus ganhos.

O Setor Dois e Meio, como face reinventada do capitalismo, estaria inserido na filantropia lucrativa onde os empresários ganhariam dinheiros via impacto social. Quanto maior o impacto, maior seria a possibilidade de lucro porque as constantes mudanças do mercado exigem dos empresários outras formas de elevarem seus negócios. O Setor Dois e Meio vê na educação um setor crucial para realizar suas ações, porque a ideia de aproximar as empresas privadas das famílias, da política, da religião e outros segmentos que proporcionem a ampliação de sua atuação, para além da empresa e embora sejam mais modestos na movimentação de recursos se comparados ao Terceiro Setor, este Setor Dois e Meio está em linha crescente de expansão e os pequenos negócios sociais podem vir a ter a mesma proporção dos grandes negócios sociais típicos do Terceiro Setor.

O mercado opta pelo Setor Dois e Meio por ele usar também elementos como a solidariedade, caridade e filantropia que causam comoção social sendo de fácil aceitação pública a ajuda ao próximo, só que tal ajuda pode ser rentável na mesma lógica que o Banco Rural, primeiro exemplo mundial deste setor, ou seja, os empresários justificariam sua responsabilidade social empresarial, realizando suas ações com a possibilidade de obter alguma vantagem o que caminhará na perspectiva de Bill Gattes que proclama ser possível fazer o bem e ganhar dinheiro também. Mas questiono

a possibilidade de existir negócio social que é o Dois e Meio porque ao envolver mesmo que seja pouco recurso financeiro já há a finalidade do negócio ser lucrativo.

Os novos filantropos analisados no meu estudo seriam empresários que fariam uso de mecanismos como a mídia, sensacionalismo e solidariedade alheia para realizar suas ações na educação, fazer divulgação e com isso se promoverem e, posteriormente, obterem lucro com propaganda de suas marcas, visto que, a midiaticização em redes sociais e televisão passa a ser item indispensável de sucesso e retorno do que foi investido que, em algumas situações apenas o tempo é o investimento porque os recursos financeiros tanto do Terceiro Setor quanto do Setor Dois na educação do Estado do Pará, em sua maioria, foram decorrentes do público.

A atuação de ambos setores na educação foi analisado via exemplo de parcerias na educação como o caso do Instituto Ayrton Senna em três Prefeituras paraenses: Altamira, Santarém e Benevides e do “Pacto pela Educação do Pará” demonstrando como público e o privado na educação caminham se embaralham onde um subjuga o outro ocorrendo a partir das análises realizadas a subsunção do público ao privado porque nas parcerias nos casos analisados o IAS era quem determinava o que as Prefeituras precisariam realizar.

No primeiro exemplo, a relação entre o público e o privado na educação neste caso estudado, revelou que havia uma sujeição do público ao privado porque as três Prefeituras tinham que se adequar às exigências do IAS, tais como: envio de documentos para ser selecionado a desenvolver os programas do Instituto, apresentar um diagnóstico da realidade educacional municipal, disponibilização da estrutura física, usar exclusivamente o material do IAS, deixando de lado o planejamento que antes existia, entre outras questões.

Essas parcerias eram celebradas dentro de gabinetes onde os Prefeitos convidados pelo Instituto decidiam por assinar o Termo de Parceria com o discurso de que seria uma alternativa, para melhorar a situação de altas taxas de reprovação e evasão porque os governantes públicos precisam dar uma resposta à sociedade, mas na educação as propostas deveriam ser amplamente discutidas com a comunidade escolar que é onde as parcerias se materializavam. Uma das principais imposições do IAS eram as relacionadas ao trabalho dos gestores escolares que deveriam ser uma espécie de prepostos dentro da escola no cumprimento das orientações dos manuais, cobrando trabalho dos professores, preenchendo corretamente as planilhas de frequência e notas,

além de estimular a competição no interior da escola em busca de melhores desempenhos.

As influências no trabalho do gestor escolar foram percebidas na sua minimização à execução de tarefas técnicas, para responder aos questionamentos do planejamento imposto pelo IAS, apresentando as contradições dessa função que deveria ter como fim o processo de ensino-aprendizagem e independente da realidade municipal era jogado nos ombros do gestor o sucesso ou não da parceria se este cobrasse da comunidade escolar o cumprimento dos manuais, esquecendo que há mediações na política desde sua formulação, implantação e execução na escola, uma vez que cada unidade pode desenvolver a mesma política de forma diferente dependendo das relações que se estabelecem entre os sujeitos.

Outro destaque da subordinação do público ao privado na educação paraense foi o caso do “Pacto pela Educação do Pará” onde as parcerias do Estado com a iniciativa privada ocorreram com a finalidade de elevação do índices onde o discurso do governo era similar aos dos filantropos no seu sentido original de que “juntos somos mais fortes”. Discurso que vem sendo incorporado pelo Terceiro Setor e pelo Setor Dois e Meio como maneira de captar recursos públicos e eximir os Estado de suas responsabilidades e, em algumas situações, essa minimização do Estado é pensada intencionalmente porque, em alguns momentos, os empresários que tem interesses nessas parcerias ocupam cargos públicos na formulação das mesmas como foi o caso de alguns membros da atual diretoria do IAS apresentado no quando 1 que hoje estão à serviço dessa instituição privada, mas que já ocuparam cargos importantes no serviço público, inclusive em Secretarias de governo que ajudam a formular políticas públicas.

No caso específico do Pacto, os empresários parceiros do governo estadual pouco ou quase nada investiam nas parcerias, tendo em vista que o governo paraense solicitou empréstimo junto ao BID para execução das ações, mas a classe empresarial além de ter a possibilidade de ganhar recursos ao executar suas propostas nas escolas ainda ganham o “Selo de Amiga do Pacto” o que poderá agregar aspectos positivos para suas marcas no mercado e reforçar seus discursos de socialmente comprometidas com a educação, o que já assinala para uma subordinação do público ao privado.

Tal subordinação foi observada porque as escolas públicas apenas tiveram que aderir ao Pacto, sem opção de escolhas, pois são os Comitês quem decidem as ações deste Pacto cuja composição, em sua maioria, é constituída por representantes do

governo e das empresas privadas parceiras, dificultando a participação social porque o empresariado está a serviço do mercado.

O “Pacto pela educação do Pará” e suas parcerias trazem reflexos para a gestão escolar, em especial, por meio de sua legislação estadual que cria critérios para o exercício da função de Diretor e Vice nas escolas paraenses sendo, no mínimo contraditória porque ao mesmo tempo em que cria critérios para essa escolha também afirma que as escolas possuem autonomia para realizarem suas eleições.

A cadeia de relações subjugadas dentro do Pacto ocorre pela sujeição da gestão estadual do governo ao BID, da SEDUC ao governo e da gestão das escolas à SEDUC onde percebi uma relação hierarquizada e desigual típica da esfera privada só que se manifestando na esfera pública onde a gestão escolar na base dessa relação de sujeição é a mais cobrada pelos resultados do Pacto e a que é menos ouvida na tomada de decisões mostrando novamente a contradição na sociedade capitalista e nas políticas públicas educacionais.

Em nome da elevação dos índices educacionais no Estado do Pará, idealizado pelo governo estadual como sinônimo de qualidade, gestão democrática nas escolas públicas possui poucas condições de se materializar, porque o Pacto impõe uma gestão no modelo de gestão gerencial típica de empresas com foco em metas. E no processo das escolhas, os representantes da comunidade escolar não são ouvidos e é na escola que as ações decididas nos Comitês são implantadas, mostrando assim a verticalização das relações, onde a gestão pública estadual se sujeita às decisões de grupos privados o que já se mostrava acontecer desde o século XIX por Karl Marx onde o Estado não daria certo se sofresse influência de grupos privados até porque ele é resultado das relações de produção.

Não me posiciono contra as parcerias público-privadas na educação paraense desde que estas fossem uma vontade do coletivo escolar e não uma imposição das Secretarias de Educação, numa relação verticalizada porque a iniciativa privada possui elementos de organização, divulgação de suas ações, metodologias que poderão surtir efeitos positivos e que o setor público poderia copiar se fosse para melhorara a educação além dos índices, que só é possível ver no cotidiano escolar e não apenas nas avaliações em larga escala, embora o Estado tenha a prerrogativa de realizá-las.

Enquanto profissional provavelmente terei que atuar na iniciativa privada porque não há empregos para todos na esfera pública, o que é até comum no sistema capital. Não me posiciono contra as escolas particulares que tem sua própria concepção de

ensino e os pais que concordam com suas regras matriculam seus filhos nessas escolas, mas destaco que tanto a escola pública quanto a privada devem trabalhar em prol de formar alunos emancipados e não apenas treiná-los para os vestibulares e provas de concorrência, o que pode ser feito a partir de um trabalho pedagógico coletivo em que todas as escolas devem democratizar suas gestões porque educação vai além de competições do mundo dos negócios.

Defendo que o público deve trabalhar com funcionários do seu quadro próprio, sem a intervenção de agentes privados na condução das ações e, em particular, a escola pública tem o papel social de formar cidadãos para conviverem bem em sociedade, onde estes possam desenvolver raciocínio crítico e não apenas internalizem o que é noticiado na grande mídia. A notícia veiculada é importante, mas que a análise dessa notícia possa ser algo individual e crítico e para fazer isso os cidadãos precisam de ferramentas teórico-metodológicas decorrentes de uma educação de qualidade que lhes proporcionem o desenvolvimento da consciência crítica.

Reconheço e acredito no papel da escola pública que ainda é espaço de discussão de problemas sociais, socialização e debates das políticas que devem ser realizadas democraticamente por homens e mulheres que podem abrir-se para entender melhor o mundo da vida, após frequentar a escola. É claro que o aprendizado vai além de seus muros, mas é na escola que ainda se ajuda a formar o caráter de pessoas compromissadas com a causa alheia e alguns só dispõem da escola para ter esperança no futuro.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa. A privatização da educação básica no Brasil: considerações sobre a incidência de corporações na gestão da educação pública. IN: ARAÚJO, Luiz e PINTO, José Marcelino (org). **Público x Privado em tempos de golpe**. Fundação Lauro Campos. São Paulo, 2017.

AGÊNCIA BRASIL. **Popularidade de Temer tem 3% de aprovação, diz pesquisa CNI/Ibope**. Caderno política, 2017. Disponível em: <http://agenciabrasil.etc.com.br/politica/noticia/2017-09/popularidade-de-temer-tem-3-de-aprovacao-diz-pesquisa-cniiboep>. Acesso em 14 nov. 2017.

ALESSI, Gil. **Entenda o que é a PEC 241 (ou 55) e como ela pode afetar sua vida**. El País. São Paulo, 2016. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2016/10/10/politica/1476125574_221053.html. Acesso em: 03 mai. 2017.

ANTUNES, Mariana Garcia. **A Parceria Pública-Privada na Privatização do Setor de Telecomunicações Brasileiro**. Monografia apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da UnB. 2014. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/8928/1/2014_MarianaGarciaAntunes.pdf

ANUÁRIO DO PARÁ 2015-2016 – **Jornal Diário do Pará**. v.2. n.2. Belém: O Jornal, 2016.

ARENDRT, Hannah. As esferas pública e privada. In: Arendt, Hannah. **A condição humana**. Tradução de Roberto Raposo. 10º ed. – Rio de Janeiro. Forense universitária, 2007. Disponível em: <http://www.pet.eco.ufrj.br/images/PDF/hannah.pdf>. Acesso em 20 fev. 2017

BALL, Stephen J.; OLMEDO, Antonio. A “nova filantropia”, o capitalismo social e as redes de políticas globais em educação. In: PERONI, V.M. V. **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação**. Brasília, Líber Livro, 2013.

BANCO MUNDIAL. **Quem nós somos**. Disponível em: <http://www.worldbank.org/en/about/history>. Acesso em 24 out. 2017.

BARROS, Ricardo Paes. **Currículo lattes**. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4721799D9>. Acesso em 22 abr. 2017.

BID. **Relatório anual do BID**. 2016. Disponível em: <https://publications.iadb.org/bitstream/handle/11319/8218/Relatorio-Anual-do-Banco>

[Interamericano-de-Desenvolvimento-2016-Resenha-do-Ano.pdf?sequence=2&isAllowed=y](#). Acesso em 24 out. 2017.

BRAGA, Simone Bitencourt. **O Público e o privado na gestão da escola pública brasileira: um estudo sobre o Programa “Excelência em Gestão Educacional”** da Fundação Itaú Social. 199f. Dissertação de Mestrado da Universidade Federal do Pará/PPGED, Belém, 2013. Disponível em: <<http://ppged.belemvirtual.com.br/>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

BRASIL. **Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília, 1995.

_____. **Constituição Federal Brasileira**. Brasília, 1998.

_____. **Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004**. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. Brasília, 2004.

_____. **Decreto nº 713, de 1º de abril de 2013**. Institui o Programa de Parcerias Público-Privadas PPP/PA e regulamenta o Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas do Estado do Pará - CGP/PA, para a gestão dos contratos e procedimentos necessários para a contratação de Parcerias Público-Privadas no âmbito da Administração Pública do Estado do Pará, criado pela Lei Estadual nº 7.649, de 24 de julho de 2012. Belém, 2013.

_____. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm. Acesso em: 04 mai. 2017.

_____. **Lei nº 13.429 de 31 de março de 2017**. Altera dispositivos da Lei nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, que dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e dá outras providências; e dispõe sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros. Brasília, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13429.htm. Acesso em 04 mai. 2017.

_____. **Lei. nº 11.079/2004.** Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Brasília, 2004.

_____. **Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007.** Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei nº 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis nºs 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. Brasília, 2007.

_____. **Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa.** Disponível em: <http://pacto.mec.gov.br/noticias/134-adesao-2016>. Acesso em 19 abr. 2017.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **A construção política do Brasil:** Sociedade, Economia e Estado desde a Independência. Editora 34. 2014.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; GRAU, Nuria Cunill. Entre o Estado e o Mercado: o público não-estatal (15-48).IN: BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; GRAU, Nuria Cunill (org). **O Público Não-Estatal na Reforma do Estado.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

CAETANO, Maria Raquel e PERONI, Vera, Maria Vidal. Ensino Médio no Brasil e a proposta educacional do Instituto Unibanco: considerações sobre a mercantilização da educação pública. In: PERONI, Vera Maria Vidal. **Diálogos sobre as redefinições no papel do Estado e nas fronteiras entre o público e o privado na educação-** São Leopoldo: Oikos, 2015.

CARTA CAPITAL. **Governo lança pacote de concessões, a maior aposta para crescer.** 2015. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/economia/governa-lanca-pacote-de-concessoes-a-maior-aposta-para-crescer-4904.html>. Acesso em: 12 abr. 2017

_____. **Milhares vão às ruas contra impeachment de Dilma.** 2015. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/milhares-vaao-as-ruas-contrao-impeachment-de-dilma>. Acesso em 16 ago. 2017.

CHIZZOTTI, Antonio. **A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais:** evolução e desafios. Revista Portuguesa de Educação. 2003, n.16, v.2, p. 221-236. Disponível em: [http://www.grupodec.net.br/wp-content/uploads/2015/10/Pesquisa Qualitativa em Ciencias Sociais e Humanas - Evolucoes e Desafios 1 .pdf](http://www.grupodec.net.br/wp-content/uploads/2015/10/Pesquisa%20Qualitativa%20em%20Ciencias%20Sociais%20e%20Humanas%20-%20Evolucoes%20e%20Desafios%201.pdf). Acesso em 01 mai. 2017.

COMERLATTO, Luciani Paz. **A gestão da educação no contexto da sociedade capitalista:** a parceria público privado. Tese de Doutorado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013. Disponível em:

<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/71281/000879226.pdf>. Acesso em 01 mai. 2017.

DOEPA. Portaria nº 886/2013-GS/SEDUC número de publicação: 593820.

DOIS E MEIO E TALK FILMES. **Setor 2,5** – o filme. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0B40ZmtZmOn-fZTdkZjJhNDgtZDU3Zi00MmI2LTk0MTUtZjE2ZmU5MDNiOGJm/view?hl=en>. Acesso em 26 jul. 2017.

DUARTE, Lidiane. **Mensalão**. InforEscola – navegando e aprendendo. Disponível em: <http://www.infoescola.com/politica/mensalao>. Acesso em 05 mai. 2017.

DUBLANTE, Carlos André. **Gestão Escolar**: fundamentos e práticas em escolas da rede municipal de ensino de São Luís – MA. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão. São Luís-MA, 2009. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/bitstream/tede/167/1/CARLOS%20ANDRE%20SOUSA%20DUBLANTE.pdf> . Acesso em 14 abr. 2017.

ENTRE MUNDOS. Disponível em: <http://www.entremundos.tv/>. Acesso em 26 jul. 2017.

EUA. **A Declaração de independência dos Estados Unidos da América**. Disponível em: <http://www.arqnet.pt/portal/teoria/declaracao.html>. Acesso em 14 mai. 2017.

ESTUDO TÉCNICO n.º 26, de 2016. **Novo Regime Fiscal - Emenda Constitucional 95/2016 Comentada**. Câmara dos deputados, Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/estudos/2016/et26-2016-novo-regime-fiscal-emenda-constitucional-95-2016-comentada>. Acesso em 16 ago. 2017.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da Língua Portuguesa**. Ed. Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 2001.

FLORENZANO, Maria Beatriz Borba. **Pólis e oïkos, o público e o privado na Grécia Antiga**. Labeca: São Paulo, 2011. Disponível em: http://labeca.mae.usp.br/media/pdf/florenzano_polis_e_oikos.pdf. Acesso em 20 mar. 2017.

FUNDAÇÃO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO. **FHC e Ruth**. Disponível em: <http://fundacaofhc.org.br/ruth-e-fhc/fernando-henrique-cardoso>. Acesso em 01 fev. 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. São Paulo. 4ªed.: Atlas, 2002. Disponível em: https://professores.faccat.br/moodle/pluginfile.php/13410/mod_resource/content/1/como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 01 mai. 2017.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal, Novo Associativismo e Terceiro Setor no Brasil**. Sd. Disponível em: http://www.lite.fe.unicamp.br/grupos/gemdec/art_gloria.html. Acesso em 14 ago. 2017.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4ª Edição, Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 1982.

GRAZZIOLI, Airton. **Nem “Segundo”, nem “Terceiro” Setores, vamos falar de “Setor Dois e Meio”**. 2015. Disponível em: <http://escolaaberta3setor.org.br/artigos/nem-segundo-nem-terceiro-setores-vamos-falar-de-setor-dois-e-meio/>. Acesso em 25 jul. 2017.

GUTIERRES, Dalva Valente Guimarães. **A municipalização do ensino no município de Altamira-PA e suas implicações para a democratização educacional**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação do Rio Grande do Sul (UFRS). Porto Alegre, 2010. Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/21368/000736846.pdf?...1>. Acesso em: 24 Abr. 2017.

HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. Tradução de João Alexandre Peschanski. Boitempo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://escoladequadrosmes.files.wordpress.com/2014/01/oenigmadocapitaleascrisesdocapitalismo.pdf>. Acesso em 04 mai. 2017.

HATTEG, Morgana Domênica. **Escola Campeã: estratégias de governamento e auto-regulação**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2007. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/1943/escola%20campea%20estrategias.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 24 Abr. 2017.

ILZUKA, Edson Saldao; VARELA, Carmen Augusta; LARROUDÉ, Elisa Rodrigues Alves. **Social Business dilemmas in Brazil: Rede Asta case**. RAE-Revista de Administração de Empresas / FGV-EAESP. São Paulo | v. 55 | n. 4 | jul-ago 2015 | 385-396. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v55n4/0034-7590-rae-55-04-0385.pdf>. Acesso em 14 ago. 2017.

INSTITUTO AYRTON SENNA. Disponível em: <http://www.institutoayrtonsenna.org.br/quem-somos/#quem-somos>. Acesso em 22 abr. 2017.

_____. **Estatuto Social do Instituto Ayrton Senna**. Disponível em: <http://www.institutoayrtonsenna.org.br/arquivos/Estatuto-Social-Instituto-Ayrton-Senna.pdf>. Acesso em 22 abr. 2017.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/>. Acesso em 22 abr. 2017.

INSTITUTO LULA. **Biografia de Lula**. Disponível em: <http://www.institutolula.org/biografia>. Acesso em 05 mai. 2017.

INSTITUTO AYRTON SENNA. **Educação para o século 21**. Disponível em: http://www.institutoayrtonsenna.org.br/wp-content/uploads/2016/07/eduLab21-Instituto-Ayrton-Senna_06_2016.pdf.pdf. Acesso em 22 abr. 2017.

JATENE, Simão Robson de Oliveira. Declaração de bens, por Simão Jatene. **Portal do PSDB**. Belém, 2014. Disponível em: <<http://www.psdbr.org.br/pa/declaracao-de-bens-por-simao-jatene/>>. Acesso em: 21 abr. 2017

LALLI, Viviane Senna. **O Programa Acelera Brasil**. Em Aberto. vol.17, n.71. Brasília: Ministério da Educação/Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais, 2000. pp. 145-148. Disponível em: <file:///C:/Users/observe/Downloads/2110-2170-1-PB.pdf>. Acesso em 25 abr. 2017.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo civil e outros escritos**. Tradução: Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. Petrópolis – RJ. Ed: Vozes, 1994. Disponível em: <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbXwcGdzcHVmc2MyMDEzdGVvcmlhY2xhc3NpY2F8Z3g6M2FmM2Q3M2IxZTU4OWQ2NQ>. Acesso em 30 jul. 2017.

LULA. O necessário, o possível e o impossível (entrevista concedida a Emir Sader e Pablo Gentili). In: SADER, Emir (org). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo, SP; Boitempo, 2013.

MACHIONE, Eduardo de Carvalho; BONFANTE, Luciola Lombardi. **Empreender socialmente com o chamado Setor Dois e Meio**. Jornal de Barretos, Edição de 10/04/2016. Disponível em: <http://www.jornaldebarretos.com.br/artigo/3770/empreender-socialmente-com-o-chamado-setor-dois-e-meio>. Acesso em 16 ago. 2017.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. Edição de Ridendo Moraes. Versão para ebook, 1999. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/manifestocomunista.pdf>. Acesso em 19 abr. 2017.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Tradução: Régis Barbosa e Flávio Kothe. V.1. São Paulo, Nova cultura, 1996. http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer fontes/acer_marx/ocapital-1.pdf. Acesso em 18 abr. 2017.

_____. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. Tradução de Leandro Konder e Renato Guimarães. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **A ideologia Alemã**. Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 3ª edição, São Paulo. Ed. Ciências Humanas, 1982.

_____. **Dicionário do pensamento Marxista**. Editado por Tom Bottomorer. Ed: Zahar, sd. Disponível em: http://sociological.dominiotemporario.com/doc/DICIONARIO_DO_PENSAMENTO_MARXISTA_TOM_BOTTOMORE.pdf. Acesso em 19 abr. 2017. Acesso em 30 mar. 2017.

_____. **O Grundrisse**. Tradução: Mário Duayer e Nélio Schneider. Sl, Boitempo, 2011. Disponível em: [https://nupese.fe.ufg.br/up/208/o/Karl_Marx_-_Grundrisse_\(boitempo\)_completo.pdf](https://nupese.fe.ufg.br/up/208/o/Karl_Marx_-_Grundrisse_(boitempo)_completo.pdf). Acesso em: 01 mai. 2017.

MISTURA, Fernando. **Contexto de desenvolvimento do Setor Dois e Meio**. Sl.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARÁ. **Promotores conhecem plano da Seduc para melhoria na estrutura das escolas**. Belém, reportagem de 23/06/2017. Disponível em: <http://www.mppa.mp.br/index.php?action=Menu.interna&id=7972&class=N>. Acesso em 24 out. 2017.

MONTAÑO, Carlos - **Terceiro Setor e Questão Social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 2002.

_____. **O canto da Sereia**: crítica à ideologia e aos projetos do “Terceiro Setor”. São Paulo: Cortez, 2014.

MORALES, Carlos Antonio. **Nem privado nem estatal**: em busca de uma nova estratégia para a provisão de serviços públicos. Revista do Serviço Público. Ed. ENAP: Brasília, 1998: Disponível em:

<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/402/409>. Acesso em 13 abr. 2017.

MORENO, Jorge Bastos. **Ascensão e queda de Dilma Rousseff: tuítes sobre os bastidores do governo petista e o diário da crise que levou à sua ruína**. Aguiar, Fátia; ALVIM, Mariana (org). 1ª ed – São Paulo: Globo Livros. 2017.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método em Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **A educação básica e profissional no contexto das reformas dos anos 90**. Trabalho & Educação (UFMG), Belo Horizonte, v. 8, p. 47-73, 2001. Disponível em:

<http://www.portal.fae.ufmg.br/revistas/index.php/trabedu/article/view/1661/1256>.

Acesso em 04 mai. 2017.

OLIVEIRA, Francisco. **Hegemonia às avessas**. Revista Piauí, 4ª edição, jan. 2007. Disponível em: <<http://revistapiaui.estadao.com.br/materia/hegemonia-as-avessas/>>. Acesso em: 26 abr. 2017.

PARÁ. **Documento Base do Plano Estadual de Educação**. Belém, 2015. Disponível em:

http://www.cee.pa.gov.br/sites/default/files/PLANO%20ESTADUAL%20DE%20EDUCA%C3%87%C3%83O06052015_0.pdf. Acesso em 12 mai. 2017.

_____. **Decreto Nº 1.428, de 10 de novembro de 2015**. Altera o Decreto nº 713, de 1º de abril de 2013, que institui o Programa de Parcerias Público-Privadas - PPP/PA e regulamenta o Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas do Estado do Pará - CGP/PA, para a gestão dos contratos e procedimentos necessários para a contratação de Parcerias Público-Privadas no âmbito da Administração Pública do Estado do Pará, criado pela Lei Estadual nº 7.649, de 24 de julho de 2012. Disponível em: <http://biblioteca.mppa.mp.br/ph182/capas/Dec1426.pdf>. Acesso em 15 ago. 2015.

_____. **Decreto Nº 1242 DE 16/03/2015**. Institui o Procedimento de Manifestação de Interesse em projetos de concessão comum de obras e serviços públicos e permissão de serviço público. https://docs.wixstatic.com/ugd/a444ad_985160b9f5bf4b9e947993b1b8c96a7a.pdf.

_____. **Decreto nº 795, de 15 de julho de 2013**. Homologa o Regimento Interno do Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas do Estado do Pará - CGP/PA. Disponível em: https://docs.wixstatic.com/ugd/a444ad_35335501bc38419d942753a7cb92c95b.pdf.

_____. **Pacto pela Educação do Pará é lançado com o apoio do BID.** 2013. Disponível em: <http://www.iadb.org/pt/noticias/comunicados-de-imprensa/2013-03-26/educacao-no-estado-do-para-brasil,10395.html>. Acesso em 07 ago. 2017.

_____. **Guia de Contribuição do setor Privado para o Pacto Pela Educação do Pará,** 2015. Disponível em: <https://drive.google.com/folderview?id=0B9a0W67j4SX_fk00ZkhrUmRzdWEtb3BBVkJFIVVEyRG13MVhpbmpGbzBMeEwzMFVyakZNU00&usp=sharing>. Acesso em: 07 jan. 2016.

_____. **Decreto nº 694 de 26.03.2013.** Institui o Comitê de Governança Estadual e os Comitês de Governança Regionais do Pacto Pela Educação do Pará, e dá outras providências. Belém, 2013. Disponível em: <http://www.ioepa.com.br/diarios/2013/2013.04.01.DOE.pdf>. Acesso em 29 mar. 2017.

_____. **Decreto nº 695 de 26.03.2013.** Estabelece critérios para o exercício das funções de Diretores e vice-diretores das escolas da rede Estadual de Educação de ensino a serem adotadas pela secretaria de Estado de educação e dá outras providências. Belém, 2013. Disponível em: <http://www.ioepa.com.br/diarios/2013/2013.04.01.DOE.pdf>

_____. **Resolução nº 01, de 19 de junho 2013 – CGP/PA.** Aprova o Regimento Interno do Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas do Estado do Pará – CGP/PA. Belém, 2013. Disponível em: https://docs.wixstatic.com/ugd/a444ad_85a15e8d432f4bdab8c9a12c948b8e03.pdf. Acesso em 16 ago. 2017.

_____. **Decreto nº 792 de 01.06.2013.** Altera o Decreto nº 694, de 26 de março de 2013. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/56269164/doepa-caderno-1-03-07-2013-pg-5>

_____. **Decreto nº 1.249, de 20.03.2015.** Institui e disciplina o Sistema de Governança Estadual, e dá outras providências. Disponível em: <http://biblioteca.mppa.mp.br/ph182/capas/Dec1249.pdf>

_____. **Cardápio de projetos- 7 Resultados do Pacto pela Educação do Pará.** Belém, 2016. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/0B9a0W67j4SX_fk00ZkhrUmRzdWEtb3BBVkJFIVVEyRG13MVhpbmpGbzBMeEwzMFVyakZNU00.

_____. **O Pacto pela Educação do Pará e o papel dos Conselhos Municipais de Educação.** Belém, 2016. Disponível em:

<http://www.cee.pa.gov.br/sites/default/files/O%20Pacto%20pela%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20do%20Par%C3%A1%20e%20o%20Conselhos%20Municipais%20de%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20-%20Insituto%20Synergos%20-%20Wanda%20Engel.pdf>

_____. **Lei nº 7.649, de 24 de julho de 2012.** Dispõe sobre normas de licitação e contratação de Parcerias Público-Privadas - PPP no âmbito do Estado do Pará e dá outras providências. Belém, 2012. Disponível em: <http://www.pge.pa.gov.br/sites/default/files/lo7649.pdf>. Acesso em 11 mai. 2017.

_____. **Conselho Estadual de Educação do Pará - Resolução nº 001 de 05 de janeiro de 2010** que dispõe sobre a regulamentação e a consolidação das normas estaduais e nacionais aplicáveis à Educação Básica no Sistema Estadual de Ensino do Pará. Disponível em: http://www.cee.pa.gov.br/sites/default/files/RESOLUCAO_001_2010_REGULAMEN_TACAO_EDUC_BAS-1.pdf. Acesso em 30 abr. 2017.

PARO, Vitor Henrique. **Escolha e formação do diretor escolar.** Cadernos de pesquisa: pensamento educacional. Curitiba, v.6, n.14, p.36-50, set./dez. 2011. Disponível em: <http://www.vitorparo.com.br/wp-content/uploads/2015/03/elei%C3%A7%C3%A3o-e-forma%C3%A7%C3%A3o-de-diretores.pdf>. Acesso em 06 ago. 2017.

_____. **Implicações do caráter político da educação para a administração da escola pública.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v.28, n.2, p. 11-23, jul./dez. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v28n2/a02v28n2.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2017.

PAULANI, Leda. O projeto neoliberal para a sociedade brasileira: sua dinâmica e seus impasses. In: LIMA, Júlio César França; NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2ª. reimpressão, 2008, p. 67-107. Disponível em: http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/d/CAPITULO_2.pdf. Acesso em 30 out. 2017.

PERONI, Vera Maria Vidal e ADRIÃO, Theresa (org). **Gestão municipal da educação e as parcerias com o Instituto Ayrton Senna.** 1. ed. Recife, PE: ANPAE, 2013. 164p.

_____. **Programa Dinheiro Direto na escola:** uma proposta de redefinição do papel do Estado na educação?. INEP: Brasília – DF, 2007. Disponível em: <http://observe.ufpa.br/docs/Programa%20Dinheiro%20Direto%20na%20Escola.pdf>. Acesso em 04 mai. 2017.

PERONI, Vera Maria Vidal. **As parcerias público-privadas na educação e as desigualdades sociais.** Cadernos de Pesquisa Pensamento educacional.. nº 7. Programa de pós-graduação Universidade Tuiuti, Curitiba PR, 2009. Disponível em: http://universidadetuiuti.utp.br/Cadernos_de_Pesquisa/pdfs/cad_pesq7/9_as_parcerias_publico_cp7.pdf. Acesso em: 25 abr. 2017.

PETRAS, James. **Intelectuais: Uma crítica marxista aos pós-marxistas**. Tradução de Jair Pinheiro e Lúcio Flávio de Almeida. Sl, 1996. Disponível em: http://www4.pucsp.br/neils/downloads/v1_artigo_petras.pdf Acesso em 01 mai. 2017.

PIANA, Maria Cristina. **A construção da pesquisa documental**: Avanços e desafios na atuação do serviço social no campo educacional. São Paulo. Edito: Unesp, 2009. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/vwc8g/pdf/piana-9788579830389-05.pdf>. Acesso em; 30 abr. 2017.

PLANALTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Biografia da ex-presidente Dilma Rousseff**. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/presidencia/presidenta/biografia/biografiadilma>. Acesso 05 mai. 2017.

_____. **Michel Temer, Presidente da República**. Disponível em: <http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto>. Acesso em 02 mai. 2017.

PORTAL MEC. **Financiamento Estudantil – FIES**: Financiando o Futuro de Bons Alunos. Secretaria de Educação superior. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/fies.pdf>. Acesso em 05 mai. 2017.

_____. **Prouni**. Disponível em: http://siteprouni.mec.gov.br/tire_suas_duvidas.php#conhecendo. Acesso em 01 mai. 2017.

_____. **MEC afirma que o Ciência sem Fronteiras terá 5 mil bolsistas na pós-graduação**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/212-noticias/educacao-superior-1690610854/46981-mec-afirma-que-o-ciencia-sem-fronteiras-tera-5-mil-bolsistas-na-pos-graduacao>. Acesso em 17 mai. 2017.

_____. **Fundeb**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/sobre-o-plano-ou-programa/sobre-o-fundeb>. Acesso em 16 ago. 2017.

PORTAL BRASIL. **Setor privado aprova novo plano de concessões**. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2015/06/setor-privado-aprova-novo-plano-de-concessoes>. Acesso em: 12 abr. 2017

_____. **Bolsa Família**. Coordenação geral de Alimentação e Nutrição. Disponível em: <http://bolsafamilia.datasus.gov.br/w3c/bfa.asp>. Acesso em 05 mai. 2017.

_____. **Programa Luz Para Todos**. Disponível em: https://www.mme.gov.br/luzparatodos/Asp/o_programa.asp. Acesso em 05 mai. 2017.

_____. **Programa Mias Médicos.** Disponível em: <http://maismedicos.gov.br/>. Acesso em 16 ago. 2017.

POJO, Oneide Campos. **A parceria público-privada do Instituto Ayrton Senna e a prefeitura municipal de Benevides – PA:** entre os desafios (pro)postos e os limites da realidade. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Pará. Belém, 2013. Disponível em: http://www.ppped.com.br/bv/arquivos/File/d14_oneidepojo.pdf. Acesso em: 24 Abr. 2017.

PORTAL CIÊNCIA SEM FRONTEIRAS. **O Programa Ciência Sem Fronteiras.** Disponível em: <http://www.cienciasemfronteiras.gov.br/web/csf/o-programa>. Acesso em 05 mai. 2017.

PORTAL FOLHA DE SÃO PAULO. **Senado afasta Dilma da Presidência, e Michel Temer assume nesta quinta.** São Paulo. 12/05/2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1770139-senado-afasta-dilma-da-presidencia-e-michel-temer-assume-nesta-quinta.shtml>. Acesso em 02 mai. 2017.

_____. **Documentário foca no setor 2.5 e conta com “crowdfunding” para finalização.** São Paulo. 18/12/2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/empreendedorsocial/1202821-documentario-foca-no-setor-25-e-conta-com-crowdfunding-para-finalizacao.shtml>. Acesso em 26 jul. 2017.

PORTAL G1. **Novo texto da Reforma da Previdência altera idade mínima de aposentadoria.** Edição do dia 18/04/2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2017/04/novo-texto-da-reforma-da-previdencia-altera-idade-minima-da-aposentadoria.html>. Acesso em 05 mai. 2017.

PORTAL MDS. **Brasil Sem Miséria.** Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria/o-que-e>. Acesso em 05 mai. 2017.

PORTAL UOL. **Após ter mandato cassado, Dilma Rousseff mantém os direitos políticos.** Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/08/31/apos-ter-mandato-cassado-dilma-rousseff-mantem-os-direitos-politicos.htm>. Acesso em 20 fev. 2017

PROJETO CRESCER. **O que é o Programa de Parcerias de Investimentos?.** Disponível em: <http://www.projetcrescer.gov.br/sobre-o-programa>. Acesso em 22 jul. 2017.

QUADROS, Vasconcelos. **Brasil fecha mais de 700 ONGs alvo de investigação em 2013.** Jornal Último Segundo, caderno política. 2014. Disponível em:

<http://ultimosegundo.ig.com.br/politica/2014-02-03/brasil-fecha-mais-de-700-ongs-alvo-de-investigacao-em-2013.html>. Acesso em 06 nov. 2017.

RAMOS, Mozart Neves. **Currículo lattes**. Disponível em: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4783028D8>. Acesso em 22 abr. 2017.

REIS, Lucas. **Ex-ator, tucano Simão Jatene terá o terceiro mandato no governo do Pará**. Folha de São Paulo. São Paulo, 26 out. 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1538721-ex-ator-tucano-simao-jatene-tera-o-terceiro-mandato-no-governo-do-para.shtml>. Acesso em 22 abr. 2017.

REVISTA ISTO É. **Caderno Comportamento** – Viviane Senna. Disponível em: http://istoe.com.br/42594_VIVIANE+SENN/. Acesso em 23 abr. 2017.

REVISTA PARÁ MAIS. **Seduc apresenta ações do Pacto pela Educação à missão do BID**. 2017. Disponível em: <http://paramais.com.br/seduc-apresenta-acoes-do-pacto-pela-educacao-a-missao-do-bid/>. Acesso em 24 out. 2017.

RISCAL, Sandra Aparecida. As reformas da educação, a flexibilização do trabalho e as orientações das agências internacionais. *IN: GEMAQUE, R. M. O; LIMA, R. N (org). Políticas públicas educacionais – o governo Lula em questão*. Belém: CEJUP, 2006.

ROSSI, Pedro; MELLO, Guilherme. **Da austeridade ao desmonte**: dois anos da maior crise da história. Le Monde Diplomatique Brasil. Mar. 2017.

ROUSSEAU. Jean-Jacques. **Do contrato Social**. Edição de Ridendo Castigat Moraes. Versão para ebook, SI, sd. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/contratosocial.pdf>. Acesso em 19 abr. 2017.

SANTOS, Terezinha Fátima Andrade Monteiro e HORA, Dinair Leal (org). **Políticas educativas e gestão educacional**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2014.

SANTOS, Terezinha Fátima Andrade Monteiro. **Relatório final do projeto de pesquisa “Parcerias público-privadas na educação paraense”**. Belém, UFPA, 2014a.

_____. **Programas de melhoria da educação básica e profissional no Pará via parcerias público-privadas**. Projeto de pesquisa desenvolvido no Instituto de Ciências da educação da Universidade Federal do Pará. Belém, UFPA, 2014b.

_____. Gestão e qualidade de ensino: reflexões e práticas atuais(p.11-30). *IN*: LIMA, Francisco Willams Campos; SANTOS, Terezinha F. A. M. dos (orgs). **Versus e Reversus da gestão das políticas educacionais**. Belém-PA: Ponto Press Ltda, 2012.

_____. **Palestra sobre Max Weber ministrada na da Escola do Trabalho da UFPA**. . Belém, 2013

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; Almeida, Cristóvão Domingos; Guindani, Joel Felipe. **Pesquisa documental**: pistas teóricas e metodológicas. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*, Ano I - Número I - Julho de 2009. Disponível em: <https://www.rbhcs.com/rbhcs/article/view/6/pdf>. Acesso em 30 abr. 2017.

SEPLAN. **Pará apresenta ao BID resultados positivos na área da educação**. Disponível em: <http://www.seplan.pa.gov.br/par%C3%A1-apresenta-ao-bid-resultados-positivos-na-%C3%A1rea-da-educa%C3%A7%C3%A3o> . Acesso em 26 abr. 2017.

SGUISARDI, Waldemar. **Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária**. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 29, n. 105, p. 991-1022, set./dez. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v29n105/v29n105a04.pdf>. Acesso em 22 jul. 2017.

_____. **Universidade brasileira no século XXI** - Desafios do presente. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2009. v. 1. 344p.

SILVA JR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. **Universidade Pública Brasileira no Século XXI**: Educação superior orientada para o mercado e intensificação do trabalho docente Espacios en Blanco. *Revista de Educación*, núm. 23, junio, 2013, pp. 119-156. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=384539805007>. Acesso em 30 out. 2017.

SINGER, André. **Raízes sociais e ideológicas do lulismo**. *Novos estudos cebrap*, p. 83-102, novembro 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n85/n85a04.pdf>. Acesso em 17 ago. 2017.

_____. **Os sentidos do lulismo** - Reforma gradual e pacto conservador. 1. ed. v. 1. 276p. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. Disponível em: <https://docs.google.com/file/d/0B7Wd2VQKqSAWcG0zajZaRW5jMTQ/edit>. Acesso em 18 ago.2017.

SOUSA, Lúcia Maria Cruz. **Evolução e reflexos das parcerias público-privadas na administração pública** – um estudo comparativo entre Brasil e Portugal. Dissertação de Mestrado em Direito Administrativo. Universidade do Porto, Portugal. 2015.

SOUSA, Walter Lopes. **O Programa Gestão Nota 10 do Instituto Ayrton Senna e a educação em Santarém – PA**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-

graduação em Educação da Universidade Federal do Pará. Belém, 2013. Disponível em: http://www.ppped.com.br/bv/arquivos/File/walter_tese2013_pdf.pdf. Acesso em: 24 Abr. 2017.

SOUZA, Silvana Aparecida. **Educação, trabalho voluntário e responsabilidade social da empresa**: “Amigos da escola” e outras formas de participação. Tese de Doutorado da USP, 2008.

STEUER, René. “**Setor Dois e Meio**” o ideal para sua instituição. Sl, 2009. Disponível em: <http://www.sinprorp.org.br/Jornais/filantropia182.htm>. Acesso em 17 ago. 2017.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo; NETO, Bazileu Alves Margarido. **Políticas sociais**: O Programa Comunidade Solidária e o programa de garantia de renda mínima. planejamento e políticas públicas nº 12 - jun/dez de 1995. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/viewFile/140/142>. Acesso em 05 mai. 2017.

TCE- PA. **Governo do Estado assina empréstimo para a educação com o BID. Recursos serão auditados pelo TCE-PA**. Belém, 2013. Disponível em: <http://www.tce.pa.gov.br/index.php/sala-de-imprensa/noticias-do-tce-pa/1352-governo-do-estado-assina-emprestimo-para-educacao-com-bid-recursos-serao-auditados-pelo-tce-pa>. Acesso em 24 out. 2017.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Pará é o pior Estado em aprovação de alunos**. 2014. Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br/educacao-na-midia/indice/30025/para-e-o-pior-estado-em-aprovacao-de-alunos/>. Acesso em 17 ago. 2017.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Unijuí, 2005. 251p. Disponível em: http://ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/EDUCACAO_CIDADANIA_E_EMANCIPACAO_HUMANA.pdf. Acesso em 04 mai. 2017.

UNICEF. **Cenário da exclusão escolar no Brasil**. Sl, 2017. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/pt/cenario_exclusao_escolar_brasil.pdf. Acesso em 17 ago. 2017.

YUNUS SOCIAL BUSINESS. <http://www.yunusb.com/about/prof-muhammad-yunus/>. Acesso em 25 jul. 2017.